

Caracterização e diagnóstico

IV. SÓCIO-ECONOMIA



REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO
Maio 2008 CMVNF

DU/DPU - Divisão de Planeamento Urbanístico
GIPP - Gestão Integrada de Projectos e Planeamento
RECURSO - Estudos e Projectos de Ambiente e Planeamento, Lda

ÍNDICE

IV. SÓCIO-ECONOMIA

1. DINÂMICA DEMOGRÁFICA.....	4
1.1. Povoamento Concelhio.....	4
1.2. Estrutura Etária.....	12
1.3. Nível de Ensino.....	19
2. ESTRUTURA ECONÓMICA.....	22
2.1. Famílias Clássicas.....	26
2.2. Projecções da População.....	27
3. MOBILIDADE.....	34

Índice de Quadros

Quadro 1 – Densidade Populacional em V.N. Famalicão em 1981, 1991 e 2001	5
Quadro 2 – Crescimento Populacional em V.N. Famalicão desde 1940 a 2001	6
Quadro 3 – População Residente e Crescimento Populacional por Unidade de Planeamento em V. N. Famalicão em 1981, 1991 e 2001	8
Quadro 4 – Índice de Envelhecimento e Coeficiente de Dependência em 1991 e 2001	12
Quadro 5 – População Residente por Grupo Etário em 1991 e 2001	13
Quadro 6 – População Residente por Grupo Etário em 1991 e 2001 (continuação)	14
Quadro 7 – População Residente por Grandes Grupos Etários, por Freguesia, em 1991 e 2001	18
Quadro 8 – Taxa de Analfabetismo e Nível de Instrução em 1991 e 2001	19
Quadro 9 – Taxa de Analfabetismo e Nível de Instrução em 1991 e 2001 (continuação)	20
Quadro 10 – Taxa de Analfabetismo e Nível de Instrução, por Freguesia, em 1991 e 2001 (%)	21
Quadro 11 – Total de População Desempregada em 1991 e 2001	22
Quadro 12 – Taxa de Desemprego e Taxa de Actividade em 1991 e 2001	23
Quadro 13 – População com Actividade Económica, por Sector de Actividade em 1991 e 2001	23
Quadro 14 – População Residente Empregada, por Sector de Actividade em 1991 e 2001	25
Quadro 15 – População Residente em V.N. Famalicão desde 1940 a 2001 e Projecções da População para 2011 e 2021	28
Quadro 16 – Crescimento Populacional e projecções por unidades de planeamento	29
Quadro 17 – População Residente e projecções por grupo etário	31
Quadro 18 – Projecções da População por cenário em 2011 e 2021	32
Quadro 19 – Projecções da População em percentagem por cenário em 2011 e 2021	33
Quadro 20 – Movimentos Casa – Trabalho / Estudo em V.N, Famalicão em 1991 e 2001	35
Quadro 21- Taxa de Mobilidade segundo a percentagem de distribuição em 2001, por freguesias	37
Quadro 22- Meios de transporte segundo a percentagem de utilização em 2001, por freguesias	39
Quadro 23- Utilização do automóvel ligeiro particular, segundo a percentagem em 2001, por freguesias	41

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – População residente por Unidade de Planeamento em V.N. Famalicão, em 1981, 1991 e 2001	7
Gráfico 2 – Densidade Populacional por Unidade de Planeamento em V.N. Famalicão, em 1981, 1991 e 2001	7

Gráfico 3 – Pirâmide Etária de V. N. Famalicão em 1991	16
Gráfico 4 – Pirâmide Etária de V.N. Famalicão em 2001	17
Gráfico 5 – População Residente por sectores de actividade em 1991 e 2001	24
Gráfico 6 – Crescimento Absoluto das Famílias Clássicas e Alojamentos Familiares Clássicos em 1991 e 2001	26
Gráfico 7 – População Residente em V.N. Famalicão desde 1940 a 2001 e Projecções da População para 2011 e 2021	28
Gráfico 8 – Crescimento Populacional em V.N. Famalicão desde 1940 a 2001 e Projecções da População para 2011 e 2021	28
Gráfico 9 – Crescimento Populacional em Vila Nova de Famalicão desde 1940 por Unidade de Planeamento	29
Gráfico 10 – Meios de Transporte segundo a percentagem de Utilização em 1991	38
Gráfico 11 – Meios de Transporte segundo a percentagem de Utilização em 2001	38
Gráfico 12 – Utilização do Automóvel em V.N. Famalicão em 1991 e 2001	40

Índice de Figuras

Figura 1 – Densidade Populacional por Unidade de Planeamento em V.N. Famalicão em 2001	9
Figura 2 – Taxa de Crescimento Populacional em V.N. Famalicão entre 1981/1991	10
Figura 3 – Taxa de Crescimento Populacional em V.N. Famalicão entre 1991/2001	11
Figura 4 – Principais Fluxos Casa-Trabalho Interconcelhio da População Residente Empregada em 1991	42
Figura 5 – Principais Fluxos Casa-Trabalho Interconcelhio da População Residente Empregada em 2001	43
Figura 6 – Principais Fluxos Casa-Estudo Interconcelhio da População Estudante em 1991	44
Figura 7 – Principais Fluxos Casa-Estudo Interconcelhio da Estudante em 2001	45

IV – Sócio-Economia

1. Dinâmica Demográfica

1.1. Povoamento Concelhio

Com 127.567 habitantes no ano de 2001, Vila Nova de Famalicão apresenta uma das mais elevadas densidades populacionais do país (115 habitantes/Km²) correspondente a 632 habitantes/Km², superior ao conjunto do Ave, com cerca de 410 habitantes/Km².

Pelo quadro a seguir apresentado, podemos concluir que em termos da análise concelhia, as maiores densidades populacionais em 2001 se verificam nas freguesias de V.N. Famalicão (3681 hab/Km²), Calendário (1587 hab/Km²), Delães (1529 hab/Km²) e Oliveira S. Mateus (1417 hab/Km²), apresentando-se ainda com mais de 1000 hab/Km² as freguesias de Riba D`Ave, Antas, Bairro e Joane (por ordem decrescente de densidade). As freguesias que apresentam menores densidades populacionais são Vilarinho das Cambas e Fradelos, ambas com menos de 200 hab/Km² e as freguesias de Jesufrei, Portela, Cavalões e Gondifelos, com respectivamente 229 hab/Km², 238 hab/Km², 269 hab/Km² e 275 hab/Km², correspondendo assim a freguesias de carácter mais rural e mais afastadas dos pólos de desenvolvimento.

Relativamente ao crescimento populacional, constatamos que os maiores crescimentos populacionais se verificaram nas freguesias mais urbanas e onde se considera existirem pólos de desenvolvimento bastante dinâmicos como Joane, Ribeirão, Calendário, Antas e V.N.Famalicão. Em termos percentuais, os menores crescimentos verificaram-se nas freguesias de Vale S. Cosme, Cruz, Bairro, Nine e Landim, embora em valor absoluto todas elas tenham aumentos significativos, explicando-se pelo facto de em 1991 estas freguesias já possuírem uma população residente mais elevada que a média do município.

As freguesias de Lagoa, Ruivães, Arnoso St^a Eulália, Oliveira S. Mateus, Seide S.Paio e Brufe apresentaram um crescimento negativo. É de salientar o caso da freguesia de Brufe e Seide S.Paio, que têm vindo a perder população desde 1981.

Ao analisarmos os mapas referentes ao crescimento populacional do concelho e da densidade populacional, constatamos que a população do município se expande pelas principais vias de comunicação e apresenta um médio nível de consolidação, com existência de um reforço dos principais centros urbanos como Famalicão e Joane. O maior crescimento surge no principal centro urbano, isto é, em Famalicão e nas freguesias envolventes, principalmente Antas e Calendário, o que evidencia o fenómeno de urbanização.

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIPP, Lda

Recurso,Lda

Quadro 1- Densidade Populacional em V.N.Famalicão., em 1981, 1991 e 2001

Freguesias	Pop.Res.1981	Pop. Res.1991	Pop. Res.2001	Área (Km2)	DP1981	DP1991	DP2001
Abade de Vermoim	253	307	351	0,93	272,0	330,1	377,4
Antas	3986	4870	5376	4,51	883,8	1079,8	1192,0
Avidos	1424	1359	1410	2,8	508,6	485,4	503,6
Bairro	3620	3650	3803	3,35	1080,6	1089,6	1135,2
Bente	750	806	959	1,37	547,4	588,3	700,0
Brufe	2497	2397	2288	2,49	1002,8	962,7	918,9
Cabeçudos	1170	1238	1472	3,31	353,5	374,0	444,7
Calendário	7974	8972	10697	6,74	1183,1	1331,2	1587,1
Carreira	1812	1629	1907	2,31	784,4	705,2	825,5
Castelões	1276	1582	1746	3,53	361,5	448,2	494,6
Cavalões	990	1240	1465	5,45	181,7	227,5	268,8
Cruz	1635	1589	1636	4,13	395,9	384,7	396,1
Esmeriz	1413	1599	1905	3,95	357,7	404,8	482,3
Fradelos	2891	3012	3337	16,8	172,1	179,3	198,6
Gavião	3551	3467	3729	4,04	879,0	858,2	923,0
Gondifelos	1857	1461	2183	7,93	234,2	184,2	275,3
Jesufrei	631	623	666	2,9	217,6	214,8	229,7
Joane	5793	6249	7528	7,32	791,4	853,7	1028,4
Lagoa	831	902	890	1,87	444,4	482,4	475,9
Landim	2745	2752	2852	4,51	608,6	610,2	632,4
Lemenhe	1175	1363	1427	2,99	393,0	455,9	477,3
Louro	2515	2303	2464	5,06	497,0	455,1	487,0
Lousado	3137	3469	3725	5,82	539,0	596,0	640,0
Mogege	1545	1672	1938	2,87	538,3	582,6	675,3
Mouquim	1262	1394	1403	3,9	323,6	357,4	359,7
Nine	2300	2586	2735	4,33	531,2	597,2	631,6
Novais	713	831	898	1,45	491,7	573,1	619,3
Outiz	705	896	943	3,32	212,3	269,9	284,0
Pedome	1989	2263	2234	2,63	756,3	860,5	849,4
Portela	518	584	635	2,67	194,0	218,7	237,8
Pousada de Saramagos	1858	1936	2016	2,1	884,8	921,9	960,0
Requião	2435	2850	3034	7,42	328,2	384,1	408,9
Riba de Ave	3032	2982	3396	2,76	1098,6	1080,4	1230,4
Ribeirão	6850	7169	8298	10,29	665,7	696,7	806,4
Ruivães	2162	2413	2117	3,1	697,4	778,4	682,9
Stª Eulália Arnoso	1125	1125	1122	2,71	415,1	415,1	414,0
Stª Maria Arnoso	1417	1617	1824	3,99	355,1	405,3	457,1
Stª Maria Oliveira	3231	2846	3091	4,52	714,8	629,6	683,8
S. Cosme do Vale	2610	2989	3054	6,3	414,3	474,4	484,8
S. Martinho do Vale	1467	1692	1943	3,6	407,5	470,0	539,7
S. Mateus Oliveira	2784	3216	3075	2,17	1282,9	1482,0	1417,1
Seide S. Miguel	789	976	1125	1,5	526,0	650,7	750,0
Seide S. Paio	500	437	381	1,35	370,4	323,7	282,2
Sezures	587	616	619	2,15	273,0	286,5	287,9
Telhado	1712	1775	1799	4,72	362,7	376,1	381,1
Vermoim	2523	2696	2893	4,73	533,4	570,0	611,6
Vila N. Famalicão	4036	5243	8098	2,2	1834,5	2383,2	3680,9
Vilarinho das Cambas	969	1184	1319	8,41	115,2	140,8	156,8
TOTAL	106570	114338	127567	201,76	528,2	566,7	632,3

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

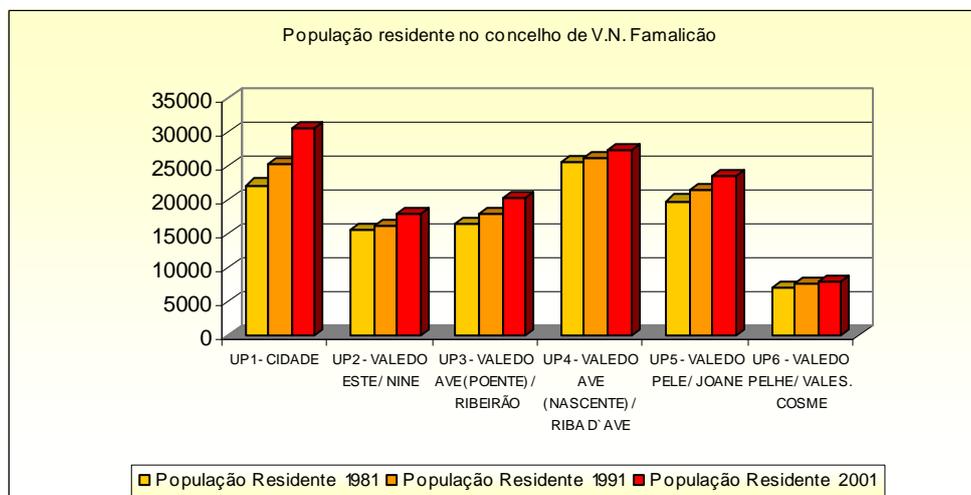
GIPP, Lda

Recurso,Lda

Quadro 2- Crescimento Populacional em V.N. Famalicão desde 1940 a 2001

Freguesias	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	40-50	50-60	60-70	70-81	81-91	91-01
Abade de Vermoim	137	117	174	177	253	307	351	-15%	49%	2%	43%	21%	14%
Antas	1820	2009	2245	3783	3986	4870	5376	10%	12%	69%	5%	22%	10%
Avidos	742	821	853	1064	1424	1359	1410	11%	4%	25%	34%	-5%	4%
Bairro	2157	2701	3134	3114	3620	3650	3803	25%	16%	-1%	16%	1%	4%
Bente	311	244	423	572	750	806	959	-22%	73%	35%	31%	7%	19%
Brufe	1199	1385	1658	2223	2497	2397	2288	16%	20%	34%	12%	-4%	-5%
Cabeçudos	654	746	884	898	1170	1238	1472	14%	18%	2%	30%	6%	19%
Calendário	3238	4255	5205	6225	7974	8972	10697	31%	22%	20%	28%	13%	19%
Carreira	989	1230	1541	1802	1812	1629	1907	24%	25%	17%	1%	-10%	17%
Castelões	715	833	1064	1086	1276	1582	1746	17%	28%	2%	17%	24%	10%
Cavalões	567	651	701	687	990	1240	1465	15%	8%	-2%	44%	25%	18%
Cruz	790	905	1083	1258	1635	1589	1636	15%	20%	16%	30%	-3%	3%
Delães	1699	2309	2905	2962	3525	3511	3761	36%	26%	2%	19%	0%	7%
Esmeriz	796	905	1133	1159	1413	1599	1905	14%	25%	2%	22%	13%	19%
Fradelos	1764	1892	1987	2437	2891	3012	3337	7%	5%	23%	19%	4%	11%
Gavião	1420	1758	2161	2569	3551	3467	3729	24%	23%	19%	38%	-2%	8%
Gondifelos	1215	1336	1486	1560	1857	1461	2183	10%	11%	5%	19%	-21%	49%
Jesufrei	364	465	525	556	631	623	666	28%	13%	6%	13%	-1%	7%
Joane	2269	3042	3809	4571	5793	6249	7528	34%	25%	20%	27%	8%	20%
Lagoa	458	476	530	692	831	902	890	4%	11%	31%	20%	9%	-1%
Landim	1695	1923	2331	2427	2745	2752	2852	13%	21%	4%	13%	0%	4%
Lemenhe	708	822	873	940	1175	1363	1427	16%	6%	8%	25%	16%	5%
Louro	1415	1609	1917	2127	2515	2303	2464	14%	19%	11%	18%	-8%	7%
Lousado	1515	1640	2306	2695	3137	3469	3725	8%	41%	17%	16%	11%	7%
Mogege	832	891	1159	1250	1545	1672	1938	7%	30%	8%	24%	8%	16%
Mouquim	650	782	903	957	1262	1394	1403	20%	15%	6%	32%	10%	1%
Nine	1934	1803	2178	2257	2300	2586	2735	-7%	21%	4%	2%	12%	6%
Novais	520	616	686	638	713	831	898	18%	11%	-7%	12%	17%	8%
Outiz	489	544	577	595	705	896	943	11%	6%	3%	18%	27%	5%
Pedome	813	1126	1405	1597	1989	2263	2234	38%	25%	14%	25%	14%	-1%
Portela	303	315	332	400	518	584	635	4%	5%	20%	30%	13%	9%
Pousada de Saramagos	722	842	1169	1564	1858	1936	2016	17%	39%	34%	19%	4%	4%
Requião	1669	1820	2105	2303	2435	2850	3034	9%	16%	9%	6%	17%	6%
Riba de Ave	1992	2568	3251	2825	3032	2982	3396	29%	27%	-13%	7%	-2%	14%
Ribeirão	2636	3539	4297	5666	6850	7169	8298	34%	21%	32%	21%	5%	16%
Ruivães	1307	1447	1737	1656	2162	2413	2117	11%	20%	-5%	31%	12%	-12%
Stª Eulália Arnosó	777	915	1035	1022	1125	1125	1122	18%	13%	-1%	10%	0%	0%
Stª Maria Arnosó	1007	1068	1202	1214	1417	1617	1824	6%	13%	1%	17%	14%	13%
Stª Maria Oliveira	1580	2142	2614	2968	3231	2846	3091	36%	22%	14%	9%	-12%	9%
S. Cosme do Vale	1354	1568	1969	2316	2610	2989	3054	16%	26%	18%	13%	15%	2%
S. Martinho do Vale	820	683	991	1160	1467	1692	1943	-17%	45%	17%	26%	15%	15%
S. Mateus Oliveira	1288	1614	2069	2219	2784	3216	3075	25%	28%	7%	25%	16%	-4%
Seide S. Miguel	461	525	573	716	789	976	1125	14%	9%	25%	10%	24%	15%
Seide S. Paio	337	362	392	388	500	437	381	7%	8%	-1%	29%	-13%	-13%
Sezures	380	436	465	466	587	616	619	15%	7%	0%	26%	5%	0%
Telhado	806	973	1173	1435	1712	1775	1799	21%	21%	22%	19%	4%	1%
Vermoim	1187	1565	1809	2014	2523	2696	2893	32%	16%	11%	25%	7%	7%
Vila N. Famalicão	3100	3356	3530	3236	4036	5243	8098	8%	5%	-8%	25%	30%	54%
Vilarinho das Cambas	637	599	701	705	969	1184	1319	-6%	17%	1%	37%	22%	11%
TOTAL	56168	66266	79250	89063	106570	114338	127567	18%	20%	12%	20%	7%	12%

Gráfico 1 – População Residente por Unidade de Planeamento em V.N. Famalicão, em 1981, 1991 e 2001

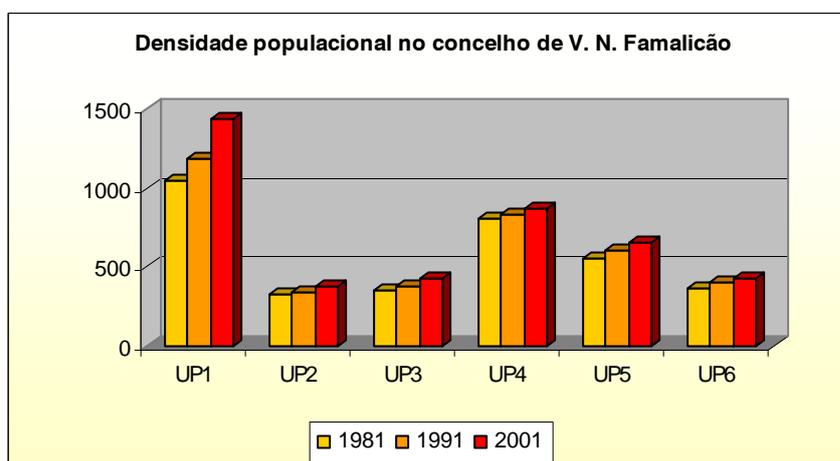


Em relação ao agrupamento das freguesias do município em unidades de planeamento podemos verificar que a maior concentração de população se verifica na UP1, correspondente à cidade, seguindo-se a UP4, UP5, a UP2 e por último a UP6 com menor número de população residente.

De salientar que em todas as UP se verificaram crescimentos populacionais nestas últimas décadas censitárias, tendo-se verificado na última década maior crescimento populacional na UP1 com 20,8%, seguindo-se a UP3 com 13,3%, a UP2 e UP5 com respectivamente 10,2% e 10,0%. Os menores crescimentos verificaram-se na UP4 e UP6 com respectivamente 5,4% e 5,3%.

Em termos de densidade populacional, a UP1 apresenta 1439 habitantes/Km², ou seja, é a que para além de maior crescimento populacional revela maior densidade populacional, seguindo-se a UP4 com 874 habitantes/Km², a UP5 com 661 habitantes/Km², a UP3 e a UP6 com respectivamente 427 e 423 habitantes/Km² e com menor densidade a UP2, com 380 habitantes/Km².

Gráfico 2 – Densidade Populacional por Unidade de Planeamento em V.N. Famalicão, em 1981, 1991 e 2001



Quadro 3 – População Residente e Crescimento Populacional por Unidade de Planeamento em V. N. Famalicão., em 1981, 1991 e 2001

Unidades de Planeamento	População Residente-1981	População Residente-1991	População Residente-2001	Crescimento Nº 1981/1991	Crescimento Nº 1991/2001	Crescimento % 1981/1991	Crescimento % 1991/2001
UP1 – CIDADE	22188	25222	30461	3034	5239	13,7	20,8
UP2 – VALE DO ESTE / NINE	15452	16164	17818	712	1654	4,6	10,2
UP3 – VALE DO AVE (POENTE) / RIBEIRÃO	16489	17926	20311	1437	2385	8,7	13,3
UP4 – VALE DO AVE (NASCENTE) / RIBA D'AVE	25543	26024	27435	481	1411	1,9	5,4
UP5 – VALE DO PELE / JOANE	19844	21313	23442	1469	2129	7,4	10,0
UP6 – VALE DO PELHE / VALE S. COSME	7054	7689	8100	635	411	9,0	5,3
	106570	114338	127567	7768	13229	7,3	11,6

Figura 1 – Densidade Populacional por Unidade de Planeamento, em 2001, em V.N. Famalicão

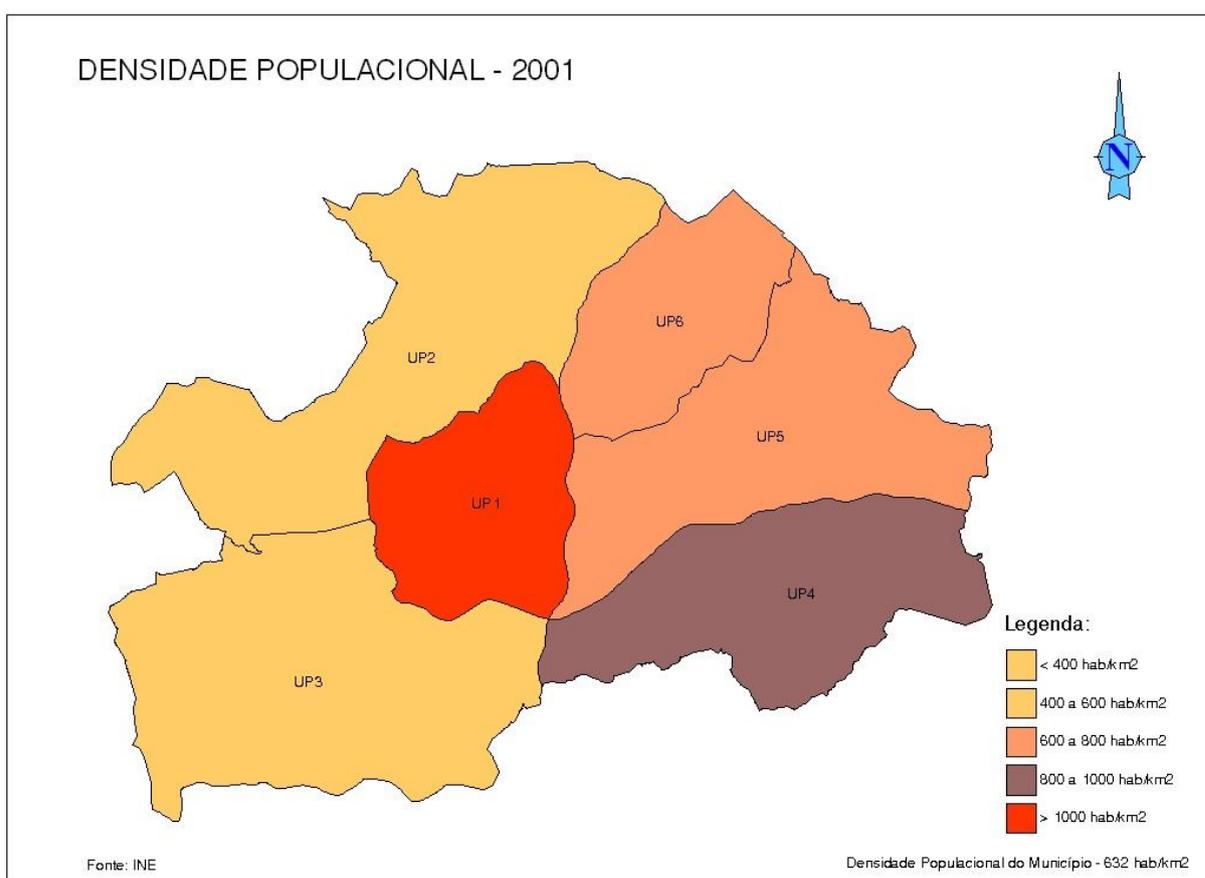


Figura 2 – Taxa de Crescimento Populacional 1981/1991 em V.N. Famalicão

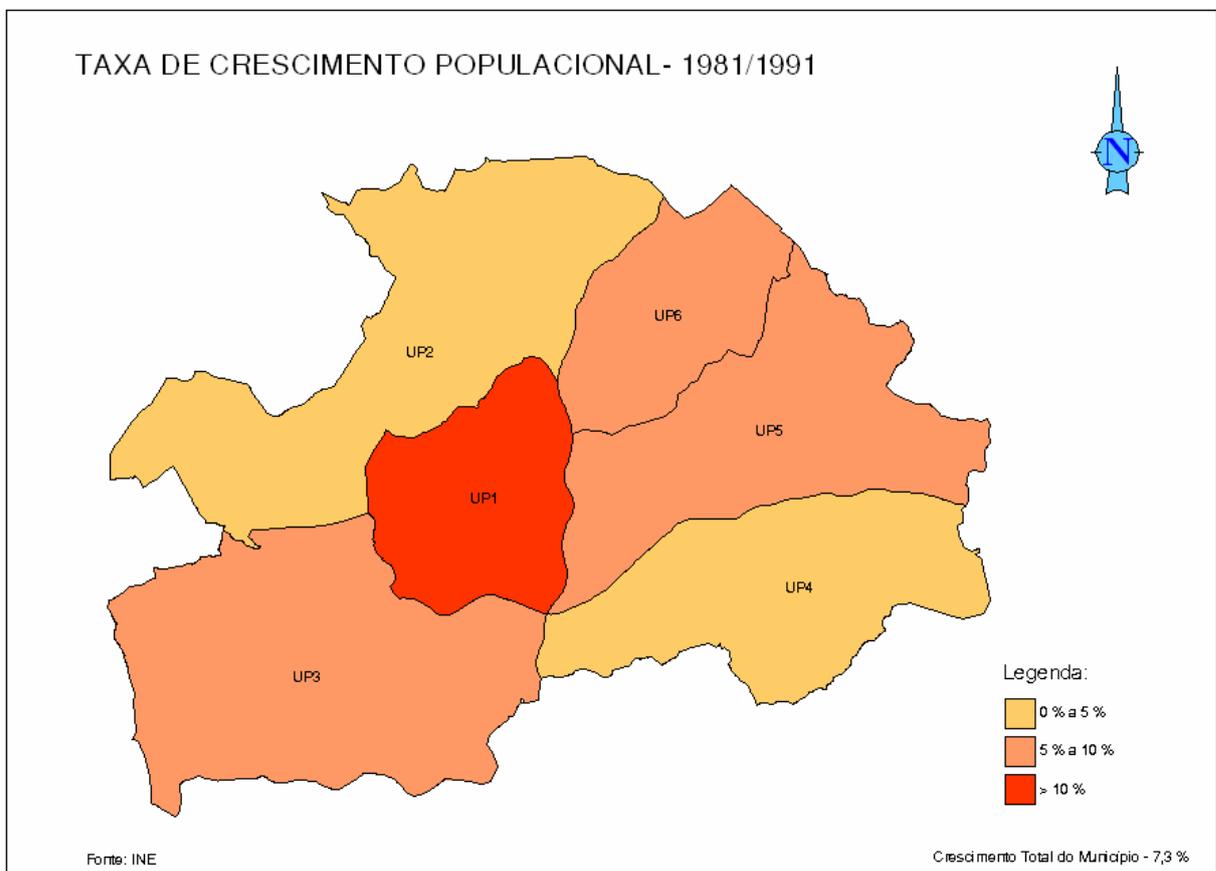
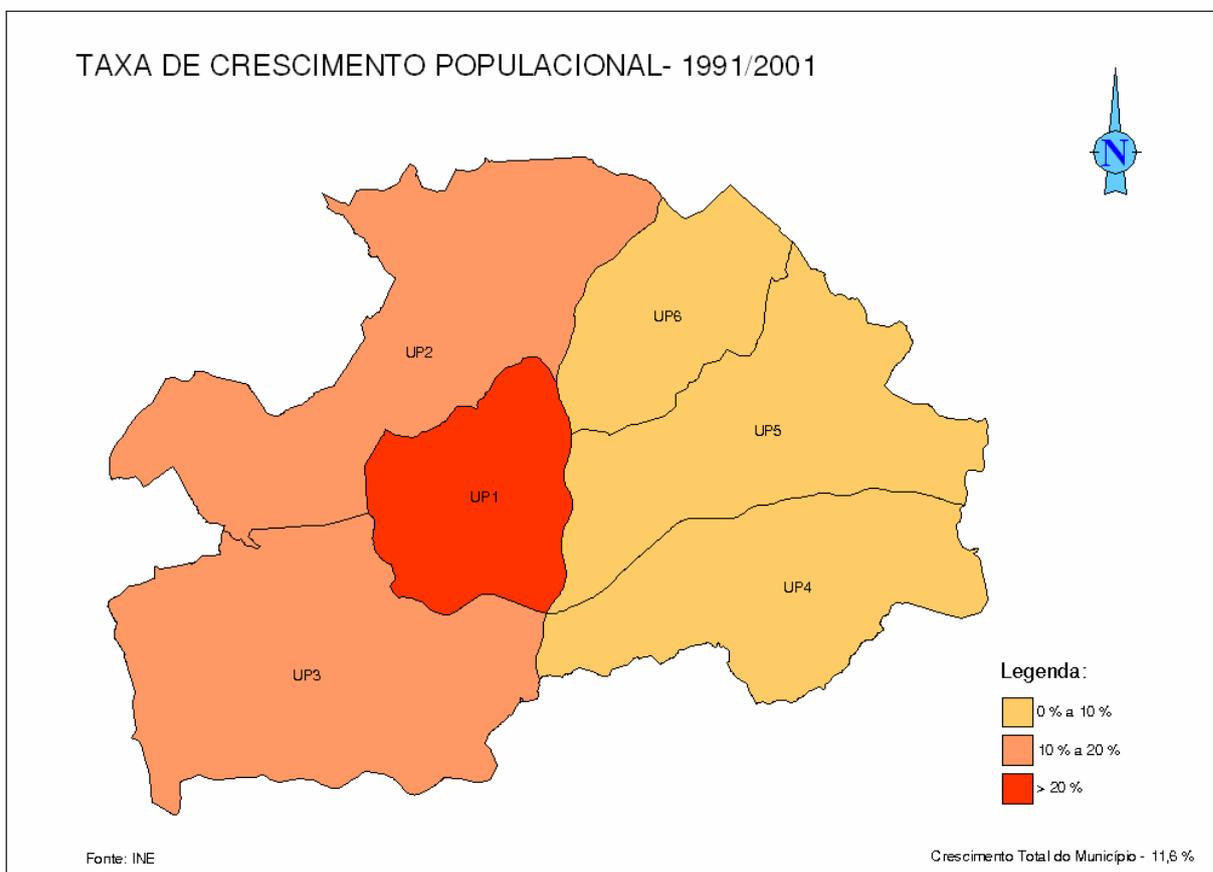


Figura 3 – Taxa de Crescimento Populacional 1991/2001 em V.N. Famalicão



1.2. Estrutura Etária

A estrutura etária de uma região é um dado fundamental para a avaliação do seu potencial produtivo. Assim, através da análise dos grandes grupos etários, podemos concluir que:

- Houve um envelhecimento populacional crescente que não é assegurado pelas camadas jovens que cada vez mais tendem a diminuir, envelhecimento este que se apresenta bem marcado em todas as unidades em análise, através do índice de envelhecimento, que apresentou um acréscimo entre 1991 e 2001 de mais de 20 pontos percentuais, em quase todas as unidades.

No município de Vila Nova de Famalicão a média em 2001 é de cerca de 57 indivíduos com mais de 65 anos por cada 100 com menos de 14 anos.

Quadro 4- Índice de Envelhecimento e Coeficiente de Dependência em 1991 e 2001

	Índice de Envelhecimento		Coeficiente de Dependência	
	1991	2001	1991	2001
Norte	51,7	79,8	50,4	45,9
Cavado	39,5	60,7	53,1	45,3
Tâmega	39,5	56,7	54,5	48,2
Grande Porto	52,8	80,5	44,0	41,8
Ave	37,9	60,3	49,5	43,5
Fafe	46,8	71,0	55,8	47,1
Guimarães	31,8	52,2	49,0	42,5
Póvoa de Lanhoso	47,8	75,0	68,4	52,5
Vieira do Minho	70,1	110,4	67,0	56,5
V.N. Famalicão	34,6	56,5	45,7	41,6
Vizela	27,7	40,0	47,6	43,1
Santo Tirso	45,4	77,2	45,8	42,5
Trofa	34,1	52,1	46,6	41,2

O coeficiente de dependência, calculado entre a população jovem (até aos 14 anos) mais a população idosa (com mais de 65 anos) e a população em idade activa (dos 15 aos 64 anos), revela a importância da distribuição da população pelos grupos etários dependentes. Assim, quanto menor for este índice, maior a diferença entre a população susceptível de produzir e a restante não produtora, ou seja, quanto menor for o índice menor é o peso dos dependentes sobre os potencialmente trabalhadores.

Assim, verifica-se que entre 1991 e 2001 há um aumento da população em idade activa em relação à restante população, para todas as unidades em análise. No município em 2001 a média é de 42 dependentes por cada 100 em idade activa.

Ao nível das freguesias do município, verifica-se que:

- Todas as freguesias do município apresentaram um envelhecimento populacional, com o índice de envelhecimento a aumentar de 34.6% em 1991 para 56.5% em 2001.
- O coeficiente de dependência tem vindo a diminuir por decréscimo dos dependentes jovens (superior ao acréscimo de idosos), sendo de 45.7% em 1991, valor este que baixa para 41.9% em 2001.
- As freguesias que apresentaram uma população mais envelhecida são principalmente aquelas que apresentam características mais rurais e também por oposição algumas freguesias mais urbanas, que na última década apresentaram débeis taxas de crescimento populacional: Brufe, Gavião, Lagoa, Lousado, Nine, Riba D`Ave, Ruivães, Arnoso Sta Eulália e Oliveira S. Mateus.
- Brufe e Gavião apresentaram níveis de envelhecimento preocupantes com mais de 80 idosos por cada 100 jovens.
- As freguesias com população mais jovem e por consequência com menor número de idosos, isto é, com menos de 50 idosos por cada 100 jovens são: Mogege, Cavalões, Cabeçudos, Fradelos, Ribeirão, Joane, Novais, Portela, Pousada de Saramagos, Seide S. Paio, Telhado e Vilarinho das Cambas.

Quadro 5- População Residente por Grupo Etário em 1991 e 2001

Unidade Geográfica	0-14 anos				15-24 anos			
	1991		2001		1991		2001	
	va	%	va	%	va	%	va	%
Norte	767417	22,1	644948	17,5	626413	18,0	558278	15,1
Cávado	87876	24,9	76193	19,4	68974	19,5	65343	16,6
Tâmega	128798	25,3	114359	20,7	102041	20	89923	16,3
Grande Porto	233598	20,0	205776	16,3	203091	17,4	181396	14,4
Ave	111804	24,0	96363	18,9	89839	19,3	81127	15,9
Fafe	11673	24,4	9886	18,7	8771	18,3	8536	16,2
Guimarães	35947	25,0	31245	19,6	29001	20,1	26229	16,4
Póvoa de Lanhoso	5916	27,5	4478	19,7	3860	17,9	3960	17,4
Vieira do Minho	3719	23,6	2527	17,2	2714	17,2	2388	16,2
Vila Nova de Famalicão	26647	23,3	23971	18,8	22700	19,9	19860	15,6
Vizela	5048	25,2	4857	21,5	4103	20,5	3598	15,9
Santo Tirso	15078	21,6	12193	16,8	12491	17,9	10696	14,8
Trofa	7776	23,7	7206	19,2	6199	18,9	5860	15,6

Quadro 6- População Residente por Grupo Etário em 1991 e 2001 (continuação)

Unidade Geográfica	25-64 anos				65 e mais anos			
	1991		2001		1991		2001	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
Norte	1681865	48,4	1969309	53,4	397020	11,4	514758	14,0
Cávado	161746	45,8	205245	52,2	34671	9,8	46282	11,8
Tâmega	227544	44,7	282200	51,2	50826	10,0	64827	11,8
Grande Porto	607680	52,0	707916	56,2	123431	10,6	165592	13,1
Ave	222004	47,6	274349	53,8	42427	9,1	58129	11,4
Fafe	21959	45,9	27319	51,8	5459	11,4	7016	13,3
Guimarães	67602	47,0	85779	53,8	11434	7,9	16323	10,2
Póvoa de Lanhoso	8915	41,4	10975	48,2	2825	13,1	3359	14,8
Vieira do Minho	6734	42,7	7020	47,7	2608	16,5	2789	18,9
Vila Nova de Famalicão	55781	48,8	70201	55,0	9210	8,1	13535	10,6
Vizela	9455	47,3	12195	54,0	1400	7,0	1945	8,6
Santo Tirso	35366	50,7	40098	55,4	6838	9,8	9409	13,0
Trofa	16192	49,3	20762	55,2	2653	8,1	3753	10,0

Em relação à população por grupos etários, através do quadro acima apresentado, verifica-se que de 1991 para 2001, a população mais jovem tem vindo a decrescer o que indicia o envelhecimento da população em geral, pois verifica-se o mesmo em todas as unidades em análise.

Vila Nova de Famalicão apesar de se enquadrar no envelhecimento demográfico que se verifica, é ainda um município com uma população jovem, tendo-se verificado ser o único município do Ave a obter percentagens positivas de população no grupo etário dos 0 aos 4 anos.

Entre 1991 e 2001 é possível verificar que o grupo etário dos 0 aos 14 anos apresenta um decréscimo em todas as unidades em análise, estando quase todas com percentagens abaixo dos 20% (em relação ao Ave, só a freguesia de Vizela apresenta uma percentagem superior a 20,0%, nomeadamente 21,5%), contrapondo com 1991 em que todas apresentavam percentagens iguais ou superiores a esse valor. Vila Nova de Famalicão apresenta uma taxa de 18,8% de população entre 0 e 14 anos, que se mostra acima da média da Região Norte (17,5%) e idêntica à média do Ave (18,9%).

Assim, os restantes grupos etários aumentaram a sua percentagem, levando assim a considerar o duplo envelhecimento populacional, com por um lado, existência de cada vez menor número de jovens e maior número de idosos.

Pela análise dos quadros a seguir apresentados e das pirâmides etárias de 1991 e 2001, relativas ao município de Vila Nova de Famalicão, permite-nos concluir que, por um lado há cada vez menos jovens, em 1991 existiam no município 26.647 indivíduos com menos de 15 anos, valor este que em 2001 baixou para 24.003, verificando-se assim um decréscimo de 4%.

Pelo contrário, o número de idosos está a aumentar, isto é, a população com 65 anos ou mais, aumentou de 9.210 pessoas em 1991 para 13.641 pessoas em 2001, aumentando assim 3%. No entanto, podemos concluir ainda que a camada jovem ainda é superior à camada mais idosa correspondendo cada uma delas respectivamente 23,3% e 8,1% do total da população em 1991 e 18.8% e 10.7% em 2001.

A população dos 15 aos 24 anos também obteve um decréscimo passando de 22.700 pessoas em 1991 para 19.860 em 2001, constatando-se que em 1991 correspondia a cerca de 20% do total da população do município e em 2001 a cerca de 16%. No que respeita à população dos 25 aos 64 anos de idade, correspondendo em 1991 a cerca de 49% do total da população do município aumentou para 55,0% em 2001.

Assim, em termos de análise percentual entre 1991 e 2001, temos uma diminuição de 10,0% na classe dos 0 aos 14 anos, uma diminuição de 12,5% na classe dos 15 aos 24 anos e, um aumento de cerca de 26% na classe dos 25 aos 64 anos e aumento de 47,0% na classe dos 65 ou mais anos de idade.

Gráfico 3 – Pirâmide Etária de V.N. Famalicão em 1991

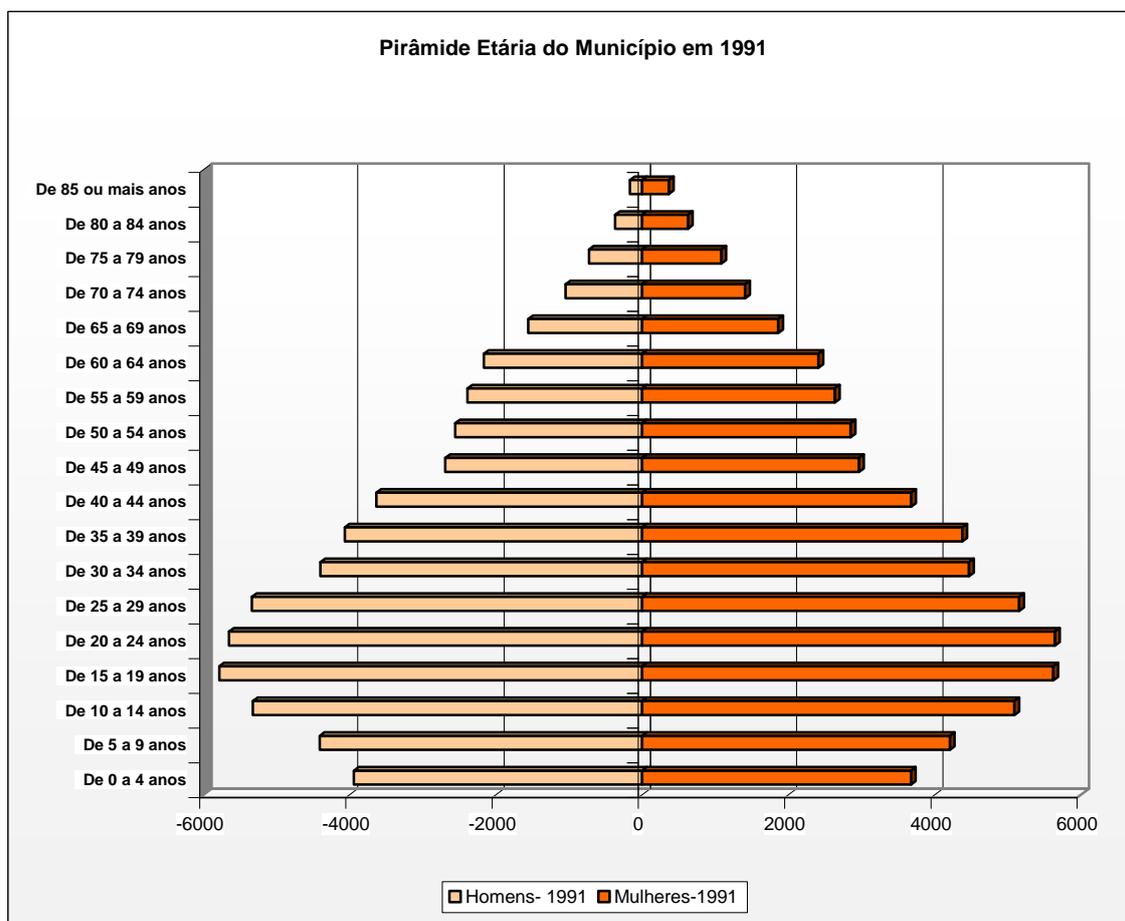
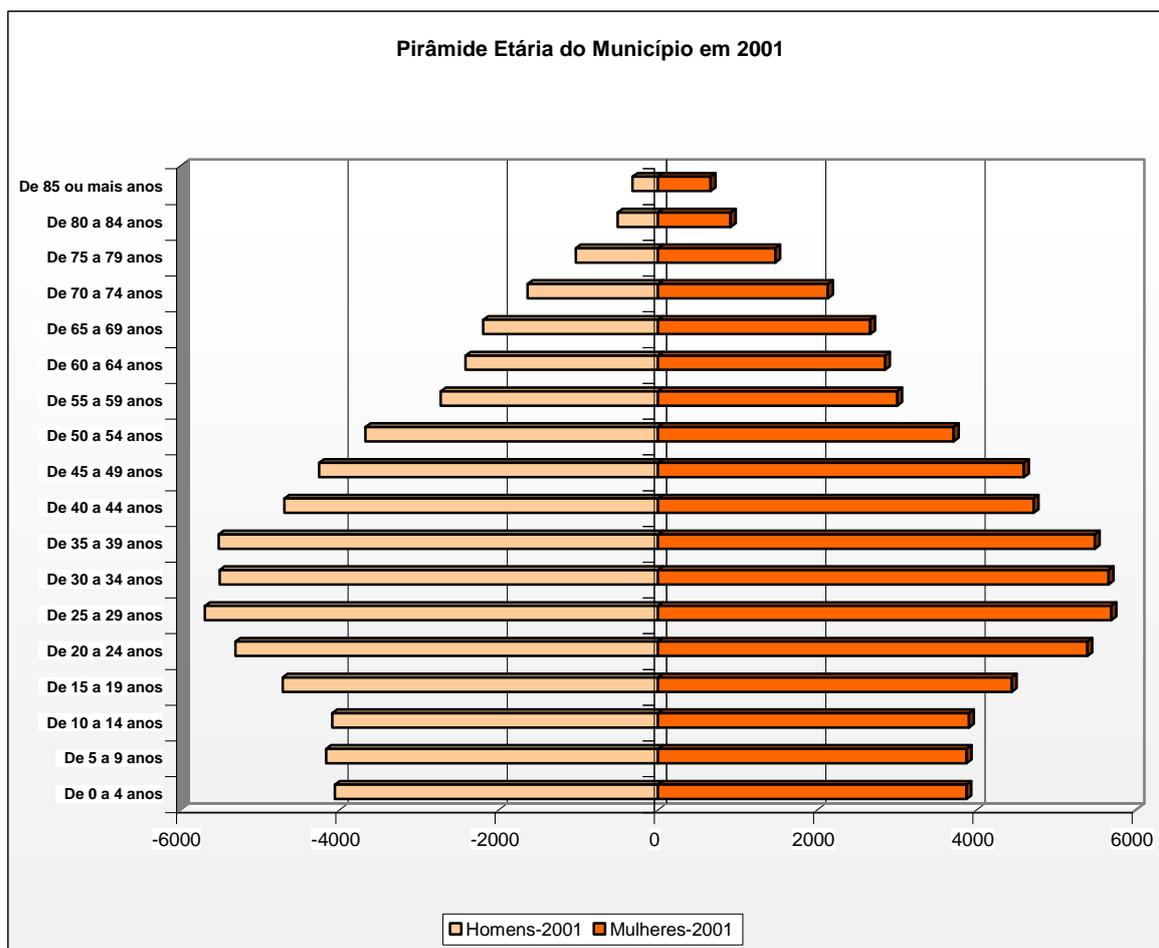


Gráfico 4 – Pirâmide Etária de V.N. Famalicão em 2001



Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIPP, Lda

Recurso,Lda

Quadro 7- População Residente por Grandes Grupos Etários, por Freguesia, em 1991 e 2001

FREGUESIA	População 0-14 anos		População 15-24 anos		População 25-64 anos		População 65 ou + anos	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Abade de Vermoim	18.6	16.2	18.6	16.0	53.1	56.1	9.8	11.7
Antas	22.7	17.8	19.1	15.3	49.8	56.4	8.5	10.5
Avidos	24.6	18.5	19.8	13.8	47.2	54.3	8.4	13.4
Bairro	25.3	16.8	19.4	14.9	45.4	55.3	10.0	12.9
Bente	21.5	19.2	18.3	14.0	51.8	55.6	8.4	11.3
Brufe	20.9	16.0	18.2	14.9	50.3	55.6	10.5	13.5
Cabeçudos	21.5	20.2	19.4	14.1	50.2	56.6	8.9	9.2
Calendário	21.5	18.8	18.6	14.9	52.1	56.4	7.8	9.9
Carreira	23.5	17.7	21.0	14.0	48.4	56.2	7.1	12.1
Castelões	22.6	19.7	18.7	14.9	50.7	54.8	8.0	10.5
Cavalões	22.4	21.4	20.1	14.3	49.2	55.2	8.3	9.1
Cruz	24.6	17.2	19.5	16.0	49.0	56.4	7.0	10.4
Delães	22.7	17.5	20.2	15.7	49.8	56.1	7.3	10.7
Esmeriz	23.8	18.3	20.1	15.8	48.8	56.0	7.3	9.9
Fradelos	22.4	22.8	18.6	14.9	51.0	52.9	8.0	9.5
Gavião	23.1	16.4	19.2	14.9	49.9	55.4	7.8	13.3
Gondifelos	24.8	20.0	21.6	15.7	45.6	54.1	8.0	10.1
Jesufrei	21.2	21.6	21.0	14.9	48.5	52.7	9.3	10.8
Joane	23.5	20.7	21.6	16.4	46.9	53.7	7.9	9.3
Lagoa	23.0	18.3	22.8	12.7	43.7	56.1	10.6	12.9
Landim	25.5	17.9	19.9	15.1	47.4	54.9	7.2	12.0
Lemenhe	19.5	17.3	21.3	15.5	49.6	57.2	9.6	10.0
Louro	23.3	18.4	18.6	17.1	49.8	53.0	8.2	11.5
Lousado	22.8	17.6	24.1	14.9	45.0	55.0	8.1	12.5
Mogege	23.8	22.8	20.1	15.9	47.0	52.9	9.2	8.5
Mouquim	21.7	16.2	20.4	15.7	50.1	57.9	7.8	10.3
Nine	25.9	16.1	21.2	18.1	46.3	54.1	6.6	11.7
Novais	20.9	19.4	22.0	16.9	48.6	55.2	8.6	8.5
Outiz	23.7	19.7	18.6	14.0	48.6	53.0	9.1	13.3
Pedome	24.9	19.1	18.9	17.5	48.9	52.6	7.3	10.7
Portela	22.8	22.7	20.6	20.2	48.5	46.9	8.1	10.2
Pousada de Saramagos	24.1	19.8	19.0	14.4	49.5	56.6	7.4	9.1
Requião	25.8	20.0	19.8	15.1	48.0	54.1	6.5	10.8
Riba de Ave	25.1	16.2	22.1	15.5	45.4	55.4	7.4	12.8
Ribeirão	29.1	21.2	20.5	16.0	42.5	53.8	7.9	8.9
Ruivães	22.0	16.5	22.6	15.4	47.7	55.6	7.7	12.4
Arnosos (Santa Eulália)	23.1	19.3	19.5	15.5	50.2	50.3	7.3	14.9
Arnosos (Santa Maria)	21.0	20.9	18.2	15.8	51.7	51.4	9.1	12.0
Oliveira (Santa Maria)	26.0	18.7	21.1	16.4	46.7	54.3	6.3	10.6
Vale (São Cosme)	22.1	19.3	21.7	16.2	48.7	54.3	7.5	10.2
Vale (São Martinho)	21.0	17.9	21.6	18.2	47.8	53.3	9.5	10.6
Oliveira (São Mateus)	22.7	16.5	22.7	15.6	45.1	54.8	9.6	13.1
Seide (São Miguel)	28.9	18.1	20.1	14.7	40.6	56.3	10.4	10.9
Seide (São Paio)	24.6	21.5	21.7	11.3	45.7	57.5	7.9	9.7
Sezures	24.7	20.7	20.1	19.5	48.0	48.1	7.2	11.6
Telhado	25.9	19.7	17.5	15.3	48.0	56.1	8.5	8.8
Vermoim	23.1	19.5	21.7	15.4	47.5	55.3	7.8	9.9
Vila Nova de Famalicão	21.3	18.3	16.6	15.1	53.3	57.1	8.8	9.5
Vilarinho das Cambas	25.8	20.4	19.9	15.8	46.5	54.6	7.7	9.2
Total	23.3	18.8	19.9	15.5	48.8	55.0	8.1	10.7

1.3. Nível de Instrução

A capacidade de uma sociedade dar resposta aos problemas e aos desafios que se lhe vão deparando no processo de desenvolvimento depende directamente da qualificação dos recursos humanos. Assim, através da análise do quadro seguinte, verifica-se que:

- A distribuição da população segundo o nível de instrução em 1991 e 2001, revela uma grande percentagem de analfabetos com 10 e mais anos, o que reflecte, em parte, o abandono precoce dos alunos. Embora a taxa de analfabetos tenha descido de 8,2% em 1991 para 6,7% em 2001, esta revela ainda um grande peso no município, embora seja mais baixa que a média da Região Norte (8,3%) e do Ave (7,7%).

- Os valores da taxa de analfabetismo são, de uma forma geral ainda um pouco elevados, situação que associada ao facto de na distribuição da população por níveis de instrução, se verificar que a maioria da população apresenta como nível máximo de escolarização o ensino primário, ainda reforça mais o problema.

- No que concerne à distribuição da população por níveis de instrução, constata-se que a maioria da população se concentra nos níveis de instrução mais baixos, embora a tendência actual vá no sentido de um aumento generalizado dos níveis de instrução, principalmente no ensino secundário pois a escolaridade obrigatória também aumentou, e no ensino médio e superior.

Quadro 8- Taxa de Analfabetismo e nível de instrução em 1991 e 2001

	Taxa Analfabetismo		População Residente		Analfabetos com 10 e mais anos				Ensino primário			
	1991	2001	1991	2001	1991		2001		1991		2001	
					v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
Região Norte	9,9	8,3	3410099	3687293	298461	8,8	272547	7,4	1626802	47,7	1386766	37,6
AMP	5,9	5,3	1167800	1260680	60212	5,2	59488	4,7	508368	43,5	426649	33,8
Baixo Tâmega	18,3	14,5	174044	179521	22682	13,0	20002	11,1	88590	50,9	77484	43,2
Vale do Sousa	9,2	8,0	295898	326345	22197	7,5	21908	6,7	156247	52,8	139427	42,7
Ave	8,4	7,7	374520	509968	27353	7,3	34344	6,7	181988	48,6	198426	38,9
V.N.Famalicão	8,2	6,7	114338	127567	8086	7,1	7470	5,9	52660	46,1	46308	36,3

Quadro 9- Taxa de Analfabetismo e nível de instrução em 1991 e 2001 (continuação)

	Ensino Preparatório				Ensino Secundário				Outros			
	1991		2001		1991		2001		1991		2001	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
Região Norte	522543	15,3	557752	15,1	545627	16,0	876247	23,8	177761	5,2	351449	9,5
AMP	156536	13,4	157080	12,5	250100	21,4	356032	28,2	99980	8,6	179803	14,3
Baixo Tâmega	26232	15,1	30410	16,9	15600	9,0	31658	17,6	3689	2,1	6554	3,7
Vale do Sousa	53469	18,1	65129	20,0	27029	9,1	60792	18,6	5826	2,0	13343	4,1
Ave	63788	17,0	89594	17,6	53764	14,4	117882	23,1	12314	3,3	33307	6,5
V.N.Famalicão	22068	19,3	23298	18,3	17494	15,3	31802	24,9	3743	3,3	9109	7,1

Numa análise a nível concelhio, constata-se que as freguesias que apresentam maiores taxas de analfabetismo são aquelas que apresentam maior isolamento, onde os equipamentos escolares exigem muitas vezes uma deslocação maior, sendo também freguesias com um carácter mais rural e mais afastadas dos principais eixos de desenvolvimento. Assim, através da análise do quadro apresentado, constata-se que:

- As freguesias de Antas, Calendário, Cavalões, Louro, Mouquim, Nine, Ribeirão e Vila Nova de Famalicão são as que apresentam uma taxa de analfabetismo mais baixa, inferior a 6%, sendo a freguesia de Vila Nova de Famalicão a que apresenta a menor taxa de todas as freguesias (2,5%).

- As maiores taxas de analfabetismo, situadas entre 8% e 10%, encontram-se nas freguesias de Abade de Vermoim, Bente, Carreira, Castelões, Landim, Oliveira St^a Maria, Oliveira S. Mateus, Pedome, Portela e Seide S. Paio.

-De salientar com níveis de analfabetismo preocupantes, superiores a 10%, as freguesias de Outiz com uma taxa de 12,5%, Sezures com 11,7% e Ruivães com 10,5%.

- As restantes freguesias apresentam uma taxa de analfabetismo entre 6% e 8%.

No que toca ao nível de ensino, constata-se que o ensino secundário aumentou de 15,3% em 1991, para cerca de 25% em 2001. As freguesias que apresentam melhores níveis de formação são as freguesias mais urbanas, nomeadamente Vila Nova de Famalicão com cerca de 20% da sua população com ensino secundário e com a mesma percentagem em relação ao ensino médio e superior. As freguesias de Antas, Calendário, Cruz, Lemenhe, Louro, Mouquim e Riba D`Ave são as que apresentam maior número de população com ensino médio e superior, com taxas superiores a 7% do total da população da freguesia.

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIPP, Lda

Recurso,Lda

Quadro 10 – Taxa de Analfabetismo e nível de instrução por freguesia em 2001 (%)

Freguesias	Taxa de Analfabetismo	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Médio	Superior
Abade de Vermoim	9.4	39.0	15.4	12.0	12.8	0.0	4.3
Antas	5.1	34.2	14.5	10.5	16.7	0.6	11.6
Avidos	7.8	40.3	15.7	10.7	11.7	0.3	6.5
Bairro	7.8	38.9	16.6	11.0	13.6	0.3	6.2
Bente	8.9	41.4	19.1	9.1	10.5	0.0	4.3
Brufe	7.6	39.6	16.8	10.8	13.9	0.1	6.5
Cabeçudos	6.2	36.4	22.0	11.8	11.1	0.0	5.1
Calendário	5.7	31.5	14.2	11.5	19.4	0.7	9.8
Carreira	9.3	43.4	17.3	10.7	10.3	0.2	3.8
Castelões	8.6	41.1	19.0	9.5	12.3	0.2	3.6
Cavalões	4.5	38.5	22.3	10.9	12.4	0.1	4.3
Cruz	6.6	33.4	20.3	13.0	11.9	0.2	7.9
Delães	6.9	38.7	19.6	11.3	11.9	0.2	4.8
Esmeriz	6.7	33.6	19.3	10.1	15.3	0.5	6.9
Fradelos	7.4	35.7	25.4	9.3	9.0090	0.1	3.9
Gavião	7.4	36.2	14.6	11.0	16.7	0.5	8.2
Gondifelos	6.7	35.4	24.2	12.7	10.0	0.3	3.3
Jesufrei	7.1	31.8	29.1	11.4	8.0	0.0	3.2
Joane	7.0	35.1	19.3	11.4	14.1	0.3	5.7
Lagoa	7.4	42.6	18.0	10.7	10.2	0.0	4.3
Landim	8.3	42.4	20.2	10.5	9.2	0.1	4.2
Lemenhe	7.1	36.9	20.3	10.2	11.1	0.2	7.1
Louro	5.8	38.1	18.1	10.8	12.8	0.4	7.8
Lousado	6.3	38.9	15.8	11.5	14.6	0.3	6.6
Mogege	7.8	37.4	24.7	10.9	6.7	0.1	3.6
Mouquim	5.9	37.8	19.9	10.9	11.6	0.2	7.1
Nine	5.7	38.5	18.1	12.9	13.4	0.2	6.7
Novais	7.5	28.3	15.6	20.4	18.6	0.0	3.7
Outiz	12.5	38.2	17.0	9.3	12.7	0.1	2.1
Pedome	8.0	39.8	20.5	13.0	8.4	0.0	4.2
Portela	8.4	35.7	23.6	13.9	8.5	0.0	2.4
Pousada de Saramagos	6.2	37.3	18.8	11.1	13.8	0.2	4.9
Requião	6.9	37.7	20.5	11.5	11.1	0.2	5.3
Riba de Ave	6.7	39.4	13.7	11.9	14.3	0.2	7.9
Ribeirão	5.6	38.5	20.5	12.8	10.9	0.2	4.1
Ruivães	10.5	42.2	17.4	10.0	11.9	0.3	3.4
Arnos (Santa Eulália)	7.9	41.7	19.1	12.7	9.0	0.0	2.9
Arnos (Santa Maria)	7.7	36.5	23.9	10.7	12.0	0.1	2.7
Oliveira (Santa Maria)	8.8	36.8	19.0	12.3	11.9	0.0	4.4
Vale (São Cosme)	6.1	36.8	21.5	12.4	11.8	0.0	4.0
Vale (São Martinho)	6.6	36.7	17.0	12.4	15.2	0.3	5.9
Oliveira (São Mateus)	8.8	40.3	16.1	10.1	12.7	0.2	5.2
Seide (São Miguel)	7.7	38.0	24.4	8.9	10.8	0.0	3.9
Seide (São Paio)	8.6	39.1	18.6	10.2	11.0	0.0	4.2
Sezures	11.7	34.4	27.0	11.0	6.8	0.3	1.6
Telhado	7.9	34.3	22.0	12.2	13.0	0.3	3.8
Vermoim	6.5	37.4	19.7	13.2	10.7	0.2	6.2
Vila Nova de Famalicão	2.5	23.1	11.8	11.8	20.7	1.4	20.8
Vilarinho das Cambas	6.5	35.9	23.1	11.3	10.2	0.2	4.1
Total	6.7	36.21	18.26	11.47	13.46	0.33	6.81

2. Estrutura Económica

A estrutura sócio-económica de uma região além de revelar a capacidade produtiva que essa região apresenta, revela também o seu nível de desenvolvimento e a sua preparação para os desafios que possam advir.

Da análise do quadro que a seguir se apresenta, constata-se que:

- A taxa de desemprego total do município em 1991 era de 3,2 %, sendo a mais baixa de todas as unidades em análise, embora a média do Ave também tenha sido das mais baixas (3,7%). Em 2001 esta taxa sobe, seguindo uma trajectória idêntica às restantes unidades em análise, situando-se nos 5,2%, que embora menor que a média do Ave (5.6%) é já superior à média do Vale do Sousa (4.5%).

O desemprego feminino apresenta no município uma taxa superior ao masculino, tanto para 1991 (4,6% no feminino e 3,1% no masculino) como em 2001 (6,0 no feminino e 4,6 no masculino), tendo subido bastante nesta década.

Quadro 11- Total de população desempregada em 1991 e 2001

	POPULAÇÃO DESEMPREGADA									
	TOTAL		PROCURA 1º EMPREGO				PROCURA DE NOVO EMPREGO			
			1991		2001		1991		2001	
	1991	2001	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
Região Norte	78430	118912	23112	29	24794	20.9	55318	71	94118	79.1
AMP	34260	51862	7114	21	9077	17.5	27146	79	42785	82.5
Baixo Tâmega	3460	4901	1407	41	1528	31.2	2053	59	3373	68.8
Vale do Sousa	4864	6593	1735	36	1552	23.5	3129	64	5041	76.5
Ave	7209	14671	1375	19	2097	14.3	5834	81	12574	85.7
V.N.Famalicão	1908	3534	-	24	468	13.2	-	76	3066	74.2

Quadro 12- Taxa de desemprego e taxa de actividade em 1991 e 2001

	TAXA DE DESEMPREGO						TAXA DE ACTIVIDADE					
	1991			2001			1991			2001		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Região Norte	5,0	3,8	6,5	6,7	5,2	8,6	45,5	54,8	36,8	48,1	55,4	41,4
AMP	6,0	4,7	7,7	8,0	6,8	9,4	49,0	57,8	40,8	51,4	57,3	45,8
Baixo Tâmega	5,2	3,6	8,4	7,0	3,8	12,7	38,1	51,3	25,4	39,8	51,4	28,8
Vale do Sousa	3,5	2,6	5,1	4,5	3,1	6,5	46,6	58,1	35,4	49,2	57,6	40,9
Ave	3,7	4,7	3,0	5,6	4,8	6,4	52,2	42,8	61,3	51,8	56,8	47,0
V.N.Famalicão	3,2	3,1	3,3	5,2	4,6	6,0	51,9	58,1	45,8	53,0	57,8	48,4

- A taxa de actividade total, valor que nos apresenta o balanço entre a população activa e a população residente, revela-nos que o município apresenta valores superiores aos da Região Norte e restantes unidades, sendo apenas inferior à média do Ave em 1991. Em 2001, a taxa de actividade sobe para 53.0%, constatando-se que o município apresenta em relação às restantes unidades em análise o valor mais elevado, valor este que se apresenta também em relação à desagregação por taxa de actividade feminina e masculina, o que revela a grande capacidade produtiva existente no município.

Contudo, se atendermos ao precoce abandono escolar evidenciado anteriormente, esta subida da taxa de actividade, também pode estar relacionada com o trabalho "infantil/ jovem", que não será muito positivo a médio/ longo prazo.

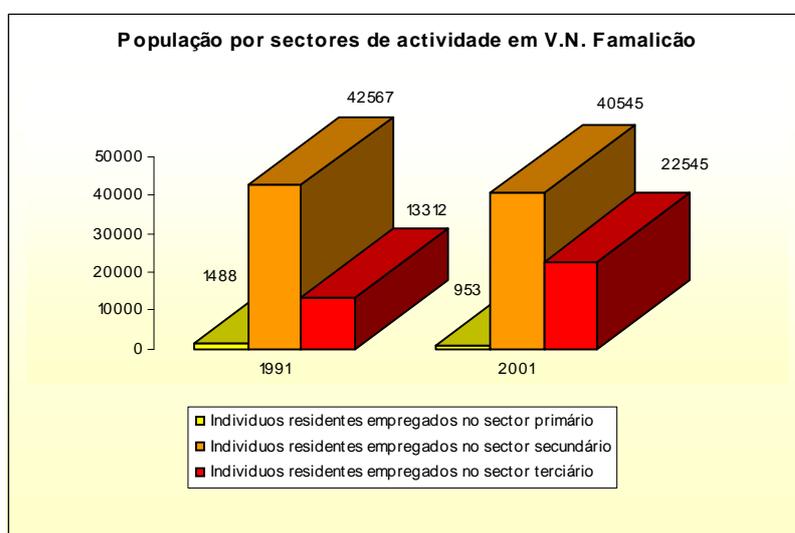
Quadro 13- População Residente com actividade económica, por sector de actividade em 1991 e 2001

	POPULAÇÃO COM ACTIVIDADE ECONÓMICA POR SECTOR DE ACTIVIDADE											
	SECTOR PRIMÁRIO				SECTOR SECUNDÁRIO				SECTOR TERCIÁRIO			
	1991		2001		1991		2001		1991		2001	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
Região Norte	158862	11,0	78726	4,8	742010	49,0	758079	45,8	600945	40,0	819298	49,5
AMP	13066	2,0	9842	1,7	237777	44,0	209904	35,2	286777	53,0	375783	63,1
Baixo Tâmega	12426	20,0	5237	7,4	30657	49,0	37268	53,0	19687	31,0	27858	39,6
Vale do Sousa	7589	6,0	3824	2,5	87806	66,0	98813	63,3	37700	28,0	53378	34,2
Ave	4966	3,0	5079	2,0	138998	74,0	158025	63,4	44456	24,0	86343	34,6
V.N.Famalicão	1488	2,6	953	1,5	42567	74,2	40545	63,3	13312	23,2	22545	35,2

No que diz respeito aos sectores de actividade, constata-se que o sector secundário assume, em termos da sua população activa, um peso muito significativo, seguindo a trajectória actual de decréscimo do sector primário em primazia do sector terciário.

A análise da população activa por sectores de actividade salienta a preponderância do sector secundário, abrangendo em 2001, 63,3% da população activa, embora se denote um decréscimo de mais de 10% desde 1991. Em relação ao sector terciário, este obteve um grande aumento percentual, tendo tido um aumento de cerca de 12% entre 1991 e 2001, apresentando valores mais elevados que a média do Ave (34,6%) e do Vale do Sousa (34,2%) em 2001.

Gráfico 5 – População residente por sectores de actividade em 1991 e 2001



Ao nível das freguesias constata-se que o maior número de activos em 2001 no sector primário se encontra nas freguesias mais rurais, como Fradelos (7,5%), Vilarinho das Cambas (6,5%), Jesufrei (6,3%) e Gondifelos (5,8%), com valores acima da média do município (1,5%), embora cada vez mais a expressão do primário seja diminuta e com tendência a servir de complemento ao salário.

- Os activos do sector secundário apresentam grande expressão em todas as freguesias do município.

- O maior número de activos no sector terciário, concentram-se nas freguesias consideradas urbanas, como Antas, Calendário, Joane, Ribeirão e Famalicão. Embora em todas as restantes freguesias do município o número de activos empregados no sector terciário seja superior aos empregados no sector primário, constata-se que só as freguesias de Antas, Brufe e Famalicão

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIPP, Lda

Recurso,Lda

apresentam um número de activos no sector terciário superior ao número de activos no sector secundário.

Quadro 14- População residente empregada, por sector de actividade em 1991 e 2001

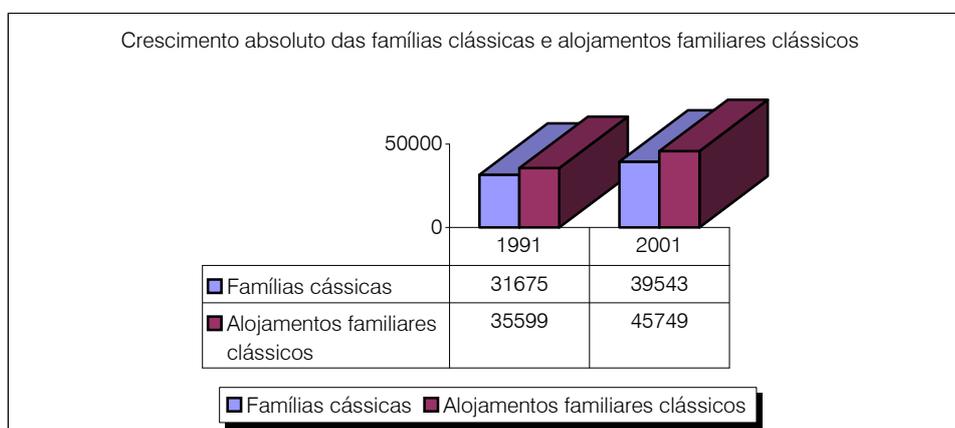
	População Residente		Total da população empregada por sector				Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
	1991	2001	1991		2001		1991	2001	1991	2001	1991	2001
Abade de Vermoim	307	351	157	51,1	168	47,9	8,9	4,2	72,0	54,8	19,1	41,1
Antas	4870	5376	2327	47,8	2678	49,8	1,2	0,7	57,5	47,8	41,3	51,4
Avidos	1359	1410	708	52,1	663	47,0	1,8	1,8	82,9	71,3	15,3	26,8
Bairro	3650	3803	1825	50,0	1818	47,8	1,7	0,7	79,3	70,1	19,0	29,2
Bente	806	959	399	49,5	466	48,6	3,0	2,6	80,7	69,3	16,3	28,1
Brufe	2397	2288	1184	49,4	1062	46,4	2,7	1,2	60,8	46,5	36,5	52,3
Cabeçudos	1238	1472	661	53,4	757	51,4	2,4	0,1	79,1	69,1	18,5	30,8
Calendário	8972	10697	4409	49,1	5453	51,0	1,3	0,7	65,5	53,0	33,3	46,3
Carreira	1629	1907	817	50,2	960	50,3	1,7	0,3	86,3	74,9	12,0	24,8
Castelões	1582	1746	799	50,5	877	50,2	1,6	1,6	84,4	75,1	14,0	23,3
Cavalões	1240	1465	613	49,4	724	49,4	7,3	4,4	67,0	62,6	25,6	33,0
Cruz	1589	1636	795	50,0	854	52,2	2,5	2,1	77,7	62,9	19,7	35,0
Delães	3511	3761	1807	51,5	1936	51,5	1,1	0,7	85,1	72,2	13,9	27,2
Esmeriz	1599	1905	815	51,0	959	50,3	4,4	1,5	73,9	65,3	21,7	33,3
Fradelos	3012	3337	1496	49,7	1699	50,9	11,2	7,5	73,1	67,2	15,6	25,3
Gavião	3467	3729	1694	48,9	1794	48,1	2,4	0,8	62,2	50,8	35,4	48,4
Gondifelos	1461	2183	791	54,1	1112	50,9	12,1	5,8	64,9	60,0	23,0	34,3
Jesufrei	623	666	279	44,8	332	49,8	5,0	6,3	71,3	63,3	23,7	30,4
Joane	6249	7528	3084	49,4	3855	51,2	0,6	0,4	80,2	69,7	19,1	29,9
Lagoa	902	890	514	57,0	452	50,8	2,7	2,4	80,4	68,4	16,9	29,2
Landim	2752	2852	1371	49,8	1355	47,5	2,5	1,8	81,5	71,4	16,0	26,7
Lemenhe	1363	1427	678	49,7	776	54,4	6,6	2,8	71,4	64,0	22,0	33,1
Louro	2303	2464	1065	46,2	1209	49,1	4,6	3,0	61,3	54,7	34,1	42,3
Lousado	3469	3725	1697	48,9	1818	48,8	1,3	0,5	78,0	64,4	20,7	35,1
Mogege	1672	1938	932	55,7	1029	53,1	1,4	0,3	89,7	79,3	8,9	20,4
Mouquim	1394	1403	743	53,3	741	52,8	4,0	3,4	64,9	58,6	31,1	38,1
Nine	2586	2735	1129	43,7	1268	46,4	4,2	1,7	57,6	55,2	38,3	43,1
Novais	831	898	435	52,3	447	49,8	2,3	1,3	88,7	82,8	9,0	15,9
Outiz	896	943	445	49,7	428	45,4	7,6	3,3	70,3	61,4	22,0	35,3
Pedome	2263	2234	1180	52,1	1143	51,2	1,4	1,2	87,7	78,6	10,9	20,2
Portela	584	635	275	47,1	319	50,2	9,1	3,1	71,3	73,0	19,6	23,8
Pousada de Saramagos	1936	2016	1019	52,6	1050	52,1	0,9	0,2	81,2	68,3	18,0	31,5
Requião	2850	3034	1486	52,1	1549	51,1	3,0	1,6	75,9	63,2	21,1	35,2
Riba de Ave	2982	3396	1541	51,7	1666	49,1	0,5	0,1	78,8	65,6	20,7	34,3
Ribeirão	7169	8298	3760	52,4	4258	51,3	1,6	1,1	77,6	69,8	20,8	29,1
Ruivães	2413	2117	1157	47,9	1051	49,6	2,3	3,1	82,6	69,7	15,0	27,1
Arnos (Santa Eulália)	1125	1122	478	42,5	461	41,1	3,6	1,1	67,6	58,6	28,9	40,3
Arnos (Santa Maria)	1617	1824	808	50,0	856	46,9	3,3	2,3	70,8	63,2	25,9	34,5
Oliveira (Santa Maria)	2846	3091	1492	52,4	1545	50,0	0,9	0,7	87,3	75,0	11,7	24,3
Vale (São Cosme)	2989	3054	1539	51,5	1571	51,4	2,5	1,1	85,9	75,4	11,6	23,4
Vale (São Martinho)	1692	1943	827	48,9	963	49,6	3,6	2,4	81,6	67,1	14,8	30,5
Oliveira (São Mateus)	3216	3075	1609	50,0	1494	48,6	0,6	0,1	84,1	72,6	15,3	27,3
Seide (São Miguel)	976	1125	525	53,8	566	50,3	3,2	1,1	85,1	76,0	11,6	23,0
Seide (São Paio)	437	381	200	45,8	178	46,7	5,5	2,2	74,0	60,1	20,5	37,6
Sezures	616	619	285	46,3	288	46,5	5,6	1,4	83,2	75,3	11,2	23,3
Telhado	1775	1799	915	51,5	951	52,9	3,1	1,7	87,3	79,3	9,6	19,0
Vermoim	2696	2893	1392	51,6	1480	51,2	1,4	1,2	80,4	68,5	18,2	30,3
Vila Nova de Famalicão	5243	8098	2598	49,6	4270	52,7	0,7	0,5	42,3	36,3	57,0	63,2
Vilarinho das Cambas	1184	1319	612	51,7	694	52,6	10,8	6,5	69,1	59,7	20,1	33,9
Total	114338	127567	57367	50,2	64043	50,2	2,6	1,5	74,2	63,3	23,2	35,2

2.1. Famílias Clássicas

Com 39.543 famílias clássicas em 2001, estas aumentaram na última década cerca de 25% numa proporção ligeiramente mais baixa que os alojamentos familiares clássicos (cerca de 29%).

O número de pessoas por família, vai no sentido de cada vez mais as famílias apresentarem um agregado reduzido, sendo as famílias clássicas com 1,2,3 ou 4 pessoas que mais aumentaram na última década. As famílias com 5 ou mais pessoas diminuíram, fruto da baixa natalidade existente a nível geral, sendo o agregado mais significativo de 3 pessoas por família.

Gráfico 6 – Crescimento absoluto das famílias e alojamentos familiares clássicos em 1991 e 2001



A dimensão média das famílias clássicas em 2001 é de 3,2 pessoas por família, valor que se mostra mais baixo que em 1991 (3,6 pessoas p

or família). De salientar que relativamente a 1981 em que o número de pessoas por família era de 4,2, em 2001 constatamos que o valor é de menos uma pessoa por família.

Em termos do aumento do número de famílias, na década de 1981/1991, verificou-se que a unidade que mais aumentou o número de famílias foi a UP6 com 35,3%, valor este muito idêntico em relação ao crescimento dos alojamentos na mesma década, de 35,8%. A UP5 obteve um acréscimo de 32,3%, valor este que se mostra inferior ao crescimento do número de edifícios na mesma década, o que de resto se vem a verificar em todas as unidades e para as duas décadas em análise.

Entre 1991/2001, todas as unidades aumentaram em termos do número de famílias, sendo a UP1 a que mais aumentou, denotando-se o mesmo relativamente ao aumento do número de alojamentos.

2.2. Projecções da População

As projecções são cálculos que permitem conhecer a população de um país no futuro, se se verificarem determinadas hipóteses sobre a evolução da fecundidade, da mortalidade e das migrações internacionais.

Após consulta, recolha e tratamento da informação relativa ao XIII e XIV Recenseamento Geral da População (1991 e 2001 respectivamente), efectuaram-se projecções demográficas para o horizonte de vigência do Plano Director Municipal, concretamente para o ano de 2006, 2011, 2016 e 2021. Nesse âmbito, admitiram-se alguns pressupostos de cálculo, bem como algumas hipóteses exploratórias que serão evidenciadas ao longo do presente estudo.

Adoptou-se como critério de abordagem a projecção por unidades de planeamento, bem como (para o cenário baixo) por agrupamentos escolares e para a Cidade (definida neste caso pelo total das freguesias de Antas, Brufe, Calendário, Gavião e V.N. Famalicão) procurando deste modo, servir de base aos diversos estudos do Plano Director Municipal e reduzir a margem de erro associada a estas projecções).

Reunidos os requisitos necessários foi efectuada uma projecção faseada do Crescimento Natural, de forma a estimar a população para o horizonte do Plano Director Municipal, até um pouco mais alargado, até 2021, apresentando-se três cenários de evolução da população: cenário baixo, cenário base e cenário elevado.

Não obstante a actualidade da fonte estatística de partida, será sempre de admitir alguma falibilidade dos resultados apresentados, tendo em conta o grau de incerteza inerente às migrações e ao próprio modelo de projecção, mesmo considerando a aferição efectuada.

Para o cenário elevado utilizou-se o método da regressão polinomial de 2º grau, por se ter concluído ser o método que apresentava um intervalo de desvio menor. Assim, para o município estimou-se um crescimento para um horizonte de 10 anos e outro de 20 anos, onde se constatou que o município mantém a sua tendência de crescimento embora não tão elevado em relação ao da última década, calculando-se para a década 2001/2011 um acréscimo em termos percentuais de 9,9% e para a década 2011/2021 um acréscimo de cerca de 9 pontos percentuais.

Quadro 15- População Residente em V.N. Famalicão desde 1940 a 2001 e projecções da população para 2011 e 2021

V.N.Famalicão	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
População	56.158	66.173	79.250	89.151	106.570	114.338	127.567	140.238	157.794
Crescimento N°	_	10.005	13.077	9.901	17.419	7.768	13.229	12.671	12.556
Crescimento %	_	17,8%	19,8%	12,5%	19,5%	7,3%	11,6%	9,9%	9,0%

Gráfico 7 – População Residente em V.N. Famalicão desde 1940 a 2001 e projecções da população para 2011 e 2021

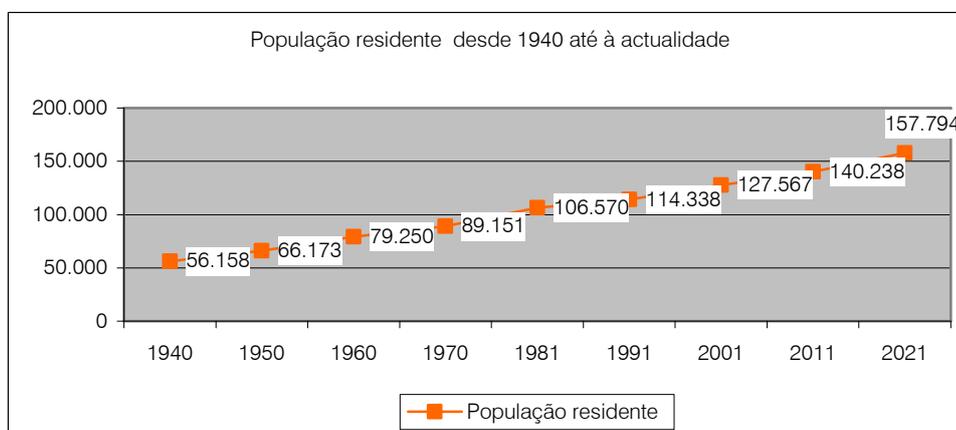


Gráfico 8 – Crescimento Populacional em V.N. Famalicão desde 1940 a 2001 e projecções da população para 2011 e 2021

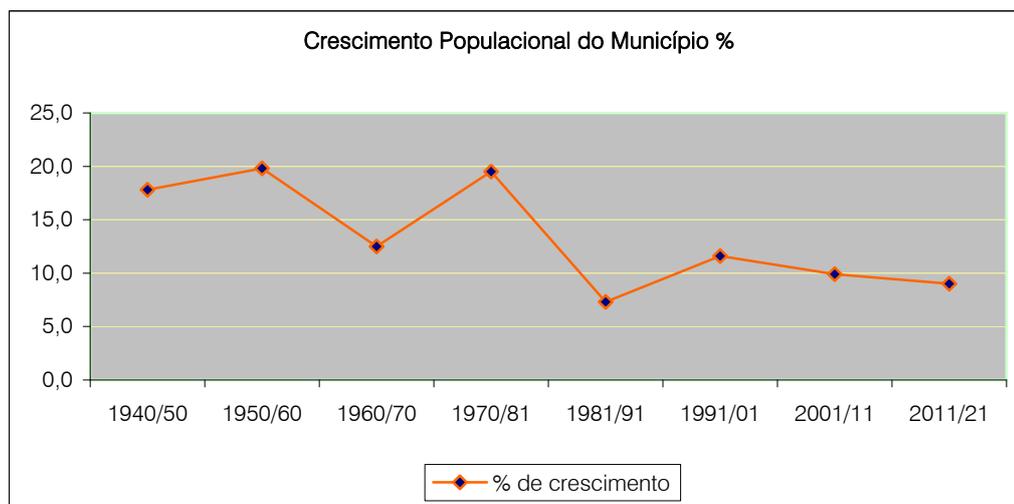
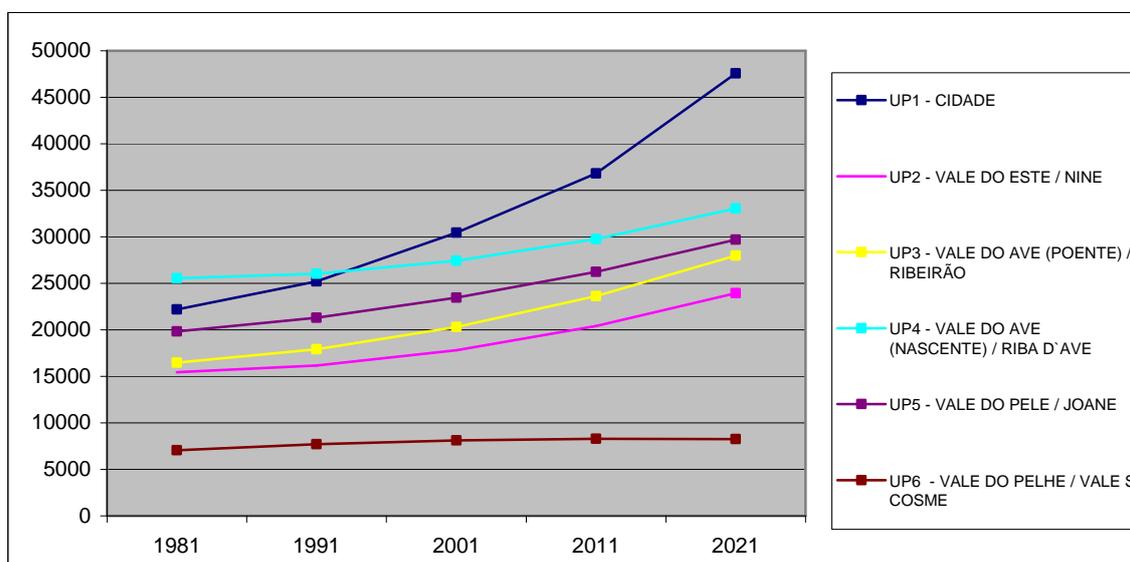


Gráfico 9 – Crescimento Populacional em V.N. Famalicão desde 1940 a 2001 e projecções da população para 2011 e 2021



Quadro 16- Crescimento Populacional e projecções por unidades de planeamento

	UP1 - CIDADE	UP2 - VALE DO ESTE / NINE	UP3 - VALE DO AVE (POENTE) / RIBEIRÃO	UP4 - VALE DO AVE (NASCENTE) / RIBA D' AVE	UP5 - VALE DO PELE / JOANE	UP6 - VALE DO PELHE / VALE S. COSME
1981	22188	15452	16489	25543	19844	7054
1991	25222	16164	17926	26024	21313	7689
2001	30461	17818	20311	27435	23442	8100
2011	36811	20414	23644	29776	26231	8287
2021	47554	23952	27970	33047	29680	8250

Para o cenário baixo foi adoptado um processo de análise das componentes demográficas aplicadas aos escalões etários, designado de “Método de Sobrevivência das Coortes”. Desse modo foram calculados separadamente os efectivos masculinos e femininos, (porque possuem taxas de sobrevivência distintas) por cada um dos grupos etários.

O processo de cálculo da evolução natural da população a partir dos residentes registados em 1991 e das respectivas probabilidades de sobrevivência ao longo do intervalo temporal em causa, fundamentou-se nas tábuas de cálculo tipo Princeton (“Modelo Sul”), tendo sido considerados os níveis 23 e 24 para os quinquénios 1991/1996 e 1996/2001, respectivamente, e o nível 25 para os quinquénios seguintes, até 2021.

Para a aplicação prática do método houve previamente que definir alguns pressupostos de trabalho, tendo em conta a articulação das componentes teóricas com a informação estatística disponível. Estabeleceram-se pois as seguintes hipóteses (ver tabelas em anexo):

- Para o cálculo da população dos 0-4 anos, nascimentos, admite-se a hipótese da evolução da Taxa de Fecundidade seguir a tendência crescente da Projecção para o Território Nacional (estudo realizado pelo INE, em anexo);

- O número de nascimentos é determinado pela aplicação da taxa de fecundidade ao efectivo médio da população feminina dos 15-49 anos;

- A desagregação por sexo do total de nascimentos, foi feita considerando a relação de masculinidade; 0.5122, homens e 0.4878, mulheres;

- O efectivo de nascimentos obtém-se pela aplicação das taxas de sobrevivência à nascença por sexo, segundo as tábuas tipo Princeton – “Modelo Sul”;

- O saldo migratório manterá a tendência (peso percentual) verificada na década 91/01.

Conhecido o total absoluto da População Residente, conforme os Resultados Definitivos do Recenseamento de 2001, retira-se o valor do Saldo Migratório como resultado da subtracção entre a População Residente e o Crescimento Natural (“Método de Sobrevivência das Coortes”), nesse mesmo ano.

De seguida, e como também era conhecido o saldo Migratório Total da População entre 1991 e 2001, efectuou-se uma correcção à projecção do crescimento natural, em função da diferença do saldo migratório (real e resultante da projecção) sobre o total da população projectada, para que o valor total do saldo migratório conhecido fosse coincidente com a diferença da projecção natural para o valor da população residente total do Censo 2001.

Por último, considerou-se que o peso resultante do saldo migratório por classe etária (diferença entre a projecção natural corrigida e o valor do Censo 2001) se manteve para os quinquénios seguintes (projecção de 2006 a 2021).

Nas tabelas em anexo encontra-se a descrição completa do modelo de projecção para o total do concelho, tendo-se optado por incluir apenas os resultados finais nas restantes análises.

Assim, da adição da projecção do crescimento natural com o previsto saldo migratório (cujo peso percentual se prevê manter constante nos próximos quinquénios) para 2006, 2011, 2016 e 2021, resultou o total absoluto da população residente. Para a quantificação dos valores absolutos da população residente por grupo etário, supõe-se que a desagregação dos saldos migratórios seria proporcionalmente idêntica à estimada para a década 1991/2001.

O quadro a seguir apresentado compara os valores registados em 1991 e 2001 com os estimados para 2011 e 2021 apresentando a respectiva taxa de crescimento por grupo etário. Antevê-se um duplo envelhecimento, diminuição da população jovem em simultâneo com a acentuação do processo de envelhecimento da sua população (à semelhança da estrutura etária nacional).

Quadro 17- População Residente e projecções para 2001 e 2021 por grupo etário

	População Residente Total		Projeções – População Total (Efectiva)		TC 91/01	TC 01/11	TC 11/21
	1991	2001	2011	2021			
0;4	7616	7931	7630	7089	4,14	-3,80	-7,09
5;9	8618	8042	7524	7230	-6,68	-6,44	-3,91
10;14	10413	7998	7448	7451	-23,19	-6,88	0,05
15;19	11406	9159	7978	7610	-19,70	-12,90	-4,61
20;24	11294	10701	7743	7361	-5,25	-27,64	-4,94
25;29	10493	11383	8616	7654	8,48	-24,31	-11,17
30;34	8869	11165	10355	7503	25,89	-7,25	-27,54
35;39	8444	11004	11687	8899	30,32	6,21	-23,85
40;44	7312	9413	11574	10696	28,73	22,96	-7,59
45;49	5659	8851	10666	11567	56,41	20,51	8,45
50;54	5407	7386	8821	11193	36,60	19,43	26,88
55;59	5024	5732	8297	10260	14,09	44,76	23,65
60;64	4573	5267	6952	8403	15,18	31,99	20,87
65;69	3419	4859	5241	7720	42,12	7,87	47,29
70;74	2456	3769	4418	5931	53,46	17,22	34,24
75;79	1811	2506	3506	3896	38,38	39,92	11,12
80;84	995	1420	2359	2730	42,71	66,14	15,70
85 e +	529	981	1438	2096	85,44	46,60	45,71
TOTAL	114338	127567	132255	135288	11,57	3,67	2,29

Fonte de partida: INE; Resultados Definitivos (1991 e 2001)

TC - Taxa de Crescimento (%)

Para o cenário base optou-se por utilizar uma média dos dois cenários anteriores, tendo-se apenas calculado para as unidades de planeamento.

Conclusão dos três cenários de evolução da população

Nos quadros a seguir apresentados, podemos verificar os dados relativos aos três cenários de projecção efectuados.

Assim, as primeiras projecções (correspondentes ao cenário elevado) foram efectuadas pelo método de regressão polinomial de 2º grau, por se ter concluído ser o método que apresentava um intervalo de desvio menor. Segundo este método, o crescimento do município seria idêntico ao verificado anteriormente, ou seja manteria o crescimento das últimas décadas.

No entanto, e uma vez verificando-se uma diminuição da população jovem e uma crescente acentuação do processo de envelhecimento da população, foram feitas novas projecções (correspondentes ao cenário baixo), pelo “Método de Sobrevivência das Coortes”, em que o crescimento é bastante inferior ao verificado pelo método de regressão polinomial, dando origem a um crescimento populacional muito baixo relativamente ao das décadas anteriores. Assim, uma vez que estes dois métodos nos apresentam cenários tão distintos optamos por apresentar um cenário base, considerando apenas como suporte a metade da população existente entre o cenário elevado e o cenário baixo, dado assim origem a um crescimento médio.

Quadro 18- Projecções da População por cenário em 2011 e 2021

		Cenário Baixo	Cenário Base	Cenário Elevado
1991	População Residente	114.338		
2001	População Residente	127.567		
2011	População Estimada	132.255	136.247	140.238
2021	População Estimada	135.288	146.541	157.794

Quadro 19 – Projeções da População em percentagem por cenário em 2011 e 2021

	Cenário Baixo	Cenário Base	Cenário Elevado
1991 / 2001	11.57 %		
2001 / 2011	3.67 %	6.80 %	9.93 %
2011 / 2021	2.29 %	7.55%	12.51 %

3. Mobilidade

Com o intuito de compreender as relações de interdependência entre os municípios em termos de trabalho e estudo, apresenta-se a seguir o estudo relativo às deslocações existentes, tanto relativas ao motivo trabalho, como ao motivo estudo.

Em termos globais, verifica-se que tanto em 1991 como em 2001, a quantidade de residentes em Vila Nova de Famalicão a trabalhar no exterior é inferior à dos que residindo noutros municípios, vêm trabalhar para Vila Nova de Famalicão, resultando daqui um saldo positivo nas relações casa-trabalho, em favor de Vila Nova de Famalicão.

Em relação ao ensino, tanto em 1991 como em 2001, a quantidade de residentes no município e que estudam fora é superior, à dos que residindo fora vêm estudar para o nosso município. Este facto, fica-se a dever, essencialmente, a deslocações motivadas por necessidade de obtenção de níveis superiores de ensino, pois que em termos de ensino básico, o município possui equipamentos em número suficiente.

Ainda de salientar que as saídas por motivo de trabalho ou estudo cresceram mais na última década censitária que as entradas pelo mesmo motivo. No entanto, enquanto no primeiro caso o saldo é positivo, por motivo de estudo o saldo é negativo, demonstrando a dependência do concelho relativamente ao ensino.

Os concelhos que aumentaram significativamente a sua dependência por Famalicão em relação ao motivo trabalho foram: Ponte de Lima, Ponte da Barca, Viana do Castelo, Fafe, Gondomar, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Cabeceiras e Celorico de Basto, Cinfães e Penafiel.

Relativamente à dependência dos empregados a residir em Famalicão, esta aumentou significativamente nos seguintes concelhos: Barcelos, Braga, Guimarães, Trofa, Maia, Porto, Felgueiras e Paços de Ferreira.

Quanto às relações por motivo de estudo, a dependência dos estudantes residentes em Famalicão, aumentou com alguma relevância relativamente a Viana do Castelo, Braga, Santo Tirso, Maia, Matosinhos, Porto e Paredes.

No sentido inverso aumentou significativamente a entrada de estudantes oriundos de Barcelos, Guimarães e Trofa.

Quadro 20- Movimentos casa-trabalho / estudo em V.N. Famalicão em 1991 e 2001

Movimentos casa-trabalho/estudo

	1991		2001	
	Nº	%	Nº	%
TOTAL				
População residente activa e estudantes	55.419	100,0%	69.399	100,0%
População que reside, trabalha e estuda em Vila Nova de Famalicão	45.927	82,9%	53.357	76,9%
Entradas por motivo de trabalho ou estudo	11.416	20,6%	16.205	23,4%
Saídas por motivo de trabalho ou estudo	9.492	17,1%	16.042	23,1%
Saldo	1.924		163	
MOTIVO TRABALHO				
Entradas por motivo de trabalho	10.165	18,3%	13.509	19,5%
Saídas por motivo de trabalho	7.829	14,1%	11.704	16,9%
Saldo	2.336		1.805	
MOTIVO ESTUDO				
Entradas por motivo de estudo	1.251	2,3%	2.696	3,9%
Saídas por motivo de estudo	1.663	3,0%	4.338	6,3%
Saldo	-412		-1.642	

As deslocações são, cada vez mais imprevisíveis e diversificadas pois as tradicionais viagens pendulares estão a ser secundarizadas por movimentos que reflectem a maior complexidade das formas de vida contemporânea. A população é cada vez mais móvel e por isso programa diariamente as suas deslocações e recorre aos meios de transporte públicos e privados considerados mais eficazes e apetecíveis, implicando assim uma articulação entre os vários modos de transporte, que deverão garantir de uma forma flexível, deslocações para qualquer lado e a qualquer hora para ter acesso aos empregos, equipamentos, à cultura e até ao lazer.

A taxa de mobilidade, em 2001, (proporção da população móvel em relação ao total da população residente), que para o total do município é de 66%, é muito idêntica nas 49 freguesias.

Cerca de um quarto da população residente na área abrangida não realizou qualquer viagem no período de referência considerado. Entre os que se deslocaram 27% fizeram-no a pé, 3,9% de motociclo ou de bicicleta.

É de salientar que as maiores taxas de mobilidade dizem respeito às freguesias de Cavalões, Joane, Mogege, Telhado e Vila Nova de Famalicão (quadro 17).

Deslocação: Movimento entre dois locais distintos associado a um único motivo principal e à utilização de um único meio de transporte. Sempre que houver uma mudança de modo/meio de transporte ou de motivo principal deverá ocorrer uma nova deslocação.

Viagem: Conjunto de deslocações efectuadas entre uma origem e um destino final com um único motivo principal independentemente de ser usado mais do que um modo/meio de transporte.

População móvel: indivíduos que realizaram pelo menos uma deslocação.

População móvel motorizada: indivíduos que realizaram pelo menos uma deslocação num veículo a motor.

O automóvel é o meio de transporte mais utilizado, mas também se anda muito a pé

Como se pode observar no gráfico seguinte, as deslocações dos residentes efectuaram-se maioritariamente de automóvel, variando entre 30,9% (na freguesia de Sezures) e 58,5% (em Calendário e Seide S. Miguel).

As segundas maiores percentagens ocorrem nas deslocações a pé com valores que oscilam entre 41,7% na freguesia de Riba D`Ave e cerca de 15% nas freguesias de Sezures e Seide S. Paio.

Quadro 21 – Taxa de Mobilidade segundo a percentagem de distribuição em 2001, por freguesias

	Total da população móvel	Total da população residente	Taxa de Mobilidade
	2001	2001	2001
CC - Vila Nova de Famalicão	84214	127567	66,0
FG - Abade de Vermoim	210	351	59,8
FG - Antas	3543	5376	65,9
FG - Avidos	877	1410	62,2
FG - Bairro	2377	3803	62,5
FG - Bente	596	959	62,1
FG - Brufe	1414	2288	61,8
FG - Cabeçudos	975	1472	66,2
FG - Calendário	7154	10697	66,9
FG - Carreira	1244	1907	65,2
FG - Castelões	1171	1746	67,1
FG - Cavalões	1011	1465	69,0
FG - Cruz	1092	1636	66,7
FG - Delães	2481	3761	66,0
FG - Esmeriz	1249	1905	65,6
FG - Fradelos	2220	3337	66,5
FG - Gavião	2393	3729	64,2
FG - Gondifelos	1464	2183	67,1
FG - Jesufrei	430	666	64,6
FG - Joane	5152	7528	68,4
FG - Lagoa	554	890	62,2
FG - Landim	1785	2852	62,6
FG - Lemenhe	938	1427	65,7
FG - Louro	1631	2464	66,2
FG - Lousado	2404	3725	64,5
FG - Mogege	1348	1938	69,6
FG - Mouquim	930	1403	66,3
FG - Nine	1722	2735	63,0
FG - Novais	614	898	68,4
FG - Outiz	574	943	60,9
FG - Pedome	1482	2234	66,3
FG - Portela	430	635	67,7
FG - Pousada de Saramagos	1356	2016	67,3
FG - Requião	2036	3034	67,1
FG - Riba de Ave	2172	3396	64,0
FG - Ribeirão	5621	8298	67,7
FG - Ruivães	1356	2117	64,1
FG - Arnoso (Santa Eulália)	667	1122	59,4
FG - Arnoso (Santa Maria)	1158	1824	63,5
FG - Oliveira (Santa Maria)	2054	3091	66,5
FG - Vale (São Cosme)	2069	3054	67,7
FG - Vale (São Martinho)	1319	1943	67,9
FG - Oliveira (São Mateus)	1916	3075	62,3
FG - Seide (São Miguel)	714	1125	63,5
FG - Seide (São Paio)	236	381	61,9
FG - Sezures	375	619	60,6
FG - Telhado	1257	1799	69,9
FG - Vermoim	1971	2893	68,1
FG - Vila Nova de Famalicão	5593	8098	69,1
FG - Vilarinho das Cambas	879	1319	66,6

O transporte público colectivo (TPC) é o 3º modo de transporte mais importante no município, variando entre os 38,4% de Sezures e os 5,1% de Vila Nova de Famalicão. Por outro lado, o transporte público da empresa ou escola assume também uma percentagem elevada, de 8,3%, sendo a freguesia de Arnoso Stª Maria a que apresenta a maior percentagem de utilizadores (23,8%). (ver quadro nº 18).

Gráfico 10 – Meios de transporte segundo a percentagem de utilização em 1991

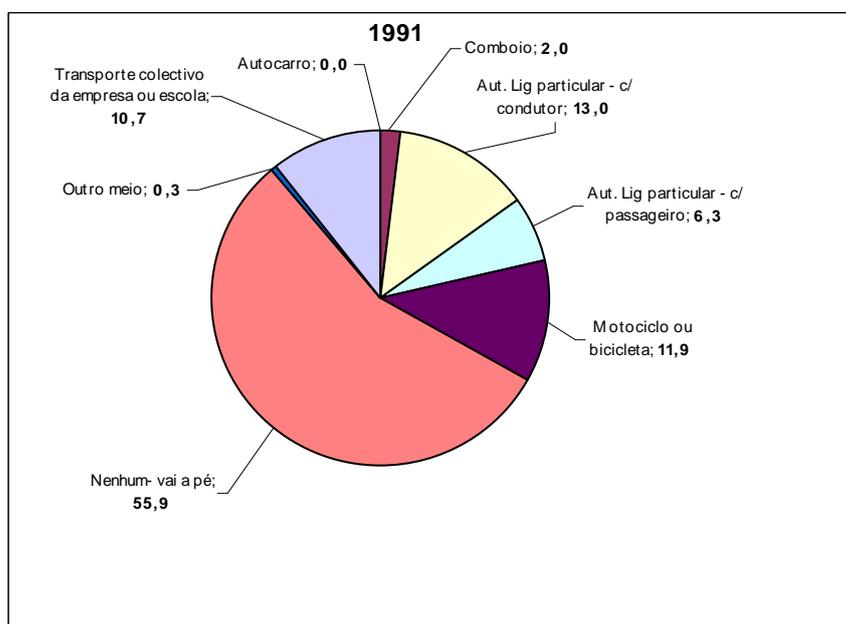
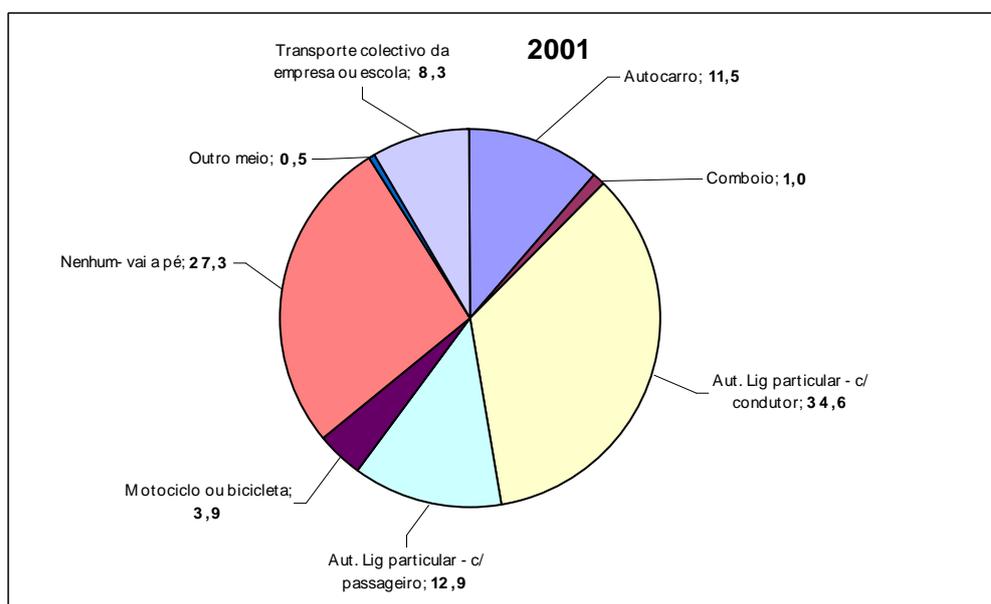


Gráfico 11 – Meios de transporte segundo a percentagem de utilização em 2001



Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIPP, Lda

Recurso,Lda

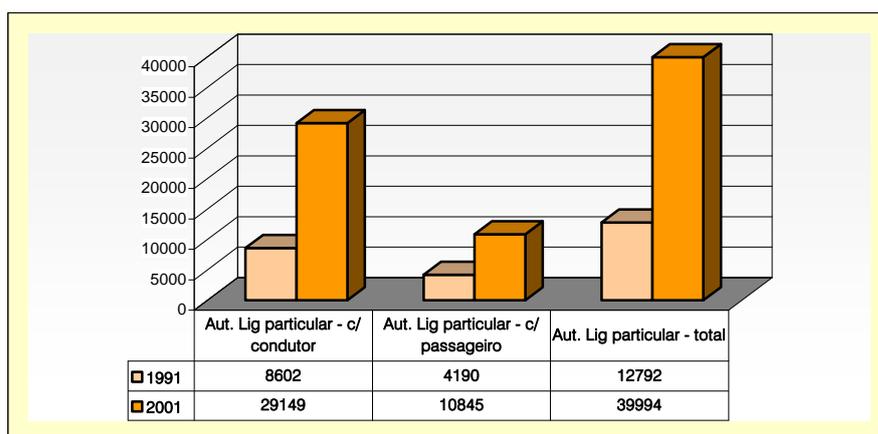
Quadro 22 – Meios de Transporte segundo a percentagem de utilização em 2001, por freguesias

	Autocarro	Comboio	Aut. Lig particular – c/ condutor	Aut. Lig particular – c/ passageiro	Aut. Lig particular – total	Motociclo ou bicicleta	Nenhum – vai a pé	Outro meio	Transporte colectivo da empresa ou escola
	2001	2001	2001	2001	2001	2001	2001	2001	2001
CC – Vila Nova de Famalicão	11,5	1,0	34,6	12,9	47,5	3,9	27,3	0,5	8,3
FG – Abade de Vermoim	20,0	0,5	39,0	11,9	51,0	6,2	16,7	2,4	3,3
FG – Antas	10,5	0,5	37,7	15,1	52,7	1,6	29,7	0,4	4,5
FG – Avidos	13,2	0,3	34,1	14,4	48,5	5,1	28,1	0,2	4,6
FG – Bairro	7,4	0,7	34,4	11,5	45,9	3,7	27,9	0,6	13,6
FG – Bente	10,7	0,0	30,7	10,9	41,6	7,2	30,9	0,8	8,7
FG – Brufe	15,6	0,7	38,3	17,5	55,8	2,2	20,9	0,9	3,8
FG – Cabeçudos	6,2	0,5	39,5	13,5	53,0	5,5	22,8	1,0	11,0
FG – Calendário	8,1	1,8	41,4	17,1	58,5	1,4	25,8	0,7	3,7
FG – Carreira	7,9	0,5	32,2	9,9	42,1	5,8	29,8	0,2	13,7
FG – Castelões	15,0	0,2	29,2	9,5	38,7	5,4	30,6	0,8	9,4
FG – Cavalões	15,5	0,5	32,5	11,2	43,7	6,0	30,0	0,5	3,8
FG – Cruz	10,5	0,6	39,3	11,2	50,5	2,7	17,4	0,3	17,9
FG – Delães	5,8	0,3	32,4	9,7	42,1	5,1	30,7	0,1	15,8
FG – Esmeriz	13,9	1,8	38,9	13,1	52,0	5,0	20,4	0,5	6,5
FG – Fradelos	14,6	0,5	31,1	9,0	40,1	7,6	25,3	0,9	11,1
FG – Gavião	13,2	1,0	39,3	16,8	56,1	1,4	21,5	0,7	6,1
FG – Gondifelos	5,4	0,5	31,6	12,0	43,5	7,7	38,2	0,4	4,4
FG – Jesufrei	12,8	0,2	35,8	11,6	47,4	7,2	20,5	0,7	11,2
FG – Joane	13,5	0,1	33,3	13,5	46,7	2,7	31,5	0,4	5,1
FG – Lagoa	15,2	0,4	37,4	13,7	51,1	6,7	20,2	0,7	5,8
FG – Landim	13,0	0,2	32,0	13,1	45,2	6,3	26,8	0,1	8,5
FG – Lemenhe	11,1	1,3	38,2	14,4	52,6	6,9	19,1	0,7	8,3
FG – Louro	15,6	1,4	37,6	15,8	53,4	4,8	18,9	0,6	5,3
FG – Lousado	9,7	7,4	36,1	15,1	51,2	4,0	22,0	0,7	5,0
FG – Mogege	16,1	0,3	27,1	15,7	42,7	3,9	33,4	0,1	3,4
FG – Mouquim	13,2	1,0	37,7	13,9	51,6	5,2	22,8	0,4	5,8
FG – Nine	5,5	10,9	31,8	10,2	42,0	3,2	21,8	0,5	16,0
FG – Novais	10,3	0,0	26,2	14,3	40,6	6,7	30,3	0,7	11,6
FG – Outiz	17,9	0,0	32,4	11,0	43,4	5,1	29,6	0,9	3,1
FG – Pedome	15,2	0,1	30,3	9,0	39,3	4,5	28,7	0,1	12,1
FG – Portela	14,7	0,5	29,1	10,5	39,5	3,7	20,0	0,0	21,6
FG – Pousada de Saramagos	16,2	0,1	30,7	9,7	40,4	2,3	36,8	0,4	3,8
FG – Requião	22,2	0,2	32,9	13,9	46,8	3,4	17,1	0,3	9,9
FG – Riba de Ave	5,4	0,3	32,6	12,8	45,4	2,8	41,7	0,4	4,1
FG – Ribeirão	9,6	0,7	33,8	13,3	47,1	6,3	29,2	0,8	6,3
FG – Ruivães	11,7	0,4	29,7	11,4	41,1	6,8	28,7	0,4	10,9
FG – Arnoso (Santa Eulália)	12,1	2,1	35,1	10,0	45,1	4,6	18,9	0,3	16,8
FG – Arnoso (Santa Maria)	10,3	0,3	31,8	11,2	43,0	4,2	18,3	0,1	23,8
FG – Oliveira (Santa Maria)	19,1	0,2	28,7	10,6	39,2	4,0	28,1	0,5	8,7
FG – Vale (São Cosme)	9,7	0,2	29,2	9,7	38,9	3,7	26,3	0,6	20,6
FG – Vale (São Martinho)	17,1	0,2	32,3	13,1	45,4	4,2	16,0	0,2	16,8
FG – Oliveira (São Mateus)	8,5	0,3	32,0	10,6	42,7	4,3	29,4	0,2	14,6
FG – Seide (São Miguel)	14,4	0,3	27,5	11,6	39,1	8,0	29,1	1,1	8,0
FG – Seide (São Paio)	16,5	0,4	41,5	16,9	58,5	5,5	14,8	0,4	3,8
FG – Sezures	38,4	0,0	26,4	4,5	30,9	2,1	14,7	1,6	12,3
FG – Telhado	14,6	0,2	28,6	9,9	38,5	5,4	25,8	0,6	15,0
FG – Vermoim	19,8	0,4	30,8	12,2	43,0	2,2	25,4	0,3	9,0
FG – Vila Nova de Famalicão	5,1	0,8	41,5	12,7	54,2	0,6	36,1	0,3	2,9
FG – Vilarinho das Cambas	11,5	0,5	42,1	13,3	55,4	5,0	20,4	0,5	6,8

Fraca ocupação dos veículos automóveis

Em média 67% (em 1991) e 73% (em 2001) dos automóveis em circulação não levam passageiros. Os automóveis com condutor e um passageiro representam 33% (em 1991) e 27% (em 2001) do total de automóveis em circulação. Estas percentagens variam pouco de freguesia para freguesia, conforme se pode observar no quadro nº 19.

Gráfico 12 – Utilização do automóvel em V. N. Famalicão em 1991 e 2001



RELAÇÕES ENTRE O CONCELHO DE RESIDÊNCIA E O CONCELHO DE TRABALHO

Para o total do município, cerca de 81% (em 2001) da população empregada ou estudante trabalha ou estuda no concelho de residência, sendo que 39% desta população trabalha ou estuda na freguesia onde reside e cerca de 42% diz respeito à população que trabalha ou estuda noutra freguesia do concelho onde reside. As freguesias de Fradelos, Gondifelos, Riba D`Ave, Ribeirão, Vale S. Cosme e Vila Nova de Famalicão são as únicas que empregam metade ou mais de metade dos seus trabalhadores e estudantes, (50,9%, 60,3%, 56,6%, 56,8%, 57,3% e 49,9% respectivamente). As freguesias de Lousado, Nine, Pedome e Arnos St^a Eulália são as que apresentam o maior número de população que trabalha ou estuda fora do concelho de residência.

Nos cartogramas que se seguem é ilustrada a rede de complementaridades entre o local de residência e o local de trabalho e estudo da população empregada nas diferentes áreas.

Quadro 23 – Utilização do Automóvel Ligeiro Particular, segundo a percentagem de utilização em 2001, por freguesias

	Automóvel Ligeiro Particular – Total	Automóvel Ligeiro Particular – Com Condutor	Automóvel Ligeiro Particular – Com Passageiro
	2001	2001	2001
CC - Vila Nova de Famalicão	47,5	34,6	12,9
FG - Abade de Vermoim	51,0	39,0	11,9
FG - Antas	52,7	37,7	15,1
FG - Avidos	48,5	34,1	14,4
FG - Bairro	45,9	34,4	11,5
FG - Bente	41,6	30,7	10,9
FG - Brufe	55,8	38,3	17,5
FG - Cabeçudos	53,0	39,5	13,5
FG - Calendário	58,5	41,4	17,1
FG - Carreira	42,1	32,2	9,9
FG - Castelões	38,7	29,2	9,5
FG - Cavalões	43,7	32,5	11,2
FG - Cruz	50,5	39,3	11,2
FG - Delães	42,1	32,4	9,7
FG - Esmeriz	52,0	38,9	13,1
FG - Fradelos	40,1	31,1	9,0
FG - Gavião	56,1	39,3	16,8
FG - Gondifelos	43,5	31,6	12,0
FG - Jesufrei	47,4	35,8	11,6
FG - Joane	46,7	33,3	13,5
FG - Lagoa	51,1	37,4	13,7
FG - Landim	45,2	32,0	13,1
FG - Lemenhe	52,6	38,2	14,4
FG - Louro	53,4	37,6	15,8
FG - Lousado	51,2	36,1	15,1
FG - Mogege	42,7	27,1	15,7
FG - Mouquim	51,6	37,7	13,9
FG - Nine	42,0	31,8	10,2
FG - Novais	40,6	26,2	14,3
FG - Outiz	43,4	32,4	11,0
FG - Pedome	39,3	30,3	9,0
FG - Portela	39,5	29,1	10,5
FG - Pousada de Saramagos	40,4	30,7	9,7
FG - Requião	46,8	32,9	13,9
FG - Riba de Ave	45,4	32,6	12,8
FG - Ribeirão	47,1	33,8	13,3
FG - Ruivães	41,1	29,7	11,4
FG - Arnoso (Santa Eulália)	45,1	35,1	10,0
FG - Arnoso (Santa Maria)	43,0	31,8	11,2
FG - Oliveira (Santa Maria)	39,2	28,7	10,6
FG - Vale (São Cosme)	38,9	29,2	9,7
FG - Vale (São Martinho)	45,4	32,3	13,1
FG - Oliveira (São Mateus)	42,7	32,0	10,6
FG - Seide (São Miguel)	39,1	27,5	11,6
FG - Seide (São Paio)	58,5	41,5	16,9
FG - Sezures	30,9	26,4	4,5
FG - Telhado	38,5	28,6	9,9
FG - Vermoim	43,0	30,8	12,2
FG - Vila Nova de Famalicão	54,2	41,5	12,7
FG - Vilarinho das Cambas	55,4	42,1	13,3

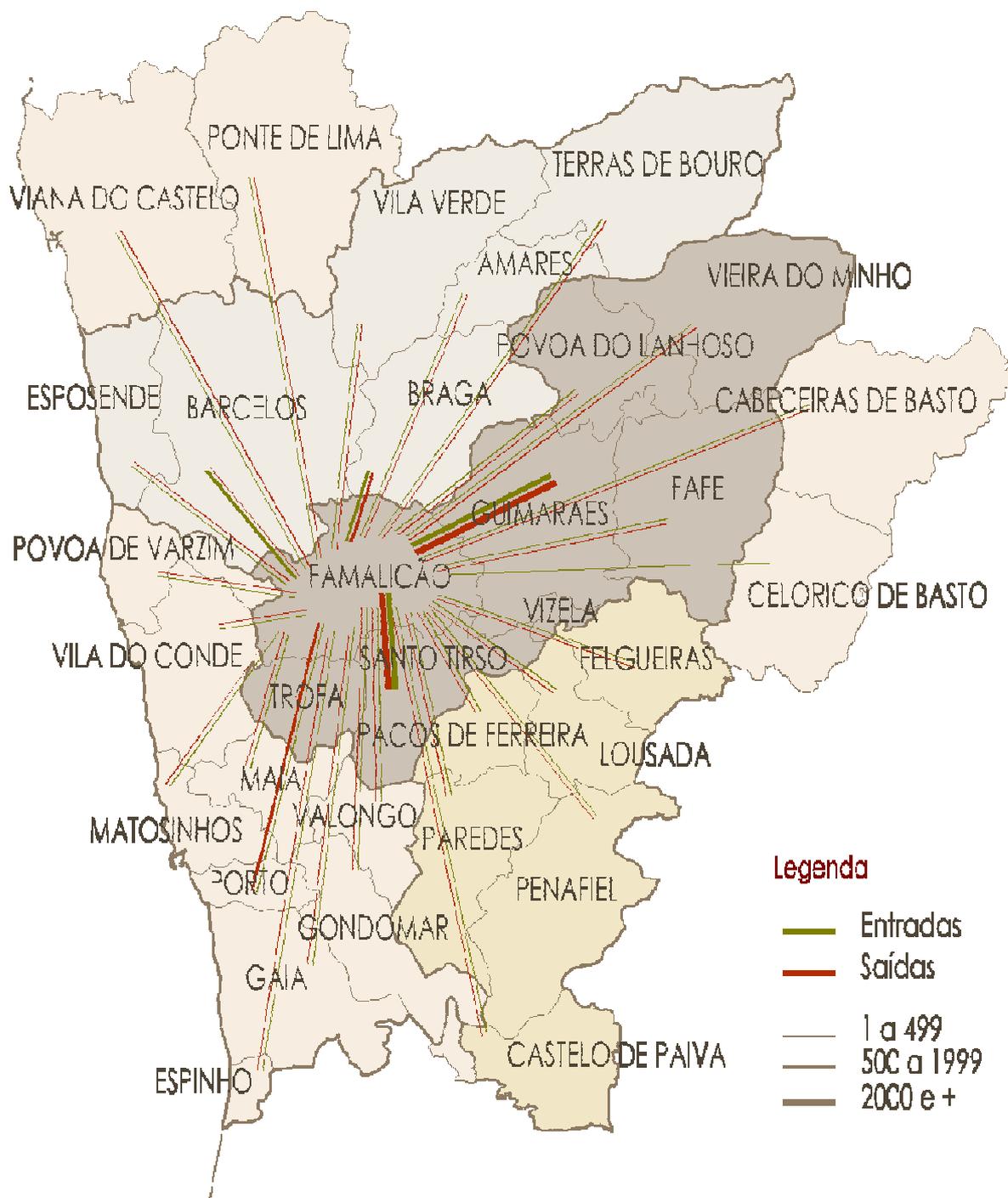


Figura 4 – Principais Fluxos Casa-Trabalho Interconcelhio da População Residente Empregada em 1991

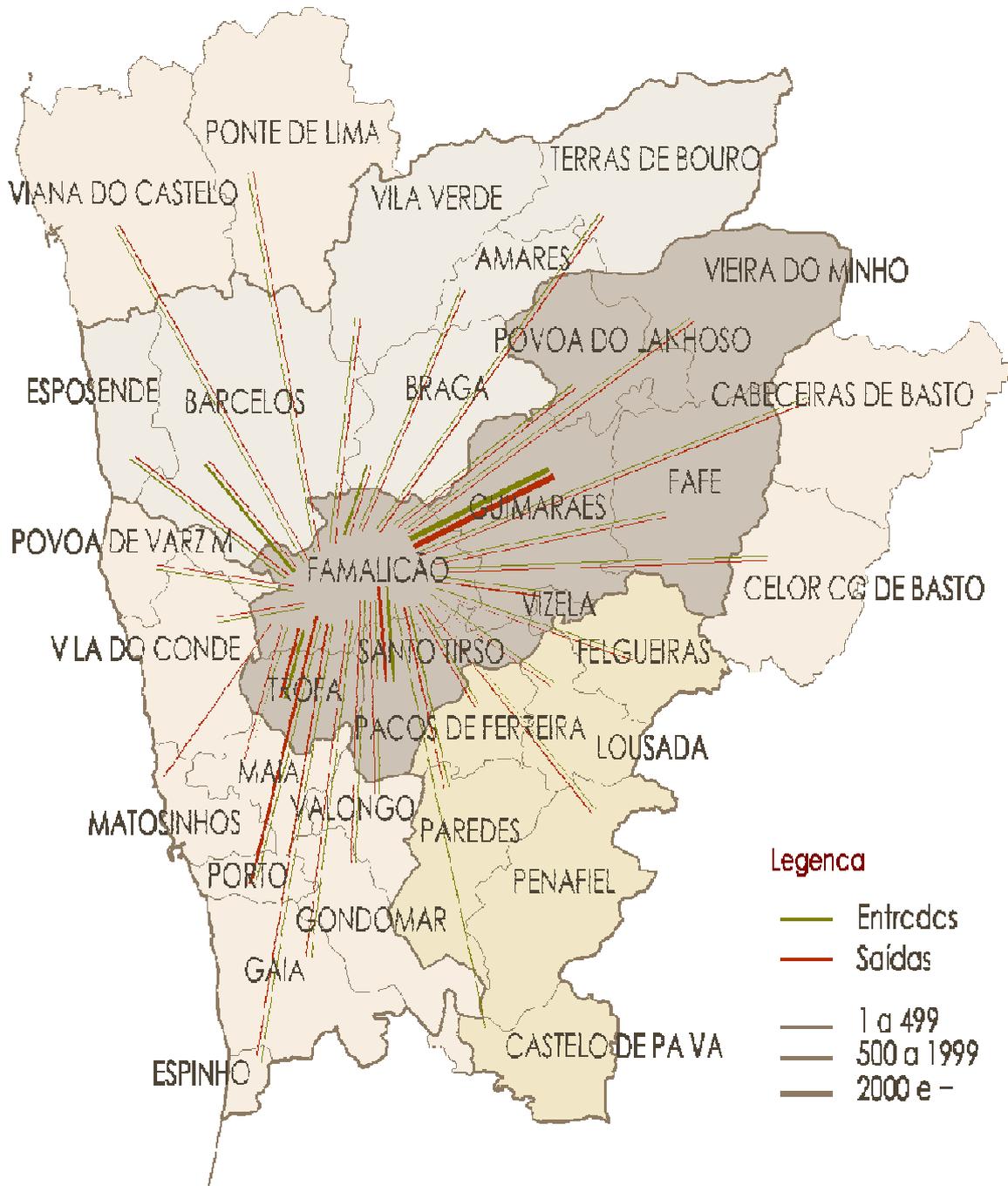


Figura 5 – Principais Fluxos Casa-Trabalho Interconcelhio da População Residente Empregada em 2001

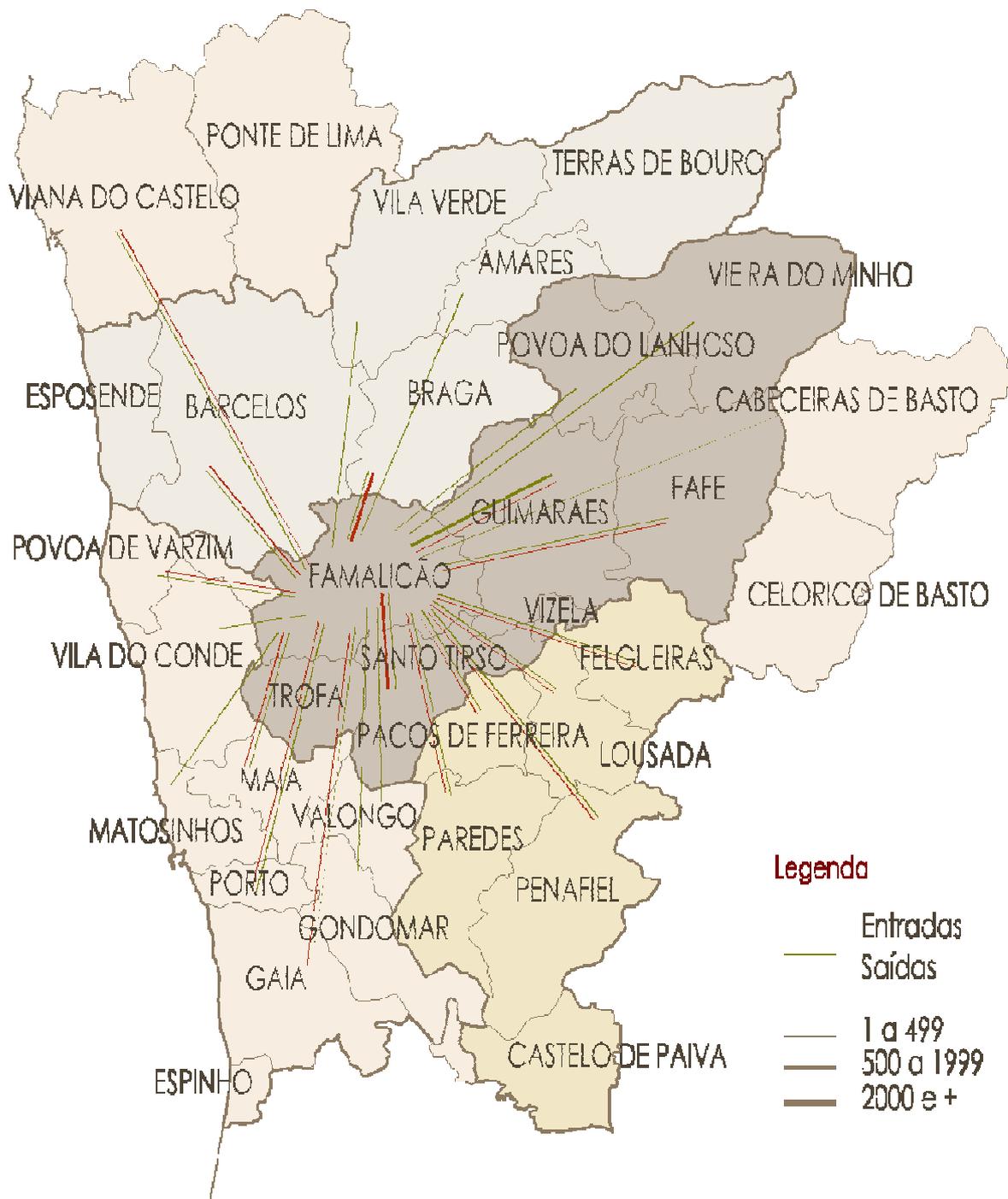


Figura 6 – Principais Fluxos Casa-Estudo Interconcelhio da População Estudante em 1991

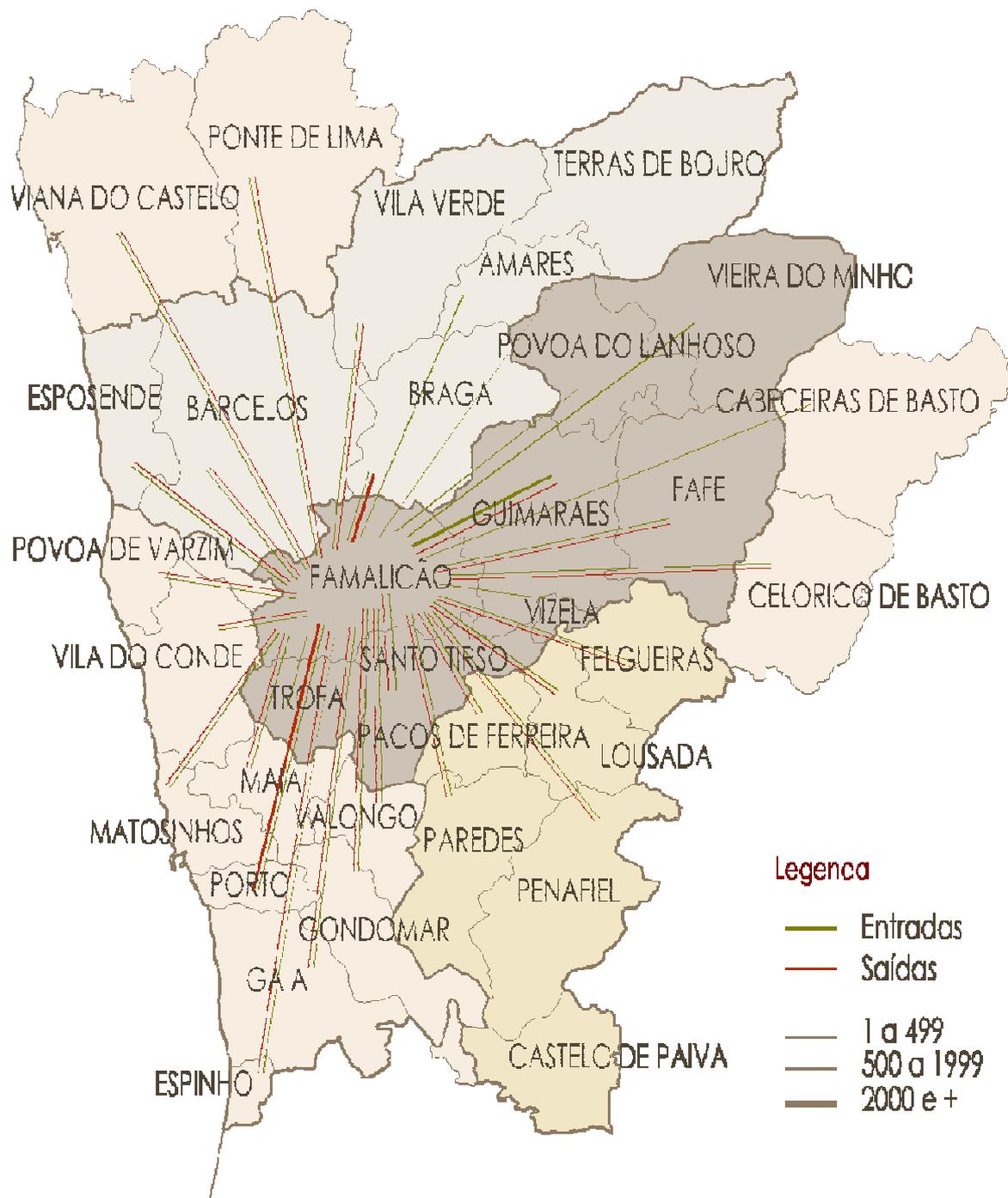


Figura 7 – Principais Fluxos Casa-Estudo Interconcelhio da População Estudante em 2001

Caracterização e diagnóstico

V. PARQUE EDIFICADO



REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO
Maio 2008 CMVNF

DU/DPU - Divisão de Planeamento Urbanístico
GIPP - Gestão Integrada de Projectos e Planeamento
RECURSO - Estudos e Projectos de Ambiente e Planeamento,Lda

ÍNDICE

V – PARQUE EDIFICADO

1. EVOLUÇÃO DO PARQUE EDIFICADO.....	3
2. LICENCIAMENTOS.....	14
3. CARÊNCIA ESTÁTICA DE FOGOS.....	20

Índice de Quadros

Quadro 1 – Crescimento dos Edifícios, Alojamentos Familiares e Famílias Clássicas entre 1991 e 2001	3
Quadro 2 – Número Total de Edifícios, Alojamentos e Famílias Clássicas por Unidade de Planeamento em 1981, 1991 e 2001	4
Quadro 3 – Edifícios Concluídos por Tipo de Obra em V.N. Famalicão entre 1994 e 2003	14
Quadro 4 – Edifícios Concluídos por Destino da Obra em V.N. Famalicão entre 1994 e 2003	15
Quadro 5 – Edifícios Concluídos por Tipo de Obra em V.N. Famalicão, por Freguesia, entre 1994 e 2003	16
Quadro 6 – Edifícios Concluídos por Destino da Obra em V.N. Famalicão, por Freguesia, entre 1994 e 2003	17
Quadro 7 – Edifícios Concluídos por Tipologia em V.N. Famalicão entre 1994 e 2003	18
Quadro 8 – Edifícios Concluídos por Tipologia em V.N. Famalicão, por Freguesia, entre 1994 e 2003	19

Índice de Figuras

Figura 1 – Taxa de Crescimento dos Edifícios em V.N. Famalicão entre 1981 e 1991	6
Figura 2 – Taxa de Crescimento dos Edifícios em V.N. Famalicão entre 1991 e 2001	7
Figura 3 – Taxa de Crescimento dos Alojamentos em V.N. Famalicão entre 1981 e 1991	9
Figura 4 – Taxa de Crescimento dos Alojamentos em V.N. Famalicão entre 1991 e 2001	10
Figura 5 – Taxa de Crescimento das Famílias Clássicas em V.N. Famalicão entre 1981 e 1991	12
Figura 6 – Taxa de Crescimento das Famílias Clássicas em V.N. Famalicão entre 1991 e 2001	13

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Carência Estática de Fogos em V.N. Famalicão em 1991 e 2001	21
---	----

V. Parque Edificado

1. Evolução do parque edificado

De acordo com o valor dos censos relativos a 1991 e 2001, a análise do parque edificado em termos do número de edifícios e número de alojamentos, permite-nos concluir que:

- O número de edifícios no município de Vila Nova de Famalicão aumentou 18,1% em relação aos existentes em 1991, valor este que se regista acima da média da Região Norte (12,5%) e do agrupamento do Ave (15,9%).

- O número de alojamentos familiares aumentou 28,8%, traduzindo-se num aumento da razão alojamento/edifício, isto é, houve um aumento generalizado da habitação colectiva no município, embora não tenha ainda um grande significado – sendo a média do município de 1,3 alojamentos por edifício em 1991 e de 1,4 alojamentos por edifício em 2001.

Em relação às famílias clássicas, estas aumentaram na última década numa proporção ligeiramente mais baixa que os alojamentos familiares. Com um crescimento de cerca de 25%, relativamente a mesma que a média do Vale do Ave, com um crescimento de 24,4%, mas significativamente mais elevada que a média da Região Norte com um crescimento de 20,0%.

Quadro 1- Crescimento dos Edifícios, Alojamentos Familiares e Famílias Clássicas entre 1991 e 2001

	Crescimento 1991/2001		
	Edifícios	Alojamentos Familiares	Famílias Clássicas
Norte	12,5	25,5	20,0
Cavado	15,9	34,3	26,3
Tâmega	17,7	26,0	22,5
Grande Porto	11,3	30,8	23,4
Ave	15,1	25,7	24,4
Vila Nova de Famalicão	18,1	28,8	24,8

Em termos da análise por freguesias, verifica-se que o crescimento do número de edifícios no município, permite-nos concluir que as freguesias que mais aumentaram em termos do número de edifícios, não foram aquelas que mais aumentaram em termos de evolução populacional.

Os maiores crescimentos verificaram-se nas freguesias de Mogege, com um crescimento de 48,2%, Novais com 44,4%, Carreira com 42,5% e Pedome com 39,7%.

As freguesias que mais cresceram em termos populacionais, tiveram aumentos mais moderados em termos do número de edifícios, na ordem dos 15% aos 20% de crescimento.

Quadro 2 – Número Total de Edifícios, Alojamentos e Famílias por Unidade de Planeamento em 1981, 1991 e 2001

Unidades de Planeamento	Total Edifícios- 81	Total Edifícios-91	Total Edifícios-01	Cresc. Nº 81/91	Cresc. Nº 91/01	Cresc. % 81/91	Cresc. % 91/01
UP1 – CIDADE	4607	5365	6221	758	856	16,5	16,0
UP2 - VALE DO ESTE / NINE	3533	4234	5046	701	812	19,8	19,2
UP3 - VALE DO AVE (POENTE) / RIBEIRÃO	3592	4349	5316	757	967	21,1	22,2
UP4 - VALE DO AVE (NASCENTE) / RIBA D'AVE	6082	6617	7520	535	903	8,8	13,6
UP5 - VALE DO PELE / JOANE	4068	4855	6038	787	1183	19,3	24,4
UP6 - VALE DO PELHE / VALE S. COSME	1433	1921	2233	488	312	34,1	16,2
	23315	27341	32374	4026	5033	17,3	18,4

Unidades de Planeamento	Total de Alojamentos			Total Alojamentos Clássicos de Residência Habitual			Crescimento Nº				Crescimento %			
							81/91		91/01		81/91		91/01	
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	T. Aloj.	A. C. R. H.	T. Aloj.	A. C. R. H.	T. Aloj.	A. C. R. H.	T. Aloj.	A. C. R. H.
UP1 – CIDADE	5885	8494	11989	5304	7232	10099	2609	1928	3495	2867	44,3	36,3	41,1	28,4
UP2 - VALE DO ESTE / NINE	3831	4877	5955	3464	4132	4992	1046	668	1078	860	27,3	19,3	22,1	17,2
UP3 - VALE DO AVE (POENTE) / RIBEIRÃO	3915	5025	6750	3536	4284	5689	1110	748	1725	1405	28,4	21,2	34,3	24,7
UP4 - VALE DO AVE (NASCENTE) / RIBA D'AVE	7054	8489	10354	6370	7232	8707	1435	862	1865	1475	20,3	13,5	22,0	16,9
UP5 - VALE DO PELE / JOANE	4496	6527	8341	4045	5561	7004	2031	1516	1814	1443	45,2	37,5	27,8	20,6
UP6 - VALE DO PELHE / VALE S. COSME	1676	2276	2601	1501	1945	2206	600	444	325	260	35,8	29,6	14,3	11,8
	26.857	35.688	45.990	24.220	30.386	38697	8831	6166	10302	8310	32,9	25,5	28,9	21,5

Unidades de Planeamento	Famílias class. 81	Famílias cláss.-91	Famílias cláss.-01	Cresc Nº 81/91	Cresc. Nº 91/01	Cresc. % 81/91	Cresc. % 91/01
UP1 – CIDADE	5655	7231	9865	1576	2634	27,9	36,4
UP2 - VALE DO ESTE / NINE	3635	4327	5224	692	897	19,0	20,7
UP3 - VALE DO AVE (POENTE) / RIBEIRÃO	3787	4732	6066	945	1334	25,0	28,2
UP4 - VALE DO AVE (NASCENTE) / RIBA D'AVE	6595	7522	8866	927	1344	14,1	17,9
UP5 - VALE DO PELE / JOANE	4377	5790	7165	1413	1375	32,3	23,7
UP6 - VALE DO PELHE / VALE S. COSME	1532	2073	2357	541	284	35,3	13,7
	25581	31675	39543	6094	7868	23,8	24,8

As freguesias de Ruivães, Oliveira Santa Maria e Seide S.Paio, tiveram uma diminuição em termos do número de edifícios, respectivamente em (-4,4%), (-0,5%), (-2,2%) e (-9,8%).

No que diz respeito ao número de pavimentos por edifício, verifica-se que na sua maioria, os edifícios têm 1, 2 ou 3 pavimentos, sendo relativamente baixo o número de edifícios com 4 ou mais pavimentos.

Os maiores crescimentos absolutos verificaram-se nos edifícios com 2 pavimentos, no entanto, em termos percentuais os edifícios com 4, 5, 6 e 7 pavimentos foram os que mais aumentaram, dado que o seu número absoluto é relativamente baixo face aos edifícios com 2 ou 3 pavimentos.

Os edifícios com um pavimento viram o seu valor diminuir face a 1991, obtendo uma diminuição percentual de -1,9%.

Em relação ao uso a que se destinam os edifícios, em 1991, 25.165 do total dos edifícios do município eram exclusivamente residenciais, valor este que em 2001 aumentou para 28.928, dando lugar assim a um crescimento percentual de 10,9%.

Os edifícios parcialmente residenciais aumentaram de 1.879 em 1991 para 3.108 em 2001, valor este que em termos percentuais dá um valor de crescimento de 65,0%. Pelo contrário, os edifícios principalmente não residenciais diminuíram entre 1991 e 2001, passando de 297 para 238, com uma diminuição percentual de cerca de 20,0%.

No que respeita à idade do parque habitacional, verifica-se que um terço dos edifícios existentes no município, tinham sido construídos antes de 1970, a cerca de 43,0% correspondia uma data de construção entre 1971 e 1990 e a 22,0% dos edifícios correspondia uma data de construção posterior a 1991.

Em relação ao crescimento dos alojamentos familiares clássicos por freguesia, os maiores crescimentos percentuais verificaram-se nas freguesias que mais viram a sua população aumentar, caso de Vila Nova de Famalicão com um crescimento de 65,5%, Gondifelos com 54,6%, Ribeirão com 47,7%, Calendário com 44,6%, Antas com 34,6% e Joane com 37,5%.

Todas as restantes freguesias do município obtiveram aumento do número de alojamentos familiares clássicos. Apenas duas freguesias viram diminuir o número de alojamentos familiares clássicos, nomeadamente a freguesia de Ruivães que obteve uma diminuição percentual de (-1%) e Seide S. Paio com (-2,5%).

Figura 1- Taxa de Crescimento dos Edifícios em V.N. Famalicão entre 1981/1991

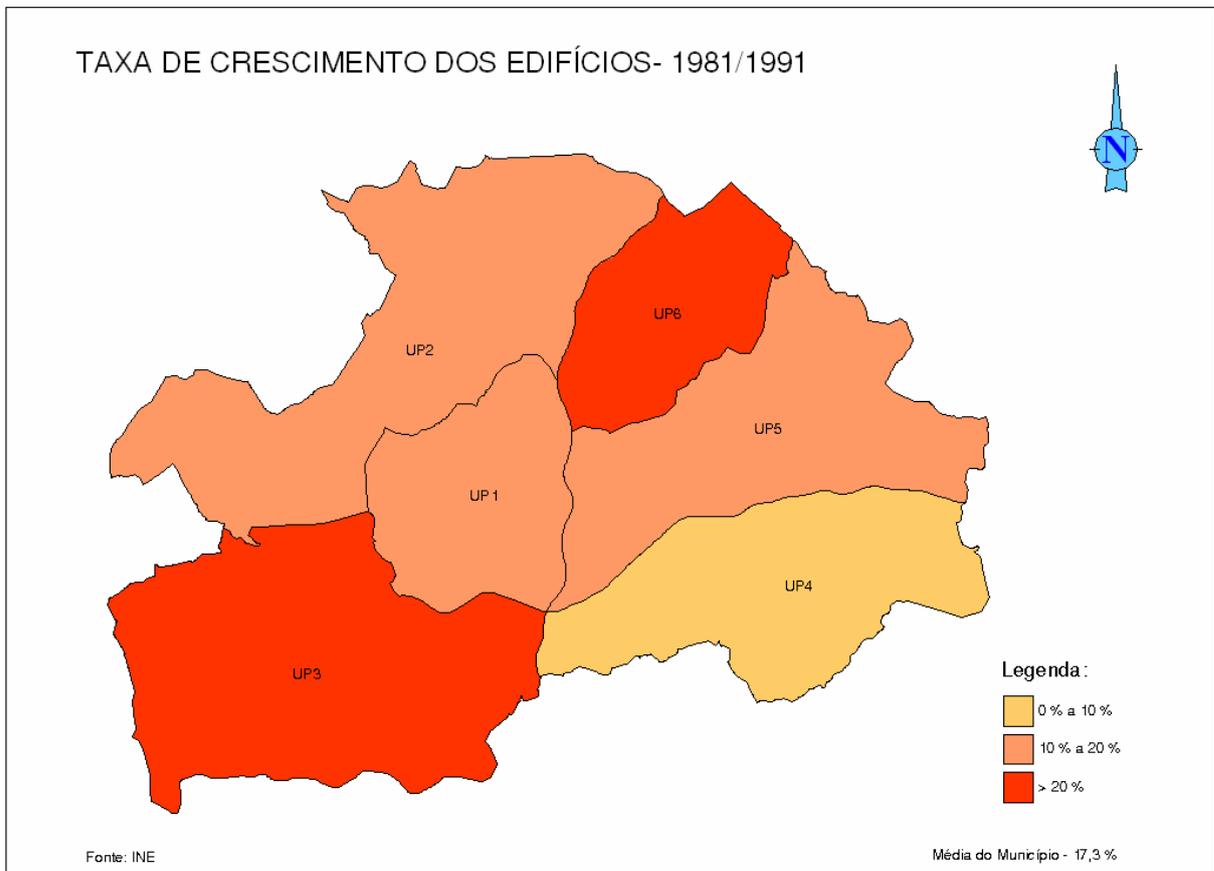
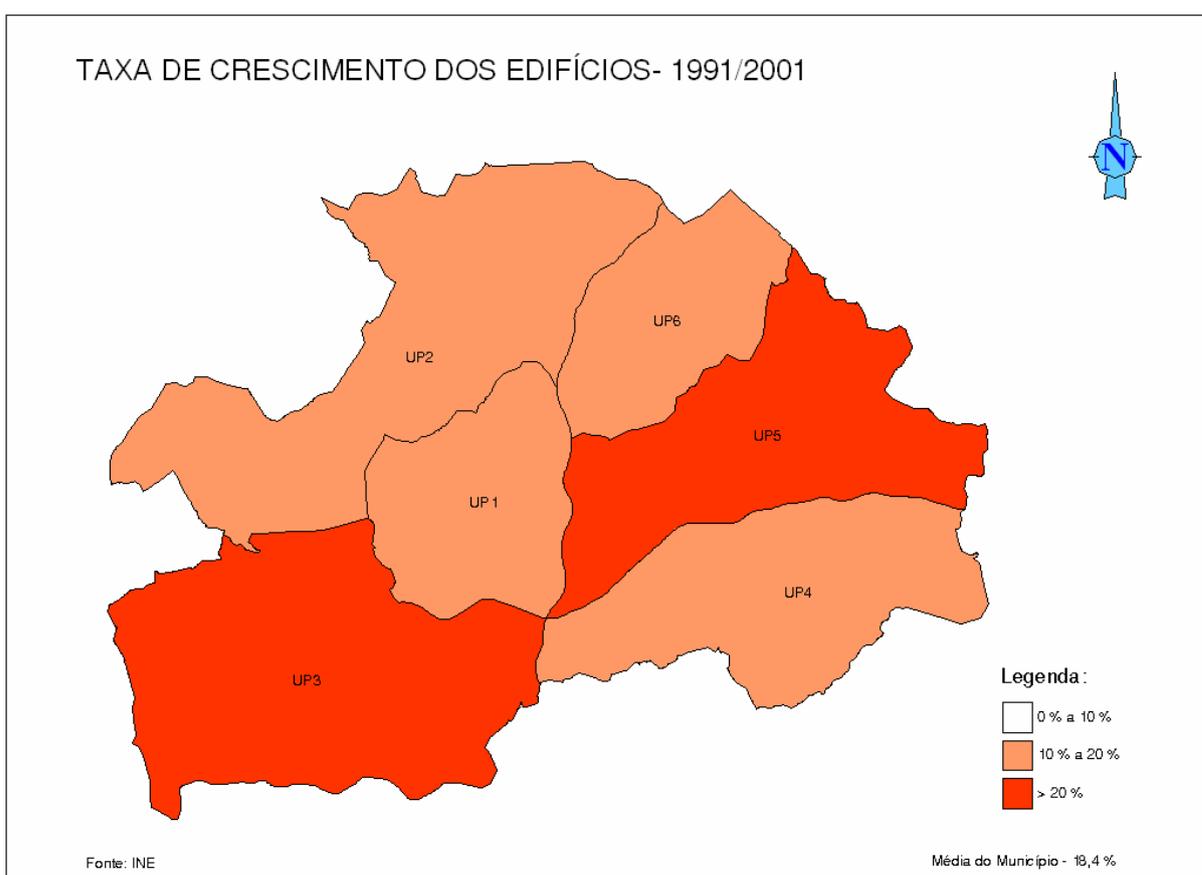


Figura 2- Taxa de Crescimento dos Edifícios em V.N. Famalicão entre 1991/2001



Em relação ao número de alojamentos por edifício nas freguesias do município, verifica-se que as freguesias de Antas, Cabeçudo, Calendário, Delães, Joane, Pousada de Saramagos e Vila Nova de Famalicão apresentam um número de alojamentos por edifício superior à média do município, sendo de destacar as freguesias de Antas com 2,2 alojamentos por edifício e Vila Nova de Famalicão com 3,4 alojamentos por edifício. As restantes freguesias apresentam valores iguais ou inferiores à média do município.

No que respeita à forma de ocupação dos alojamentos familiares, em 1991 dos 35.598 alojamentos familiares existentes no município, 85,1% eram de residência habitual, 7,7% de uso secundário ou sazonal e 7,2% estavam vagos.

Em 2001, dos cerca de 45.959 alojamentos familiares existentes no município, 84,0% são de residência habitual, 8,2% de uso secundário ou sazonal e 7,7% estão vagos.

A análise dos alojamentos familiares segundo o tipo de alojamento permite-nos identificar que dos 45.959 alojamentos familiares existentes no município, 45.750 (99,5%) são alojamentos familiares clássicos, 62 (0,1%) são barracas e 210 (0,5%) são considerados outros tipo de alojamentos familiares.

Em termos do número de alojamentos clássicos de residência habitual servidos por infra-estruturas básicas, constata-se que em 1991, 99,3% dos edifícios eram servidos por rede eléctrica, valor este que em 2001 aumentou para 99,9%. Em termos dos alojamentos segundo a cobertura por rede pública de saneamento, em 1991, a taxa de cobertura era de 8,1% valor que em 2001 aumentou para 38,5%. No que respeita aos alojamentos servidos por água da rede pública, em 1991 a taxa de cobertura era de 21,5% valor este que aumentou para 77,1% em 2001.

Finalmente, em relação ao regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos, podemos concluir que em 2001, dos 45.750 alojamentos clássicos existentes no município, 73,0% são ocupados pelo proprietário, 20,0% são arrendados ou subarrendados e os restantes 7,0% assumiam outros regimes de ocupação (por exemplo, cedidos).

Em relação à análise do crescimento do número de famílias e sua relação com o crescimento populacional e de alojamentos, conclui-se que, em termos percentuais, a freguesia que mais cresceu em termos populacionais, na última década, com um crescimento de 54,5%, revela também um aumento considerável do número de alojamentos familiares clássicos (65,5%) e do número de famílias clássicas (76,9%).

Figura 3 – Taxa de Crescimento dos Alojamentos em V.N. Famalicão entre 1981/1991

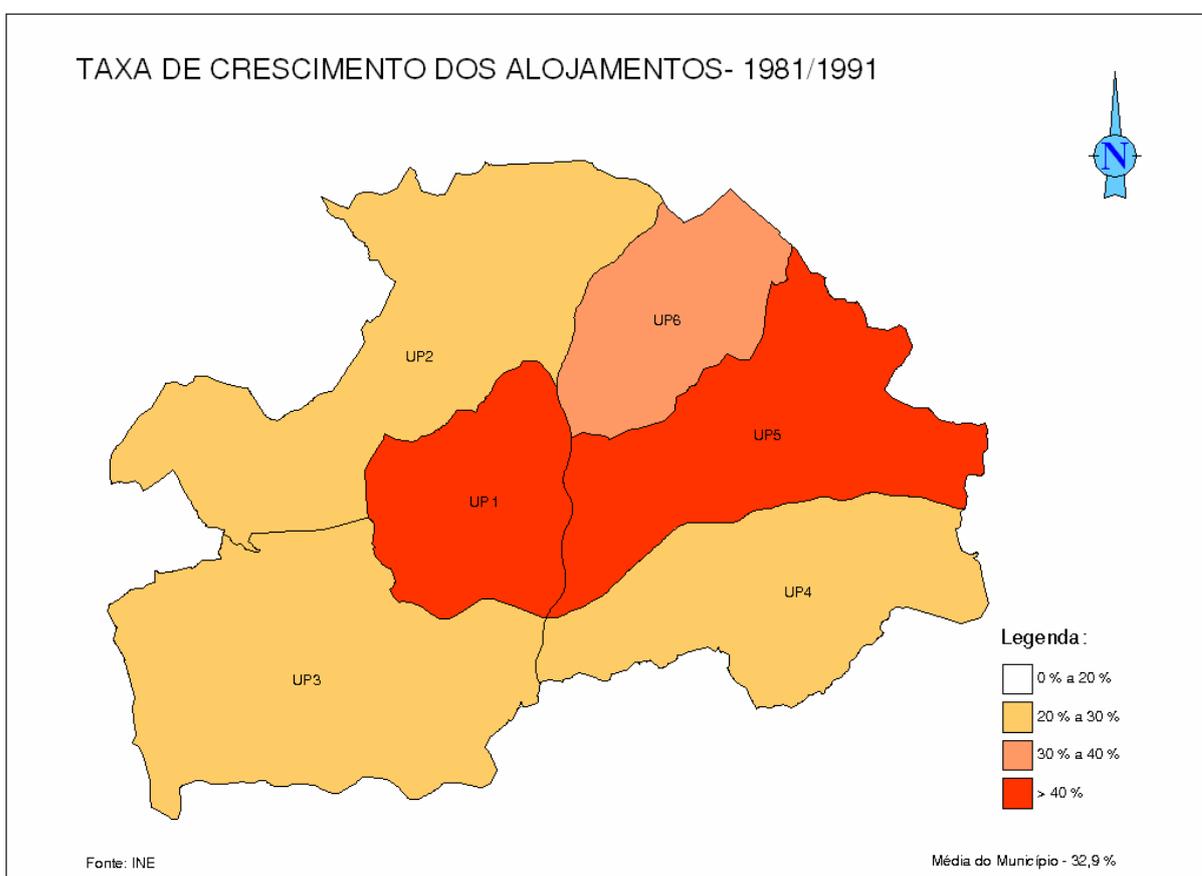
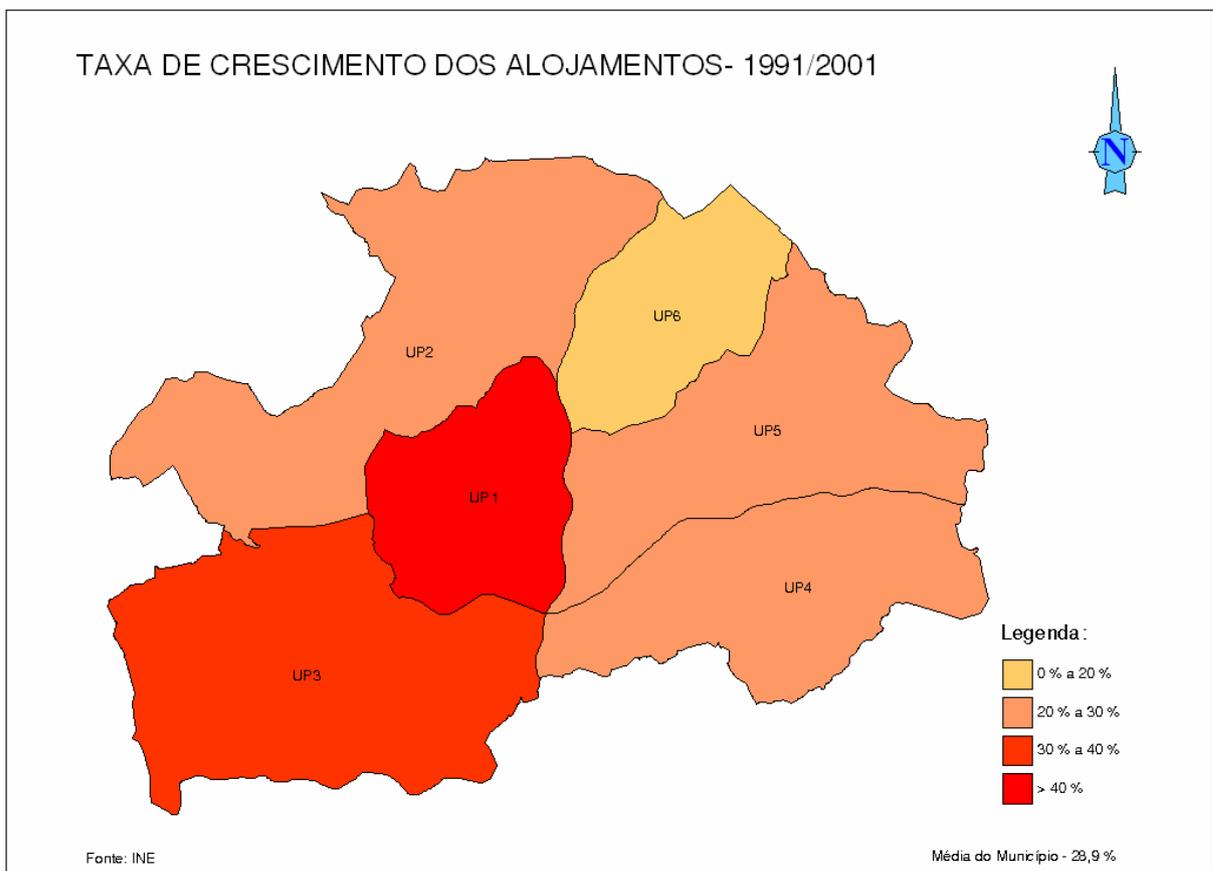


Figura 4- Taxa de Crescimento dos Alojamentos em V.N. Famalicão entre 1991/2001



O número de pessoas por família, vai no sentido de cada vez mais as famílias apresentarem um agregado reduzido, sendo as famílias clássicas com 1,2,3 ou 4 pessoas que mais aumentaram na última década. As famílias com 5 ou mais pessoas diminuíram, fruto da baixa natalidade existente a nível geral, sendo o agregado mais significativo de 3 pessoas por família.

Em relação à análise em termos de unidades de planeamento, na década 1981/1991, em termos de crescimento do número de edifícios, verifica-se que a unidade que mais aumentou foi a UP6 com um crescimento de 34,5%, seguindo-se a UP3 com 21,1% de crescimento, a UP2, UP5 e UP1, com respectivamente 19,8%, 19,3% e 16,5% de crescimento e por último com um menor crescimento a UP4 com 8,8%.

Na última década a ordem de crescimento inverte-se passando a UP5 a ter um maior crescimento com 24,4%, seguindo-se a UP3, a UP2, a UP6 e UP1, com respectivamente 22,2%, 19,2%, 16,2% e 16,0%. Por último e à semelhança da década anterior, com menor crescimento surge a UP4 com um crescimento de 13,6%, valor este que é superior ao da década anterior.

Assim, na década de 1981/1991, a UP5 com 45,2% foi a unidade que mais aumentou, seguida pela UP1 com um crescimento muito idêntico, de 44,3%, a UP6 com 35,8%, a UP3 com 28,4% e a UP2 com 27,3%, sendo a UP4 a unidade que menos aumentou à semelhança do número de edifícios. Em 2001, o aumento superior deu-se na UP1 com mais de 40,0% de crescimento dos alojamentos, destacando-se também a UP3 com 34,3% e a UP5 que continua a manter um crescimento razoável, de cerca de 28,0%.

Em termos do aumento do número de famílias, na década de 1981/1991, verificou-se que a unidade que mais aumentou o número de famílias foi a UP6 com 35,3%, valor este muito idêntico em relação ao crescimento dos alojamentos na mesma década, de 35,8%. A UP5 obteve um acréscimo de 32,3%, valor este que se mostra inferior ao crescimento do número de edifícios na mesma década, o que de resto se vem a verificar em todas as unidades e para as duas décadas em análise.

Entre 1991/2001, todas as unidades aumentaram em termos do número de famílias, sendo a UP1 a que mais aumentou, denotando-se o mesmo relativamente ao aumento do número de alojamentos.

Em contraponto com o crescimento do número de alojamentos, crescimento do número de famílias e crescimento populacional, conclui-se assim que, a UP1 foi a unidade que mais aumentou em termos dos três indicadores, o que denota a sua preponderância em termos de

pólo de crescimento e desenvolvimento, tendo-se também verificado um crescimento para os mesmos indicadores das restantes unidades de planeamento, o que já aliás se vem a verificar desde a década anterior.

Figura 5- Taxa de Crescimento das Famílias Clássicas em V.N. Famalicão entre 1981/1991

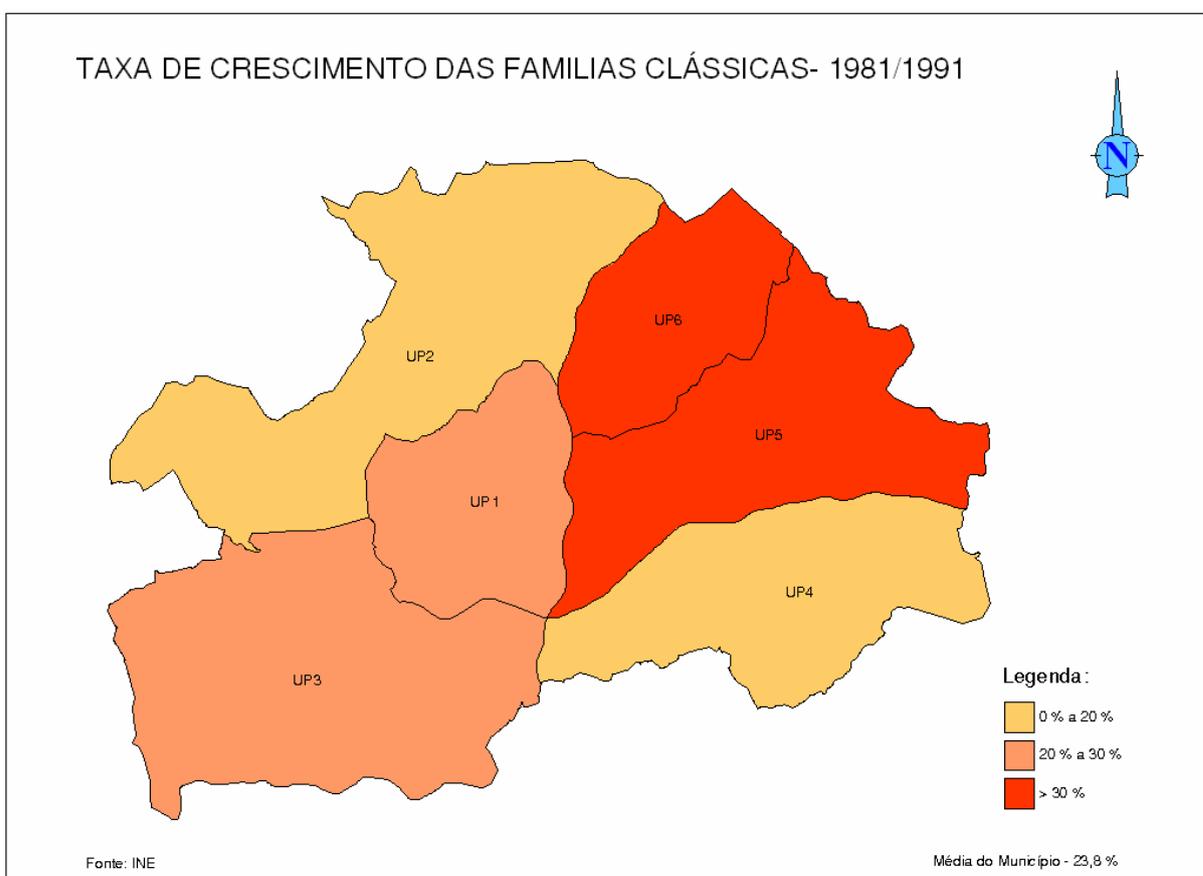
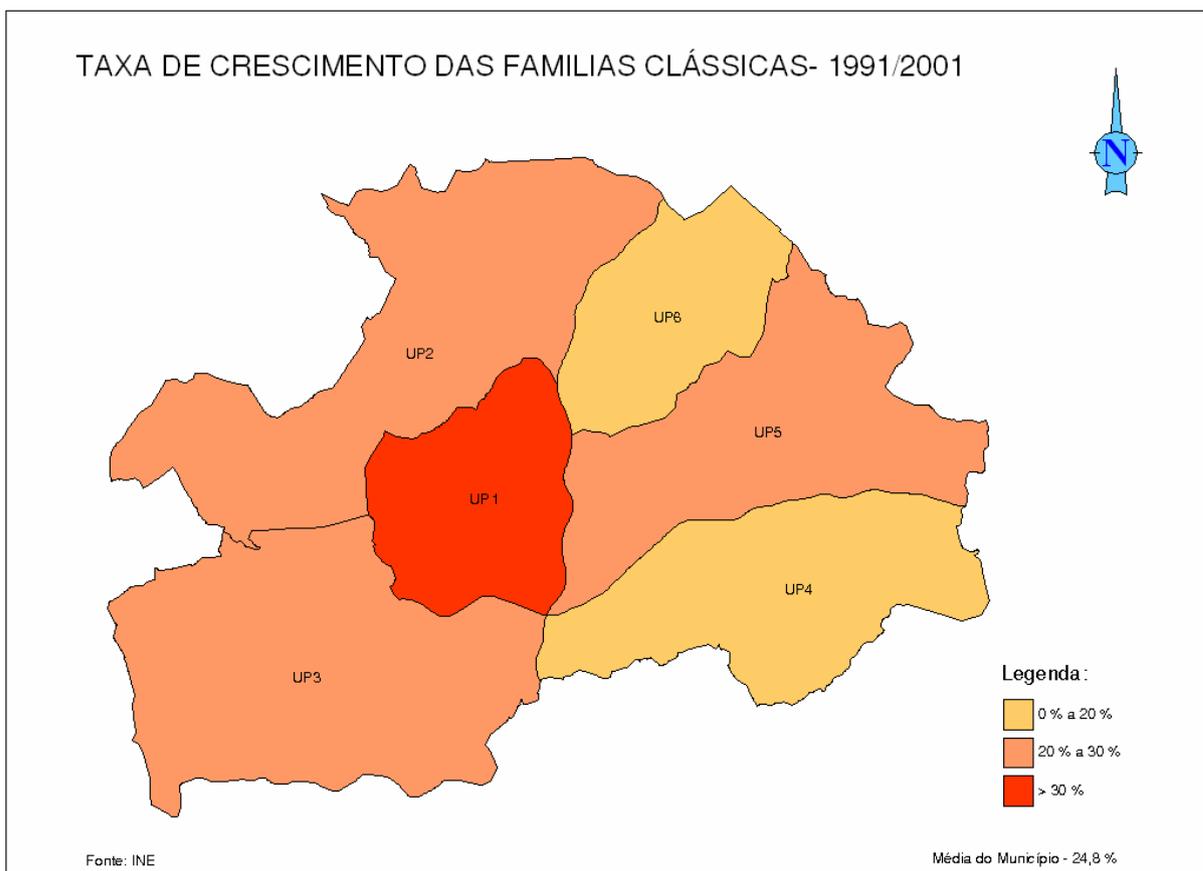


Figura 6- Taxa de Crescimento das Famílias Clássicas em V.N. Famalicão entre 1991/2001



2. Licenciamentos

Através da análise censitária dos edifícios concluídos por tipo e destino da obra, desde 1994 até 2003, podemos concluir que:

Desde 1994 até 2003 foram concluídos 9.171 edifícios, distribuídos pelas 49 freguesias do município, existindo no entanto, um número muito razoável de edifícios (1560), onde se desconhece a freguesia a que pertencem, ou que têm como destino o uso geral (1040), o que poderá falsear a análise. Este facto deve-se essencialmente ao não preenchimento destes campos nos modelos enviados ao Instituto Nacional de Estatística.

Quadro 3 – Edifícios Concluídos por Tipo de Obra em V.N. Famalicão entre 1994 e 2003

Tipo de obra	1994/2003	%
Ampliação	1.086	11,8
Reconstrução	111	1,2
Construção Nova	7.752	84,5
Demolição	8	0,08
Alteração	214	2,3
TOTAL	9.171	100,0

Pela observação do quadro anterior, constata-se que o tipo de obra mais solicitada no município é a construção nova com um valor de 84,5% do total das obras, sendo a ampliação a que se segue com maior percentagem do tipo de obra pedidas, com 11,8%.

No que respeita ao destino da obra, observando o quadro da página seguinte, constata-se que as licenças pedidas se destinavam, principalmente, a habitação familiar, tendo também alguma expressividade as licenças pedidas para escritórios e indústria transformadora, com respectivamente cada uma delas 3,0% do total dos pedidos. De salientar, que uma grande percentagem das licenças pedidas tem como destino o uso geral, obtendo para o município uma percentagem de 11,3%.

Pela análise dos quadros que se seguem, respeitantes às licenças concedidas por tipo e destino de obra, nas freguesias do município, podemos retirar as seguintes ilacções:

-As freguesias de Antas, Calendário, Fradelos, Joane, Lousado, Ribeirão e Vale S. Cosme foram as que mais cresceram ao nível de novos edifícios, bem como por ampliações;

Quadro 4 – Edifícios Concluídos por Destino da Obra em V.N. Famalicão entre 1994 e 2003

Destino da obra	1994/2003	%
Agricultura	33	0,4
Actividades desportivas de pequena dimensão	1	0,0
Actividades recreativas e culturais	10	0,1
Administração pública	1	0,0
Comércio tradicional	2	0,0
Convivências	11	0,1
Culto e Inumação	6	0,1
Ensino e pesquisa científica	10	0,1
Equipamentos de apoio à infância	1	0,0
Equipamentos de apoio à terceira idade	1	0,0
Escritórios	274	3,0
Estabelecimento de restauração e bebidas	2	0,0
Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural	57	0,6
Habitação familiar	7404	80,7
Indústria extractiva	6	0,1
Indústria transformadora	271	3,0
Serviços médicos	10	0,1
Transportes	17	0,2
Unidades comerciais de dimensão relevante	6	0,1
Uso geral	1040	11,3
TOTAL	9171	100,0

-As obras de alteração apresentam pouca expressividade em todas as freguesias, sendo as freguesias de Calendário, Joane, Ribeirão e Famalicão as que apresentam valores mais elevados;

-Os restantes tipos de obra (reconstrução e demolição) são praticamente irrelevantes em qualquer freguesia, sendo a reconstrução a que ainda obtém alguma expressividade.

Quanto ao destino da obra, as licenças emitidas apresentam maior peso na habitação familiar seguindo-se com maior expressividade o peso das licenças para escritórios e indústria transformadora, com relativamente o mesmo número de licenças (274 licenças para escritórios e 271 para indústria transformadora), sendo no primeiro caso as freguesias de Esmeriz, Lousado e Ribeirão que apresentam maior expressão e no segundo caso as freguesias de Ribeirão, Famalicão e Vilarinho das Cambas.

As licenças para estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural embora com pouca expressividade, foram emitidas em 25 freguesias do município. As licenças relativas a actividades relacionadas como sector primário, isto é, destinadas a agricultura, tiveram alguma expressividade no total das licenças de 17 freguesias do município.

Os outros destinos apresentam pouca expressividade no total das freguesias do município.

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIPP, Lda

Recurso,Lda

Quadro 5 – Edifícios Concluídos por Tipo de Obra em V.N. Famalicão, por Freguesia, entre 1994 e 2003

Tipo de Obra	Total de edifícios concluídos de 1994 a 2003	Construção nova	Alteração	Ampliação	Reconstrução	Demolição
Abade de Vermoim	25	22	-	3	-	-
Antas	347	298	8	32	9	-
Avidos	150	142	2	6	-	-
Bairro	176	155	5	15	1	-
Bente	61	53	-	8	-	-
Brufe	89	61	3	22	3	-
Cabeçudos	87	74	2	9	2	-
Calendário	498	420	10	58	8	2
Carreira	100	84	3	13	-	-
Castelões	153	133	3	17	-	-
Cavalões	119	95	5	16	3	-
Cruz	133	120	1	12	-	-
Delães	168	148	6	12	1	1
Esmeriz	196	171	5	17	2	1
Fradelos	374	323	5	43	3	-
Gavião	190	135	9	37	9	-
Gondifelos	166	138	2	24	2	-
Jesufrei	54	47	1	4	2	-
Joane	335	275	13	40	7	-
Lagoa	76	68	-	7	1	-
Landim	197	166	5	23	3	-
Lemenhe	94	83	1	9	1	-
Louro	144	115	6	21	2	-
Lousado	310	270	8	30	2	-
Mogege	151	134	4	12	1	-
Mouquim	79	65	-	13	1	-
Nine	177	144	4	25	4	-
Novais	111	103	-	8	-	-
Outiz	54	39	-	15	-	-
Pedome	85	75	5	4	1	-
Portela	34	28	1	4	1	-
Pousada de Saramagos	55	35	3	16	1	-
Requião	222	192	9	19	2	-
Riba de Ave	165	129	9	23	4	-
Ribeirão	530	448	11	66	5	-
Ruivães	98	73	5	20	-	-
Arnos (Santa Eulália)	48	37	2	9	-	-
Arnos (Santa Maria)	141	115	1	25	-	-
Oliveira (Santa Maria)	183	143	8	29	3	-
Vale (São Cosme)	244	201	6	36	1	-
Vale (São Martinho)	158	129	3	22	4	-
Oliveira (São Mateus)	105	77	4	21	3	-
Seide (São Miguel)	68	58	2	8	-	-
Seide (São Paio)	28	23	-	5	-	-
Sezures	17	13	1	3	-	-
Telhado	118	99	3	14	2	-
Vermoim	159	126	5	28	-	-
Vila Nova de Famalicão	183	128	12	29	10	4
Vilarinho das Cambas	156	135	1	20	-	-
Desconhecida	1560	1407	12	134	7	-
Total	9171	7752	214	1086	111	8

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GI PP, Lda

Recurso, Lda

Quadro 6 – Edifícios Concluídos por Destino da Obra em V.N. Famalicão, por Freguesia, entre 1994 e 2003

Destino da Obra	Habitação familiar	Agricultura	Indústria transformadora	Uso Geral	Escritórios	Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural
Abade de Vermoim	23	1	-	1	-	-
Antas	288	-	12	25	12	3
Avidos	120	-	13	11	5	-
Bairro	149	-	7	15	3	2
Bente	39	-	2	16	3	-
Brufe	58	-	-	27	2	1
Cabeçudos	66	-	5	14	-	1
Calendário	395	-	15	67	14	2
Carreira	74	-	3	19	4	-
Castelões	130	-	-	18	2	3
Cavalões	98	-	2	15	3	-
Cruz	116	-	1	12	3	1
Delães	141	-	3	17	6	-
Esmeriz	133	1	20	22	14	3
Fradelos	325	2	8	33	5	-
Gavião	133	-	7	35	6	7
Gondifelos	142	1	2	12	5	3
Jesufrei	37	1	1	11	1	-
Joane	276	-	13	30	11	1
Lagoa	69	-	-	7	-	-
Landim	158	2	8	25	3	-
Lemenhe	80	-	2	7	1	2
Louro	104	-	5	25	3	1
Lousado	232	-	26	42	3	2
Mogege	137	-	-	9	3	-
Mouquim	52	-	3	20	3	1
Nine	154	-	3	12	4	1
Novais	99	2	1	3	3	1
Outiz	38	1	5	6	2	-
Pedome	70	-	-	10	5	-
Portela	29	-	-	5	-	-
Pousada de Saramagos	39	-	5	10	1	-
Requião	173	-	7	27	10	4
Riba de Ave	125	2	2	25	2	2
Ribeirão	375	2	22	84	34	5
Ruivães	68	-	2	23	4	-
Arnos (Santa Eulália)	44	-	-	2	2	-
Arnos (Santa Maria)	112	3	-	23	1	-
Oliveira (Santa Maria)	132	-	5	37	8	1
Vale (São Cosme)	200	2	-	32	5	-
Vale (São Martinho)	132	1	2	20	3	-
Oliveira (São Mateus)	72	-	7	23	2	-
Seide (São Miguel)	53	1	-	53	1	1
Seide (São Paio)	25	-	-	3	-	-
Sezures	16	-	-	1	-	-
Telhado	108	3	-	6	-	-
Vermoim	134	1	1	17	4	1
Vila Nova de Famalicão	121	-	1	24	22	6
Vilarinho das Cambas	85	3	13	39	16	1
Desconhecida	1425	2	37	61	30	-
Total	7404	33	271	1040	274	57

Tipologia dos fogos licenciados

Relativamente às tipologias mais solicitadas no município, podemos concluir pela observação do quadro correspondente que são, por ordem decrescente, T3 (60,8%), T2 (25,2%), T4 (8,4%), T1 (4,4%), T5 e + (0,7%) e por último T0 (0,5%). Estas tipologias mantêm-se em geral por freguesia.

Quadro 7 – Edifícios Concluídos por Tipologia em V.N. Famalicão entre 1994 e 2003

Tipologia	Nº Total entre 1994 / 2003	% Total entre 1994 / 2003
T0	68	0,5
T1	601	4,4
T2	3.435	25,2
T3	8.306	60,9
T4	1.140	8,4
T5 e +	89	0,7
Total	13.639	100,0

Pela análise do quadro relativo à distribuição dos fogos por tipologia nas freguesias do município, constatamos que as tipologias T0 e T1 apresentam expressão reduzida, sendo as freguesias de Famalicão, Antas e Calendário as que apresentam maior expressão.

A tipologia T2 já apresenta maior expressão sendo as freguesias com maior expressão nesta tipologia as que também apresentaram maior expressão nas topologias atrás referidas.

Os T3, que como já referimos, são a tipologia mais solicitada no concelho (com 60,8%), distribuem-se pela totalidade das freguesias, constatando-se que a freguesia de Calendário além de ser a que apresenta maior número de fogos licenciados é a que apresenta maior expressão nos T3.

No que respeita à tipologia T4, esta apresenta alguma expressividade, embora menor que a tipologia T2, sendo as freguesias de Famalicão, Ribeirão, Calendário e Antas que apresentam maior expressão.

Os T5 e mais, apesar de apresentarem expressão reduzida (93 fogos), têm maior expressão que a tipologia T0, sendo as freguesias de Antas e Ribeirão as que apresentam maior número de fogos nesta classe.

Quadro 8 – Edifícios Concluídos por Tipologia em V.N. Famalicão, por Freguesia, entre 1994 e 2003

Tipologia dos fogos licenciados	Total de fogos licenciados	T0	T1	T2	T3	T4	T5 e mais
Abade de Vermoim	27		1		16	10	
Antas	778	11	36	166	477	80	8
Avidos	229		1	60	144	24	
Bairro	270		3	46	187	30	4
Bente	57			13	23	16	5
Brufe	109			24	75	9	1
Cabeçudos	112		1	34	73	4	
Calendário	1674	10	172	538	863	88	3
Carreira	118			34	78	3	3
Castelões	277		3	88	161	25	
Cavalões	148		3	14	120	11	
Cruz	153			13	121	16	3
Delães	515		21	195	270	29	
Esmeriz	314		7	134	150	21	2
Fradelos	532		8	49	425	50	
Gavião	327	2	19	94	166	45	1
Gondifelos	337		1	15	296	24	1
Jesufrei	52		1	12	31	7	1
Joane	777		19	230	482	42	4
Lagoa	95			11	81	3	
Landim	272	4	4	74	171	17	2
Lemenhe	98		4	10	73	11	
Louro	156			27	105	20	4
Lousado	354	2	4	75	248	22	3
Mogege	201		3	30	146	20	2
Mouquim	87			21	58	8	
Nine	249		13	37	174	22	3
Novais	130		3	8	106	4	9
Outiz	57		1	5	45	4	2
Pedome	114		2	21	83	3	5
Portela	39			2	33	4	
Pousada de Saramagos	151			54	95	2	
Requião	372	1	11	111	227	21	1
Riba de Ave	345	2	26	82	212	20	3
Ribeirão	862	7	36	199	498	114	8
Ruivães	105		3	32	53	15	2
Arnosos (Santa Eulália)	57		1	6	46	3	1
Arnosos (Santa Maria)	198		11	47	131	9	
Oliveira (Santa Maria)	286		8	92	162	22	2
Vale (São Cosme)	258		3	42	193	18	2
Vale (São Martinho)	282	1	17	69	177	17	1
Oliveira (São Mateus)	136		2	35	90	8	1
Seide (São Miguel)	126		2	27	64	33	
Seide (São Paio)	37			7	28	1	1
Sezures	22		2	7	10	3	
Telhado	134		2	13	110	8	1
Vermoim	303	1	11	86	195	9	1
Vila Nova de Famalicão	1178	27	127	426	444	152	2
Vilarinho das Cambas	133		9	20	90	13	1
Total	13643	68	601	3435	8306	1140	93

3. Carência Estática de Fogos

Uma análise detalhada ao nível das carências habitacionais permite-nos chegar ao valor da “carência estática de fogos”¹ em 2001, que resulta da soma dos alojamentos não clássicos com os alojamentos necessários para não haver partilha (dado pela diferença entre o número de famílias clássicas e os alojamentos clássicos de residência habitual), sendo este valor para o município de 1.056 fogos em 2001 (valor que em 1991 era de 1.378 fogos).

Ao analisarmos ao nível das freguesias, ressaltam como mais carentes (acima da média do concelho, que em 1991 era de 28 fogos, tendo diminuído para 22 em 2001), em 1991, por ordem decrescente, as freguesias de Calendário (130 fogos), Ribeirão (100 fogos), Bairro (95 fogos), Antas e Delães (82 fogos), Gavião (61 fogos), Vermoim (58 fogos), Gondifelos (56 fogos), Joane e Arnoso St^a Maria (50 fogos), Vale S. Cosme (48 fogos), Brufe (47 fogos), Louro e Fradelos (44 fogos), Requião (36 fogos), Oliveira St^a Maria (35 fogos) e Telhado (30 fogos). Das restantes freguesias, apenas as freguesias de Mogege, Seide S. Miguel e Seide S. Paio não apresentam qualquer carência, apresentando as restantes carências abaixo da média do concelho.

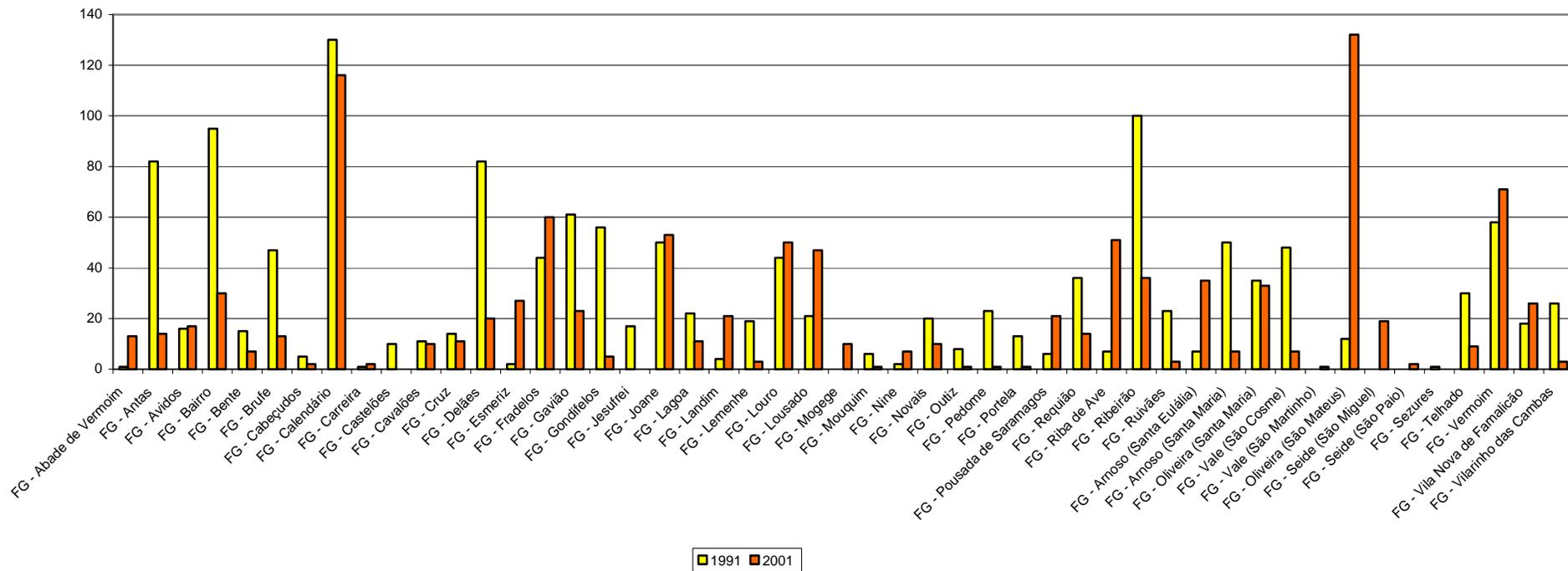
Em 2001, apenas as freguesias de Castelões, Jesufrei e Sezures não apresentam qualquer carência. As freguesias que apresentam carências acima da média do concelho são, por ordem decrescente, Oliveira S. Mateus (132 fogos), Calendário (116 fogos), Vermoim (71 fogos), Fradelos (60 fogos), Joane (53 fogos), Riba D`Ave (51 fogos), Louro (50 fogos), Lousado (47 fogos), Ribeirão (36 fogos), Arnoso St^a Eulália (35 fogos), Oliveira St^a Maria (33 fogos), Bairro (30 fogos), Esmeriz (27 fogos), V.N. Famalicão (26 fogos) e Gavião (23 fogos).

À excepção das freguesias que não apresentavam carência, todas as outras apresentam carências mais ou menos significativas, como se pode verificar pelo gráfico abaixo apresentado.

¹ CARDOSO, Abílio, “O Planeamento Municipal e a Habitação”, CCRN, 1991, pp.42-43.

Gráfico 1 – Carência Estática de Fogos em Vila Nova de Famalicão em 1991 e 2001

Carência Estática de Fogos em 1991 e 2001



Caracterização e diagnóstico

VI. USO DO SOLO



REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO
Março 2006 CMVNF

DU/DPU - Divisão de Planeamento Urbanístico
GIPP - Gestão Integrada de Projectos e Planeamento
RECURSO - Estudos e Projectos de Ambiente e Planeamento, Lda

INDICE

VI – USO DO SOLO

1. SITUAÇÃO EXISTENTE.....	2
1.1 Categorias.....	2
1.2 Valor Fundiário.....	10
2. ACTIVIDADES ECONÓMICAS.....	11
2.1 Industria, Comércio e Serviços.....	12
2.1.1 Políticas Urbanas.....	12
2.1.1 Tipologias recorrentes.....	14
2.1.3 Espaços industriais existentes.....	15
2.1.4 Actividades logísticas.....	19
2.1.5 Potencialidades de investimento.....	20
2.2 Sucatas.....	31
2.2.1 Sucatas de equipamento eléctrico e electrónico, e de veículos em fim de vida.....	34
2.2.2 Legislação existente.....	36
2.2.3 Gestão de resíduos.....	41
2.2.3.1 Gestão de veículos em Fim de Vida.....	41
2.2.3.2 Gestão de resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos.....	44
2.2.4 Financiamento.....	45
2.2.5 Situação existente em Vila Nova de Famalicão.....	46
2.2.6 Hipóteses de resolução do problema.....	52
2.3 Agro-pecuárias.....	55
2.3.1 Legislação existente.....	56
2.3.2 Financiamento.....	56
2.3.3 Situação existente em Vila Nova de Famalicão.....	57
3. APTIDÃO AGRÍCOLA / RAN.....	62

VI – USO DO SOLO

1. SITUAÇÃO EXISTENTE

1.1 Categorias

A carta de usos do solo apresentada na página seguinte, identifica a situação actual do concelho de Famalicão no tocante ao uso dominante das diferentes categorias de espaço consideradas para esta análise, tendo-se procurado que a qualificação adoptada diferenciasses, na medida do possível, o solo urbano do solo rural (classificação do solo):

- solo urbano: edifícios predominantemente unifamiliares

edifícios predominantemente multifamiliares

edifícios exclusivamente comerciais

indústria

equipamentos

espaços verdes públicos

- solo rural: terrenos agrícolas

área florestal

terrenos incultos

agro-pecuárias

O interesse destas classificações e correspondente qualificação é aproximá-las, nomeadamente, da classificação imposta pelo Decreto Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e da qualificação usualmente utilizada na Planta de Ordenamento, tendo como objectivo a análise comparativa da situação existente com a proposta do Plano.

Refira-se ainda que:

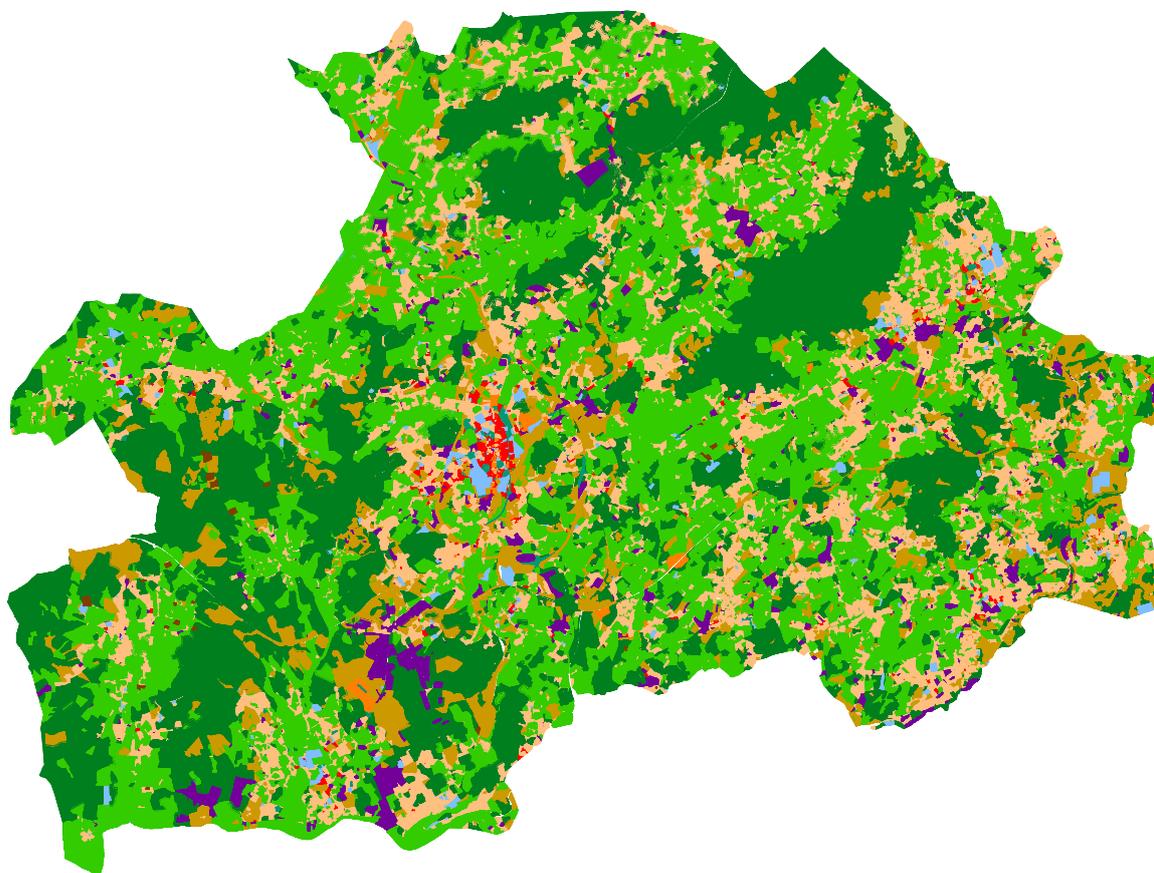
- A carta de uso do solo foi elaborada com base nos ortofotomapas de 2003 e reconhecimento de campo à data actual;

- As categorias definidas respeitam a áreas de uso dominante, compreendendo, no caso do solo urbano, não apenas os edifícios mas também os lotes ou parcelas e as áreas confinantes de acesso e enquadramento;

- Os terrenos incultos correspondem a áreas sem uso definido à data do levantamento, ou porque foram alvo de exploração de massas minerais entretanto concluídas, ou porque apenas apresentam mato rasteiro (resultante ou não de abandono), ou porque foram recentemente sujeitos a movimentos de terras não destinados à agricultura;

- Não se pretende, neste capítulo, estabelecer qualquer juízo de valor sobre a conformidade do uso do solo actual com a aptidão e vocação das parcelas que constituem o todo do território, mas somente apresentar a leitura que a carta explicita e identificar e avaliar a dimensão entre as diferentes categorias.

Carta do uso do solo (situação existente)



l e g e n d a

	edifícios predominantemente unifamiliares
	edifícios predominantemente multifamiliares
	edifícios exclusivamente comerciais
	industria

	equipamentos
	espaços verdes publicos
	terrenos agricolas
	area florestal

	terrenos incultos
	agro-pecuarias

A leitura imediata da carta em análise permite claramente afirmar que o povoamento é disperso, predominantemente correspondente a habitação unifamiliar e apresentando evidentes linearidades, fruto da disposição ao longo das vias de comunicação.

A orientação predominantemente Sul-Norte dessas linearidades está associada a idêntica orientação dos cursos de água que correm para o Ave, assistindo-se à ocupação dos vales e da meia encosta. Os festos estão quase sempre associados a área florestal, que ainda apresenta alguma continuidade no Norte e Poente do concelho.

As áreas agrícolas parecem corresponder aos espaços sobranes da ocupação urbana, apresentando uma fragmentação excessiva e uma continuidade frequentemente interrompida.

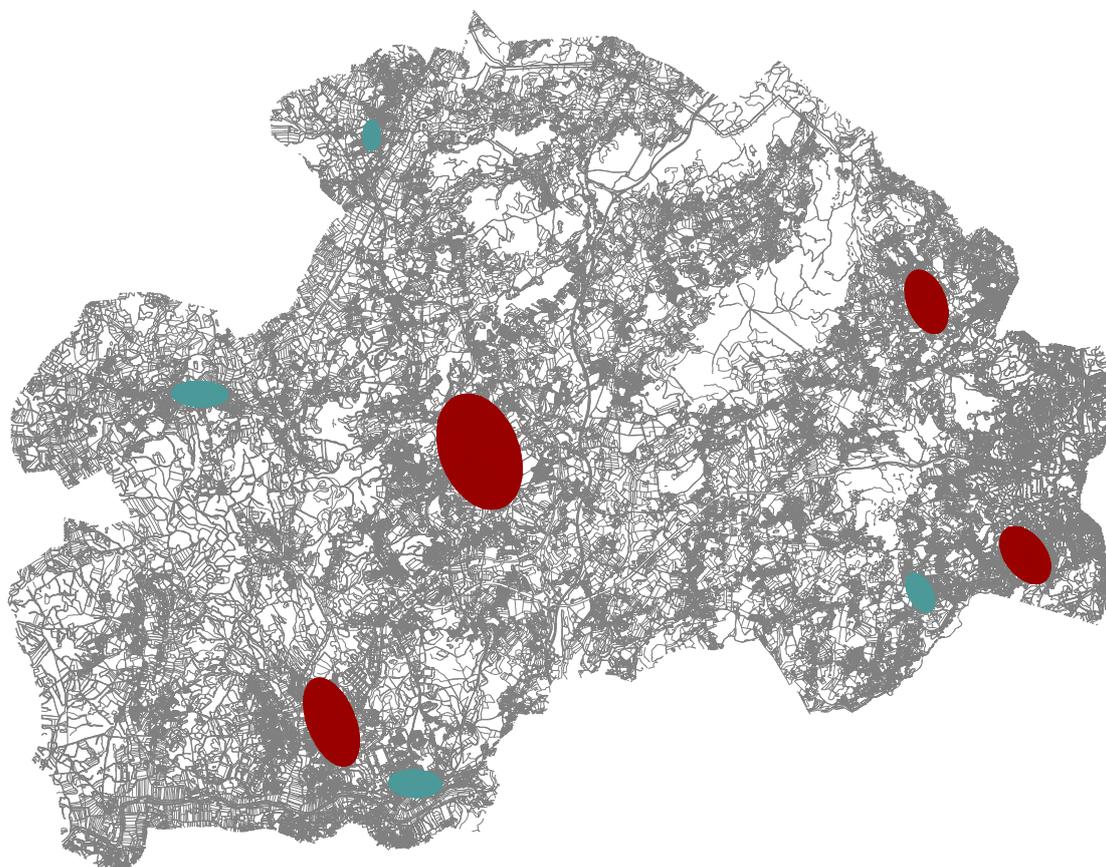
Por outro lado, o Rio Ave parece ter sido o motivo principal da concentração de unidades industriais na fronteira sul do concelho, sendo clara uma maior concentração em Ribeirão (zonas industriais) do que no extremo sudeste do concelho (Riba d'Ave).

A maior densidade de ocupação urbana ocorre no eixo central do concelho, que o cruza de Sul a Norte (EN14), e na Zona Nascente (Joane e Riba d'Ave), esta fruto da polarização de Guimarães e do próprio Ave (aqui, parece que a indústria antecedeu a habitação).

Conquanto o disperso seja a característica dominante do povoamento concelhio, é clara a tendência para a concentração em diversos núcleos urbanos, com efeito de polarização sobre o território imediatamente envolvente. O mais significativo e representativo desta concentração e efeito polarizador corresponde à cidade de Famalicão, que ocupa o centro geométrico do concelho e onde se cruzam as principais vias de comunicação.

Pelos equipamentos e actividades que possuem, estas concentrações urbanas revelam-se como centralidades, com maior ou menor área de influência, algumas ainda em fase de emergência.

Carta de pólos de maior e menor centralidade



l e g e n d a

Concentrações urbanas / Centralidades

	consolidadas
	emergentes

A figura anterior identifica essas centralidades, distinguindo-as com efeito de polarização sobre os territórios adjacentes das de segundo nível, ainda em formação ou capitalizando territórios marcadamente de matriz mais rural.

Analisando agora a área de cada uma das categorias de uso do solo considerada e o seu peso nas unidades territoriais em presença (no concelho e nas unidades de planeamento em que este foi dividido), verifica-se que 28% do solo é urbano no concelho, registando-se o maior peso deste nas UP's da Cidade (38%) e de Riba d'Ave (34%). De notar que o somatório das áreas de cada categoria é ligeiramente inferior à do concelho, pois nesta há ainda a considerar a relativa aos espaços canais (649,1 ha).

Áreas das categorias de uso no concelho e por UP

Município de V. N. Famalicão	Unidades de planeamento	Edifícios predominantemente unifamiliares	Edifícios predominantemente multifamiliares	Edifícios exclusivamente comerciais	Indústrias	Equipamentos	Espaços verdes públicos	Terrenos agrícolas	Áreas florestais	Terrenos incultos	Agropecuária
1.969ha	UP1 Cidade 2117ha	462ha	65ha	25ha	104ha	78ha	20ha	534ha	408ha	272ha	1ha
		38%						62%			
4.639,2ha	UP2 Vale do Este (Nine) 4693ha	774ha	10ha	4.2ha	82ha	43ha	3ha	1748ha	1716ha	243ha	16ha
		20%						80%			
4.512ha	UP3 Vale do Ave Poente (Ribeirão) 4859ha	546ha	13ha	13ha	225ha	38ha	2ha	1418ha	1826ha	431ha	
		19%						81%			
3.144ha	UP4 Vale do Ave Nascente (Riba d'Ave) 3140ha	685ha	19ha	8ha	307ha	59ha	4ha	1091ha	659ha	307ha	5ha
		34%						66%			
3.436ha	UP5 Vale do Pele (Joane) 3545ha	633ha	123ha	13ha	97ha	34ha	3ha	1182ha	1046ha	295ha	10ha
		26%						74%			
1.820,7ha	UP6 Vale do Pelhe (Vale S. Cosme) 1916ha	309ha	1.8ha	1.7ha	36ha	9.2ha	0.3ha	589ha	787ha	84ha	2.7ha
		20%						80%			
20.170ha	Total	3409ha	231.8ha	64.9ha	851ha	261.2	32.3ha	6562ha	6442ha	1432ha	34.7ha
		16,9%	1,1%	0,3%	4,2%	1,3%	0,2%	32,5%	31,9%	7,1%	0,2%
		28%						72%			

Significativo no solo urbano é o peso das áreas industriais, com cerca de $\frac{1}{4}$ da área habitacional, sendo mais expressivo nas UP de Ribeirão e de Riba d'Ave (mais de 40% da área correspondente a habitação uni e multifamiliar).

Registe-se ainda a elevada percentagem de incultos no concelho (7,1%), que ocorrem com maior frequência nas UP onde se regista uma dinâmica urbana mais significativa (Cidade, Ribeirão, Riba d'Ave e Joane), facto associado ao abandono da agricultura com o objectivo de proceder à urbanização dos terrenos.

Por último, assinala-se que a maior percentagem do território é ocupada por áreas agrícolas e florestais (quase dois terços), curiosamente em partes quase iguais (32,5% e 31,9%, respectivamente).

1.2. Valor Fundiário

Nesta 1ª fase de Revisão do PDM caracterizar-se-á, de acordo com o definido pela Direcção Geral de Impostos, o peso que o valor fundiário terá na construção, bem como indicar-se-ão as zonas mais valorizadas para determinados usos (que têm um coeficiente de localização superior) o que, por conseguinte, se reflecte no valor do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

Numa próxima fase, estes estudo terão tradução na planta de ordenamento, nos mecanismos perequativos do regulamento e no dimensionamento dos perímetros urbanos, que devem ser programados no sentido de equilibrar estes valores, ou seja, nas áreas “mais caras” poderá, por exemplo, o factor de segurança (razão entre a área urbanizável definida e a estritamente necessária face ao crescimento projectado) admitido ser um pouco maior (3, por exemplo).

Assim, no município de Famalicão, pela observação das plantas 1.2.1, 1.2.2, 1.2.3 e 1.2.4, constata-se o seguinte:

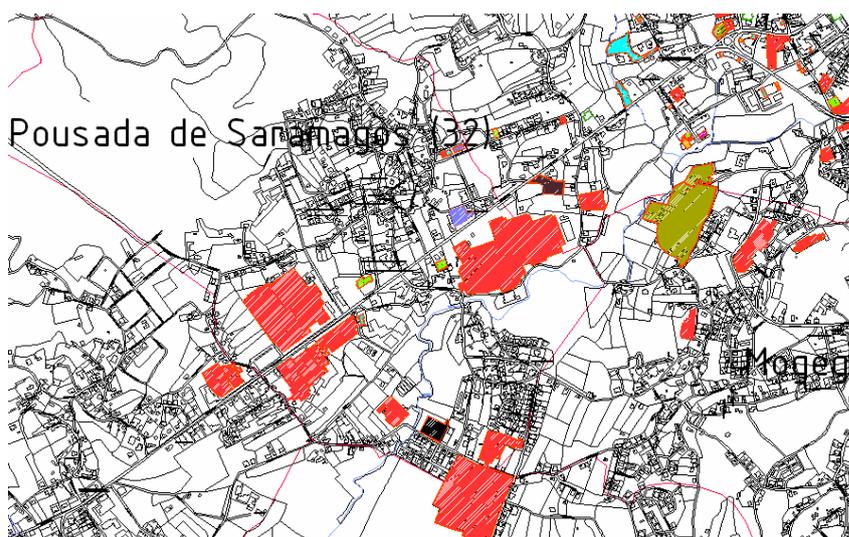
- O peso do valor do terreno sobre a construção varia entre os 24% na freguesia de Famalicão e os 18% em diversas freguesias mais rurais. As vilas e as freguesias contíguas a Famalicão, com excepção para Louro, destacam-se com valores entre 21% e 22%;
- Relativamente ao coeficiente de localização para habitação, este reflecte directamente o peso do valor fundiário atrás mencionado. Contudo, há uma valorização da localização para este fim nas freguesias de Louro e de Cruz, o que poderá relacionar-se, no 1º caso, com a qualidade paisagística e, no 2º, com a boa acessibilidade (nó da A3);
- Quanto às freguesias mais atractivas para o sector terciário, como seria de esperar, são a de Vila Nova de Famalicão, com um factor de localização de 1,5, e as duas contíguas a sul, Calendário (com 1,1) e Antas (1,2). Estes valores reflectem a “condensação” de actividades já existentes nesta principal centralidade do concelho, que obviamente gerarão economias de aglomeração para as vindouras, bem como são causa e consequência dos acessos existentes (A3 e A7);
- A dispersão do sector secundário (que é o mais representativo economicamente no concelho) está bem patente nesta planta, uma vez que os factores de localização são idênticos em quase todas as freguesias, variando apenas entre os 0,85 em V. N. de Famalicão, Antas e Calendário e os 0,6 na maioria das freguesias mais rurais. A actividade industrial terá, neste sentido, que possuir um estudo minucioso, para que se inverta fundamentadamente esta tendência de localização / dispersão

2.1. Indústria, Comércio e Serviços

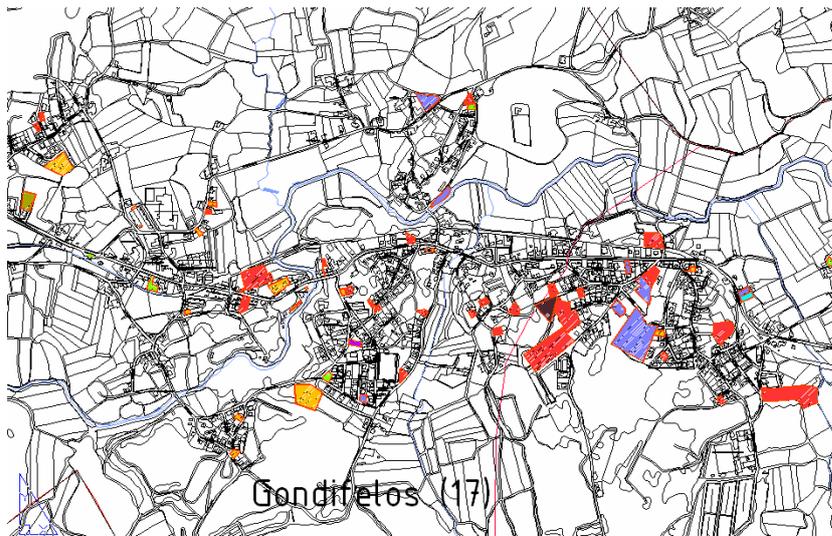
2.1.1 Políticas Urbanas

No Âmbito das Políticas Urbanas no Município de Vila Nova de Famalicão, coexistem diversas realidades relativamente às actividades industriais.

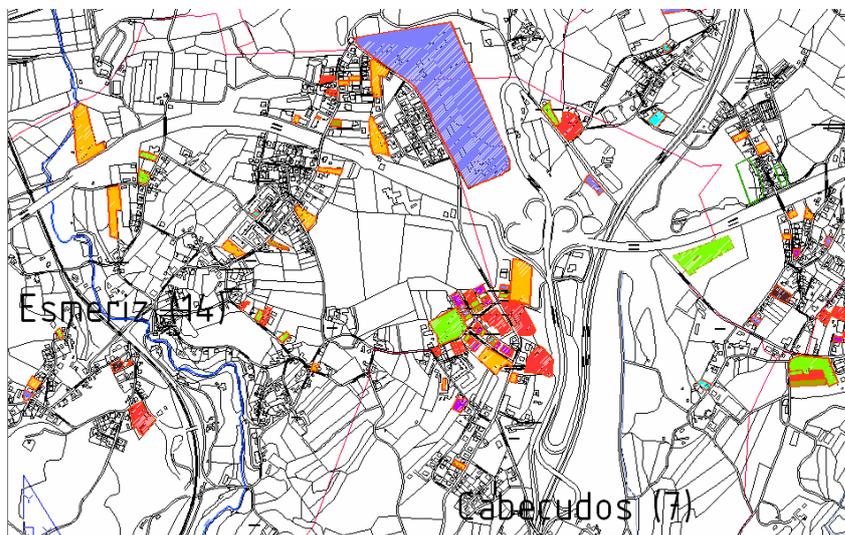
1- *Pré existências remotas*: As empresas que mais se enquadram neste conceito são as ligadas à indústria têxtil. Tendo sido estas responsáveis pela actividade motora da região, desempenhando um efeito estruturante sobre toda a vida económica e social, ajustando pessoas e paisagens numa linha de mono especialização. Localizando-se de forma difusa com maior incidência junto dos cursos de água, facilitavam assim o aproveitamento hidráulico para a produção de energia e de abastecimento de água para os processos de fabrico.



2- *Estruturação difusa*: A densificação e diversificação de actividades industriais ao longo da rede viária segue uma lógica orientada pelo próprio traçado da via, ou seja, a preocupação aquando a sua implantação reside principalmente sobre a escolha de um local que confronte com um caminho público.



3- *Implantação junto das vias estruturantes:* Indústrias mais recentes optam por se localizarem em locais estratégicos de forma a facilitar o seu acesso assim como, o escoamento da sua produção. Estes locais são essencialmente junto de nós de intercepção da nova rede viária com grande capacidade de distribuição de tráfego, com a rede viária existente.



A localização das actividades económicas acarreta consideráveis impactos sobre o território, consoante as suas características de localização e implantação. Para além dos impactos urbanísticos, existem ainda os impactes ambientais. Os impactos ambientais podem ser exercidos a vários níveis, nomeadamente ao nível da poluição gerada através do processo produtivo e ao nível da sua localização em áreas de maior sensibilidade ambiental. Destacam-

se essencialmente as actividades localizadas em Reserva Agrícola Nacional, pois cerca de 4% encontram-se em solos de elevada aptidão agrícola, e as actividades que se encontram em solos com declive superior a 16%, encontram-se cerca de 297 empresas nesta situação o que corresponde a cerca de 12.2% das actividades localizadas. Além disso, existem igualmente algumas empresas instaladas em leitos de cheia, em áreas com risco de erosão e em áreas de cabeceiras de linha de água, as duas primeiras surgem ambas em 1.5% das actividades e a terceira em 3%.

2.1.2 Tipologias recorrentes

Existem realidades bastante diversas quanto às tipologias encontradas nos edifícios que possuem actividades industriais e/ou comerciais. Existem empresas que se apresentam com uma tipologia tipo “edifício-montra”, estas empresas encontram-se sobretudo relacionadas com os sectores automóvel, mobiliário e de materiais de construção, utilizando espaços para exposição e espaços para armazenagem dos materiais.

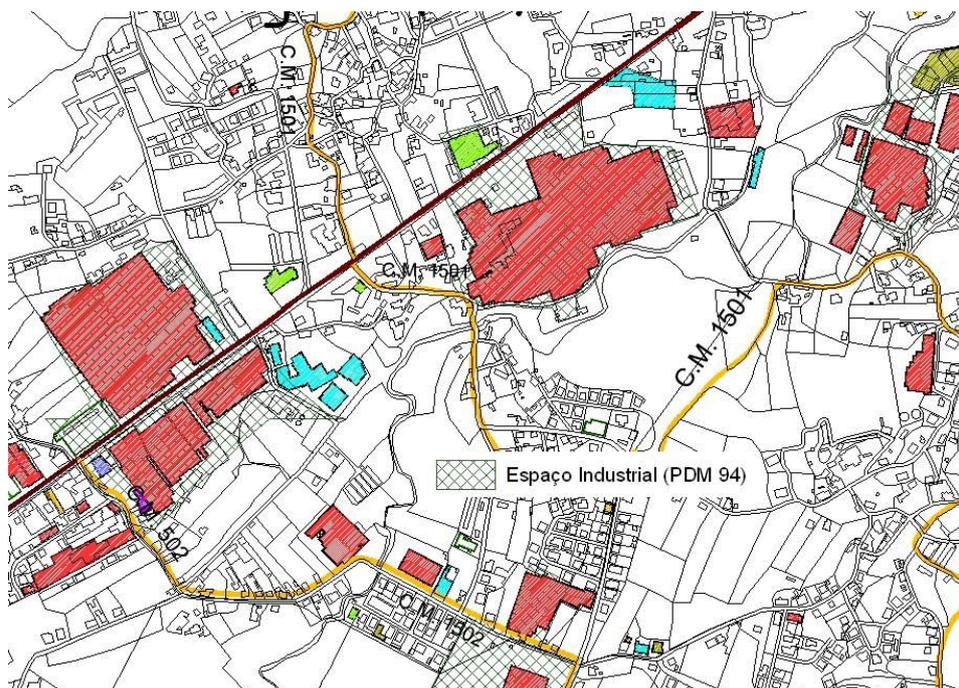
Apresentam-se igualmente em quantidades relevantes as empresas de pequena actividade comercial ou de serviços que se estabelecem no rés-do-chão de edifícios de habitação multifamiliar. Esta mistura de usos é igualmente perceptível quando se analisam as micro-empresas existentes, pois estas surgem geralmente no território ligadas aos mais variados tipos de uso do solo, um claro exemplo, são as pequenas empresas (familiares) relacionadas com o sector têxtil e que se encontram muitas das vezes em rés-do-chão ou caves de edifícios unifamiliares. Em contraste, destacam-se as empresas de média e grande dimensão existentes no território que exercem fortes influências sobre a utilização do solo, mobilidade e sobre a imagem e paisagem do território.

Existem igualmente diversas realidades aquando da análise da construção dos edifícios, surgindo edifícios de construção recente e adequada à utilização actual e surgindo edifícios de construção mais antiga, onde se procedeu posteriormente a uma adaptação e reutilização do edifício. Esta adaptação e reutilização dos edifícios e dos espaços é de enorme importância, pois é uma forma de otimizar a utilização de solo e de diminuir a existência de espaços degradados e abandonados. Um claro exemplo da recuperação e aproveitamento de espaços, edifícios, recursos e Know-how das populações é a reutilização do espaço e dos edifícios da antiga Empresa Têxtil Eléctrica em Bairro, este espaço tem sido recentemente alvo de investimentos e de novas fixações empresariais.

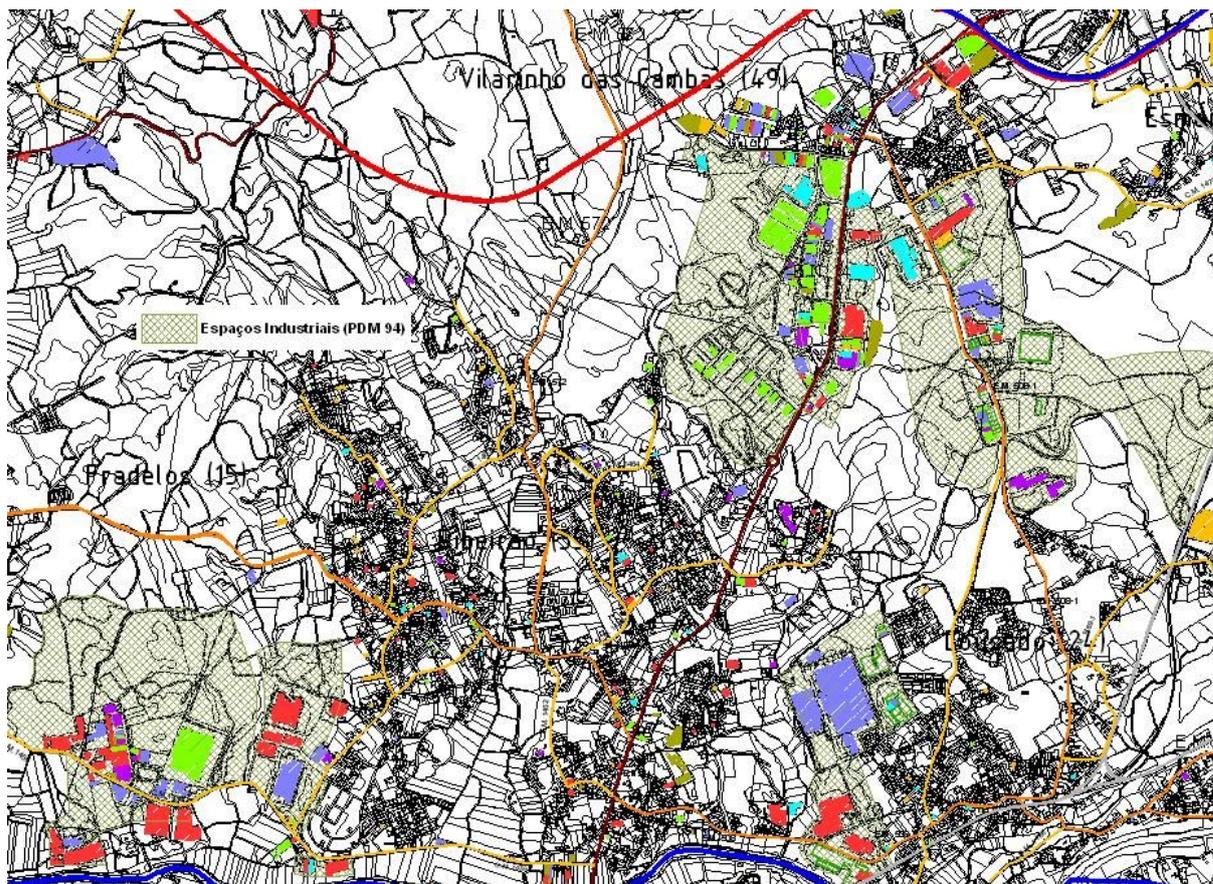
2.1.3 Espaços Industriais Existentes

Aquando a realização do Plano Director Municipal (PDM) actualmente em vigor, houve a necessidade de adequar a planta de ordenamento à situação existente. Ou seja, no território existiam indústrias de grande dimensão essencialmente vocacionadas para o têxtil (Riopele, Têxteis Manuel Gonçalves, Têxteis Sampaio Ferreira, Fiação e Tecidos Oliveira Ferreira, etc....) que influenciaram a posterior localização dos espaços industriais.

Alguns dos espaços industriais existentes no actual PDM, encontram-se confinados aos terrenos ocupados por grandes actividades económicas, como é o caso da Riopele apresentado na imagem seguinte. Estes espaços encontram-se na maioria dos casos em locais estratégicos do ponto de vista viário e confrontam com os espaços de ocupação urbana, nomeadamente com a ocupação habitacional, criando assim existências características e próprias dos espaços em que se inserem.



Para além desta situação de preexistência, o PDM também definiu espaços industriais em zonas estrategicamente localizadas para a vocação industrial e/ou empresarial, sendo o caso de Calendário, Fradelos, Jesufrei, Lousado, Ribeirão e Vilarinho. Estas zonas industriais apresentam ainda área livre para futura ocupação, sendo no entanto necessário verificar a aptidão e a capacidade do solo para este tipo de ocupação.



Verifica-se que grande parte das actividades económicas encontram-se localizadas fora destes espaços pré-definidos, provocando, em certos casos, incompatibilidades com as actividades envolventes. As áreas apoiadas na rede viária existente foram sujeitas a processos de urbanização por iniciativa dos particulares, resultando numa grande diversidade da dimensão de lotes, formas de ocupação e infra-estruturação em alguns casos desarticulada. Embora se trate de espaços industriais, tem-se verificado ultimamente uma diversificação de actividades. Ou seja, as construções inicialmente licenciadas para fins industriais são adaptadas para actividades comerciais e/ou de armazenamento.

Tendo em conta esta realidade, pode concluir-se que existem dois tipos de intervenção. Sendo uma de integração devido à presença de uma compatibilidade de funções (habitação, comércio, serviços e indústria) sendo outra de nítida ruptura com a envolvente provocando, mesmo, um forte impacto negativo devido ao seu desajuste com o espaço onde está inserida. Nesta última será necessário impor uma regulamentação mais rígida e/ou obrigar essas empresas a deslocarem-se para espaços mais adequados.

Torna-se necessário orientar as políticas de ordenamento do território no sentido da melhoria da sua dotação infra-estrutural (tratamento e reciclagem de resíduos, energia,

telecomunicações, etc...) e de uma melhor articulação com a envolvente; da utilização e conforto dos espaços públicos e de circulação; e de localização de equipamentos e serviços de apoio, que garantam qualidade aos utentes e trabalhadores (por exemplo creches, comércio diário, restauração, etc...).

A dispersão das actividades económicas, sobretudo das actividades industriais, dificulta o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio e de complementaridade, e a obtenção de núcleos empresariais sólidos e inovadores. Torna-se assim, fundamental promover a consolidação dos espaços industriais e o desenvolvimento de actividades de apoio às mesmas, nomeadamente ao nível da prestação de serviços.

Analisando a localização das actividades económicas no território é possível delimitar os núcleos existentes, e desse exercício conclui-se que existem poucos núcleos empresariais/industriais consolidados, pois na generalidade os núcleos delimitados possuem dimensões relativamente reduzidas e sem que possuam actividades e serviços paralelos e complementares. Destacam-se as áreas existentes em Pousada de Saramagos, junto à Riopete, e as que pertencem ao eixo Vilarinho, Calendário, Ribeirão, Lousado e Fradelos. Todas estas áreas assentam sobre estradas nacionais com grande importância, as primeiras encontram-se incorporadas nos aglomerados urbanos aí existentes, com uma forte relação de proximidade e de conexão, apresentando no entanto algumas dificuldades de expansão pois o território já se encontra fortemente ocupado. As segundas encontram-se igualmente ligadas aos aglomerados urbanos existentes na proximidade, no entanto já possuem uma maior diversidade de actividades e de serviços que fomentam uma maior interactividade entre diferentes sectores de actividade (por exemplo: restauração, comércio e serviços).

Os pequenos núcleos empresariais/industriais existentes são considerados como potenciais futuras áreas empresariais a desenvolver, sendo para isso necessário ponderar sobre as características do território em que se encontram inseridos, considerando os aglomerados urbanos e as infra-estruturas existentes e previstas, assim como as características ambientais e os impactes esperados.

2.1.4 Actividades Logísticas

A existência de uma rede viária estruturada e de boas acessibilidades permitiu a expansão da actividade logística no município (é um exemplo os Transportes Nogueira, a Transfradelos e a plataforma multi-modal Grocenter).

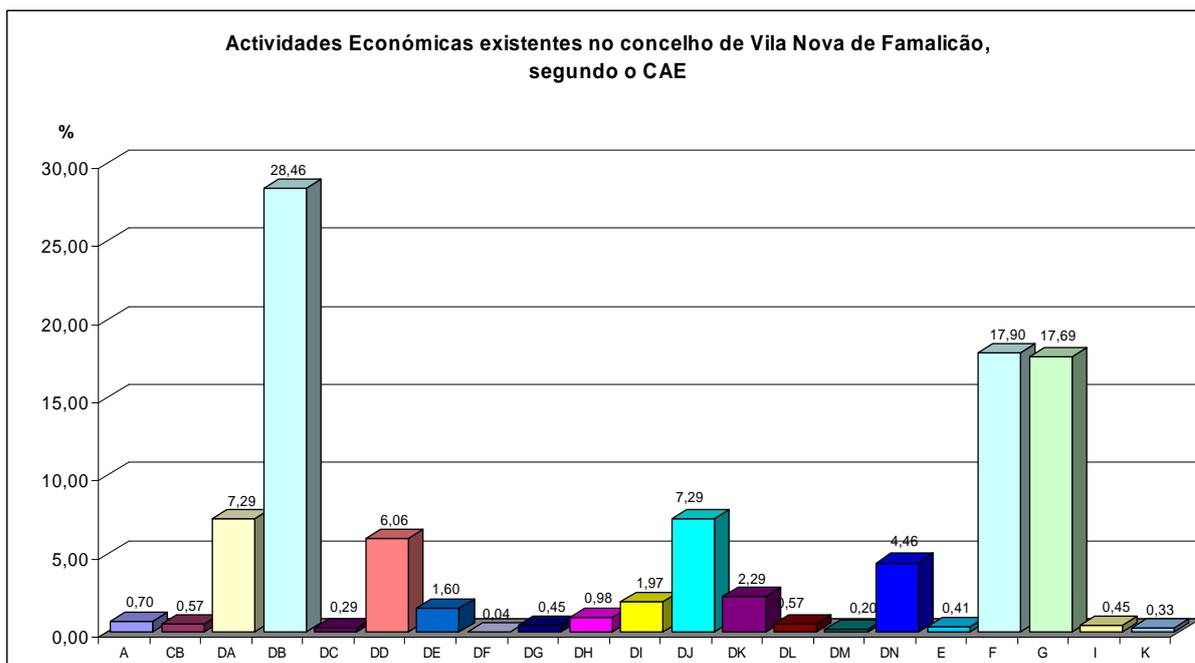
As actividades com cargas urbanas apreciáveis, tendem a localizar-se na proximidade das maiores aglomerações urbanas e industriais, implicando por isso, uma atenção especial do planeamento urbano.

É de enorme importância obter um elevado grau de articulação de tutelas, quer ao nível da produção e gestão de infra-estruturas, quer ao nível da interligação destas com as políticas urbanísticas. Quanto às infra-estruturas, são cada vez mais e intensamente utilizadas as diversas redes de serviços rodoviários, portuárias, aeroportuárias, telecomunicações avançadas, energia, saneamento, etc..., o que implica uma gestão articulada das diversas redes.

2.1.5 Potencialidades de investimento

Após identificação, localização e análise das 2443 actividades económicas existentes no município, verifica-se uma forte presença da indústria vocacionada para o sector têxtil (28.46%), a construção (17.90%), o comércio por grosso e a retalho *, reparação de veículos e bens de uso pessoal e doméstico (17.69%), a indústria metalúrgica de base e de produtos metálicos (7.29%), a indústria alimentar, de bebidas e do tabaco (7.29%), indústria da madeira e da cortiça e suas obras (6.06%) e indústrias transformadoras não especificadas (4.46%). Para além das empresas dessa natureza, existem outras, que representam cerca de 10.84% e que se correspondem à CAE: DK, DI, DE, DH, A, DL, CB, DG, I, E, K, DC, DM e DF.

* A identificação e localização das actividades económicas de comércio por grosso e a retalho, apenas inclui os estabelecimentos com uma área superior a 500m².

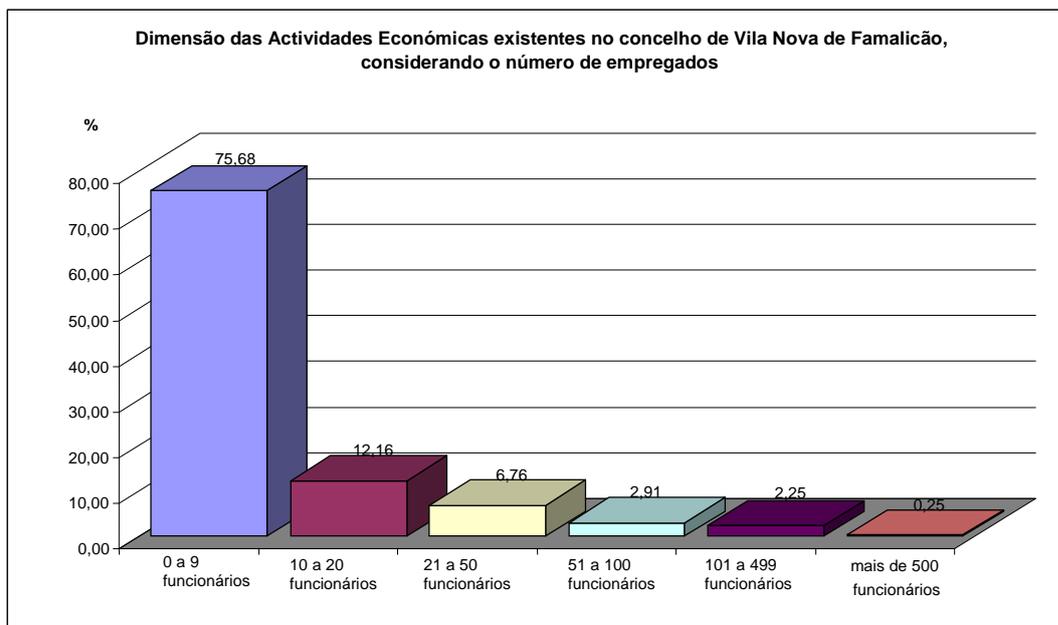


A classificação das actividades económicas (CAE) encontra-se dividida segundo várias classes e sub-classes de actividade, nomeadamente:

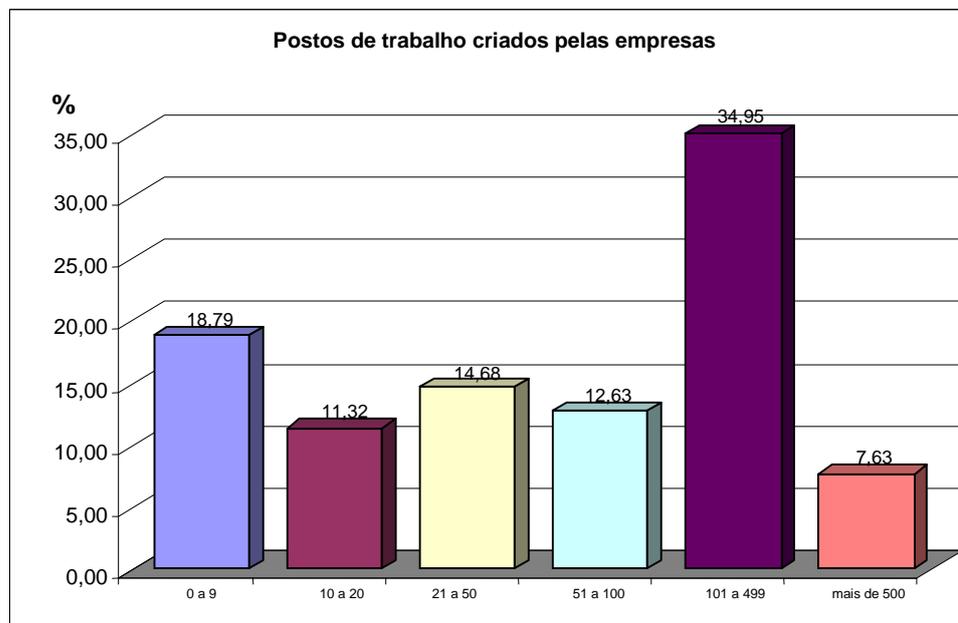
- A – Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
- B – Pesca
- C – Indústrias Extractivas
 - CA – Extracção de produtos energéticos
 - CB – Indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos
- D – Indústrias Transformadoras
 - DA – Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
 - DB – Indústria têxtil
 - DC – Indústria do couro e de produtos de couro
 - DD – Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras

- DE – Indústria da pasta, de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão
 DF – Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear
 DG – Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais
 DH – Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
 DI – Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
 DJ – Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
 DK – Fabricação de máquinas e de equipamentos, n. e.
 DL – Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica
 DM – Fabricação de material de transporte
 DN – Indústrias transformadoras, n. e.
- F – Construção
 G – Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico
 H – Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
 I – Transportes, armazenagem e comunicações
 J – Actividades financeiras
 K – Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
 L – Administração pública, defesa e segurança social “obrigatória”
 M – Educação
 N – Saúde e acção social
 O – Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
 P – Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio
 Q – Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Em relação aos postos de trabalho, verifica-se que a maioria das empresas reportoriadas (75.68%) é apresenta um número de empregados bastante reduzido (até 9 funcionários). No entanto, existem algumas empresas (2.25%) que empregam um número considerável de funcionários (entre 101 e 499 funcionários).



Cerca de 35% dos postos de trabalho existentes, encontram-se nas empresas de maiores dimensões, ou seja, naquelas que possuem entre 101 e 499 funcionários, apesar de existirem apenas cerca de 2.25% de empresas desta classe de funcionários.



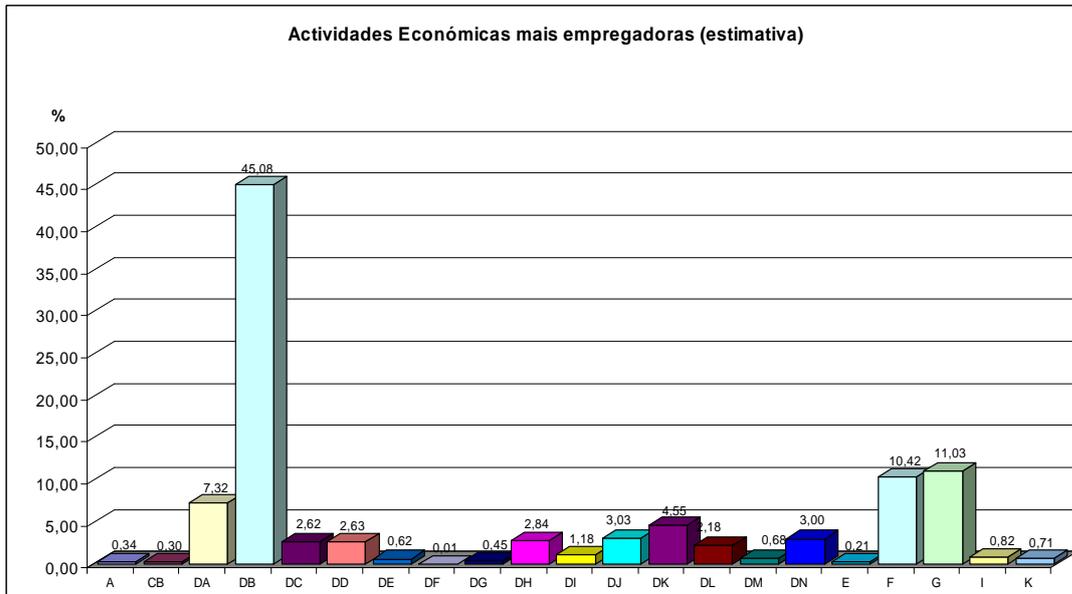
Estas são na maioria empresas dos sector têxtil, que possuem a capacidade de empregar uma quantidade significativa de pessoas, considerado o número médio de funcionários estimado * para cada uma das classes, ta como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela – Número médio de funcionários de cada actividade económica (CAE)

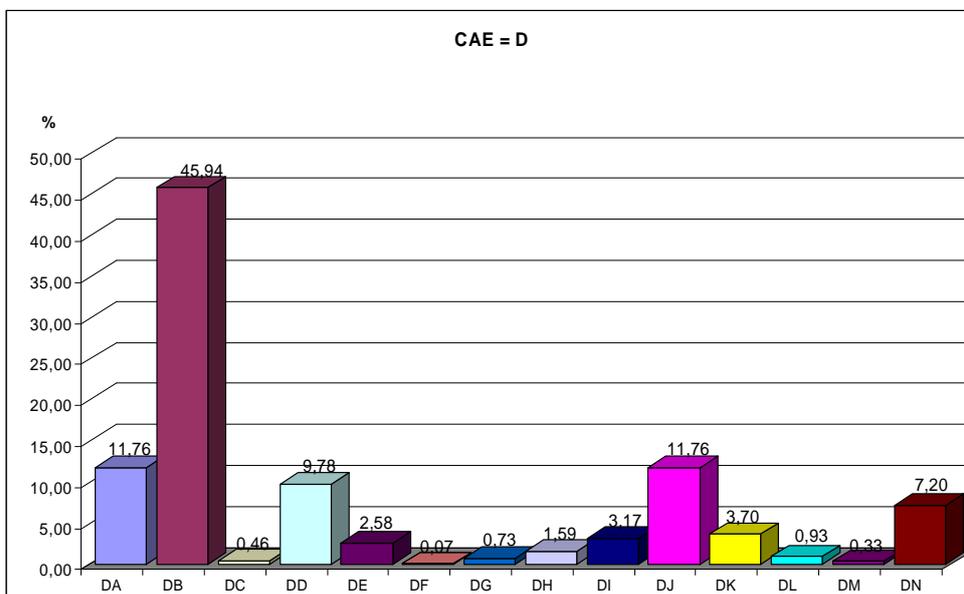
	A	CB	DA	DB	DC	DD	DE	DF	DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN	E	F	G	I	K	nº func	%
0 a 9 funcionários	52	48	544	1712		508	124	4	24	36	148	608	116	36	16	372	32	1448	1508	28	28	7392	18,79
10 a 20 funcionários	45		315	1680		210	120		15	120	105	270	150			135	15	675	555	45		4455	11,32
21 a 50 funcionários	35	70	350	2765	70	175	0	0	140	140	70	245	455	70	0	175	35	665	315	0	0	5775	14,68
51 a 100 funcionários			420	3080	210	140				70	140	70	70					560	210			4970	12,63
101 a 499 funcionários			1250	7500	250					250			500	750	250	500		750	1250	250	250	13750	34,95
mais de 500 funcionários				1000	500					500			500						500			3000	7,63
nº funcionários	122	98	2779	16947	1010	983	244	4	139	1076	443	1123	1661	836	266	1132	72	3908	4248	323	278	39342	
%	0,34	0,30	7,32	45,08	2,62	2,63	0,62	0,01	0,45	2,84	1,18	3,03	4,55	2,18	0,68	3,00	0,21	10,42	11,03	0,82	0,71		

* Considerando: 0 a 9 funcionários = 4; 10 a 21 funcionários = 15; 21 a 50 funcionários = 35; 51 a 100 funcionários = 70; 101 a 499 funcionários = 250; mais de 500 funcionários = 500

O gráfico seguinte, refere-se ao pessoal ao serviço nas mesmas empresas e revela que a indústria transformadora é o sector mais representativo em matéria de emprego. No entanto, verifica-se uma forte presença de outros sectores, tais como construção civil e o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos e bens de usos pessoal e doméstico, que possuem respectivamente 10.42% e 11.03% dos postos de trabalho.



Tanto no que se refere ao número de empresas existentes, como ao número de pessoas que elas empregam, a indústria transformadora (CAE: D) possui um peso significativo (61.89%). Dos diversos ramos industriais, o têxtil é sem dúvida o mais significativo da indústria transformadora (46.10%).

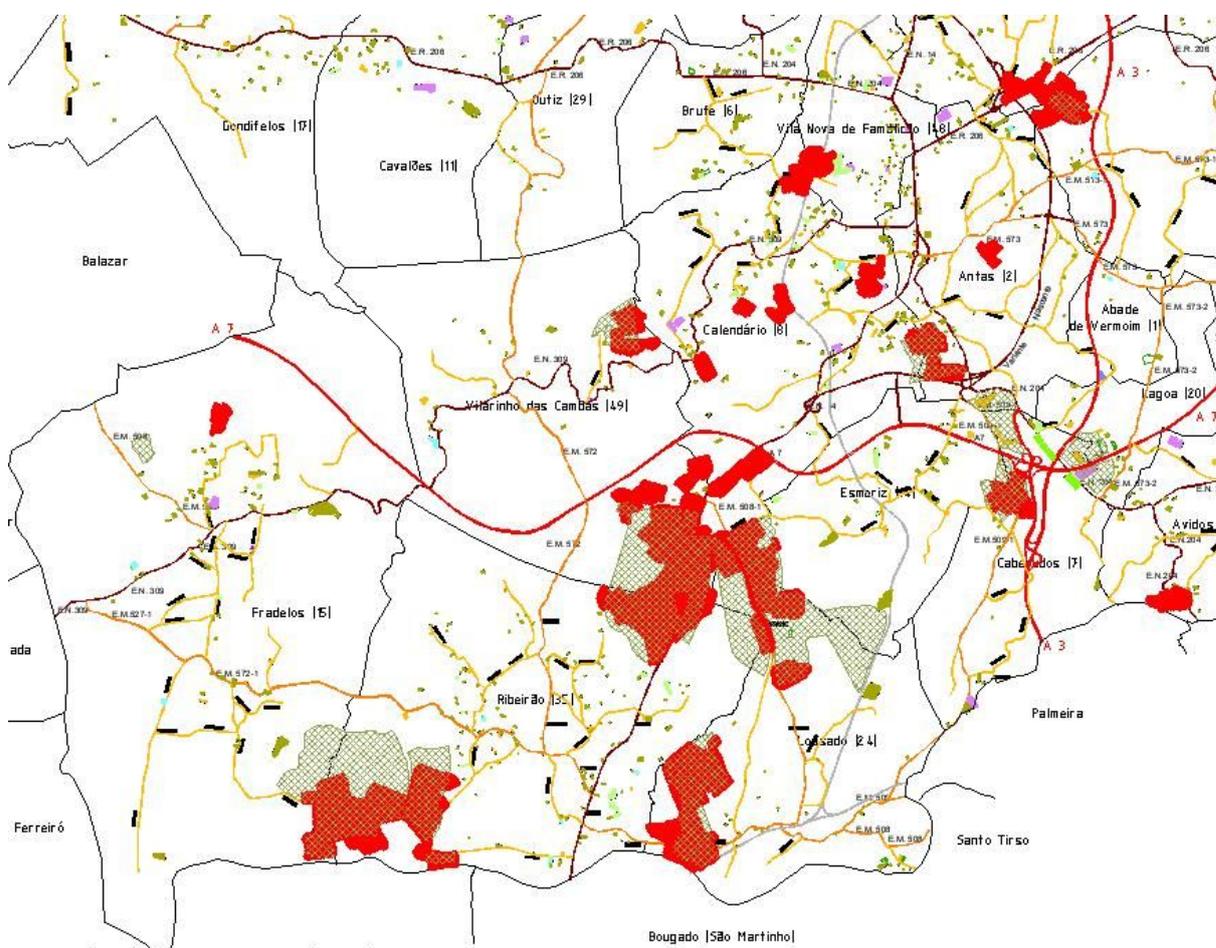


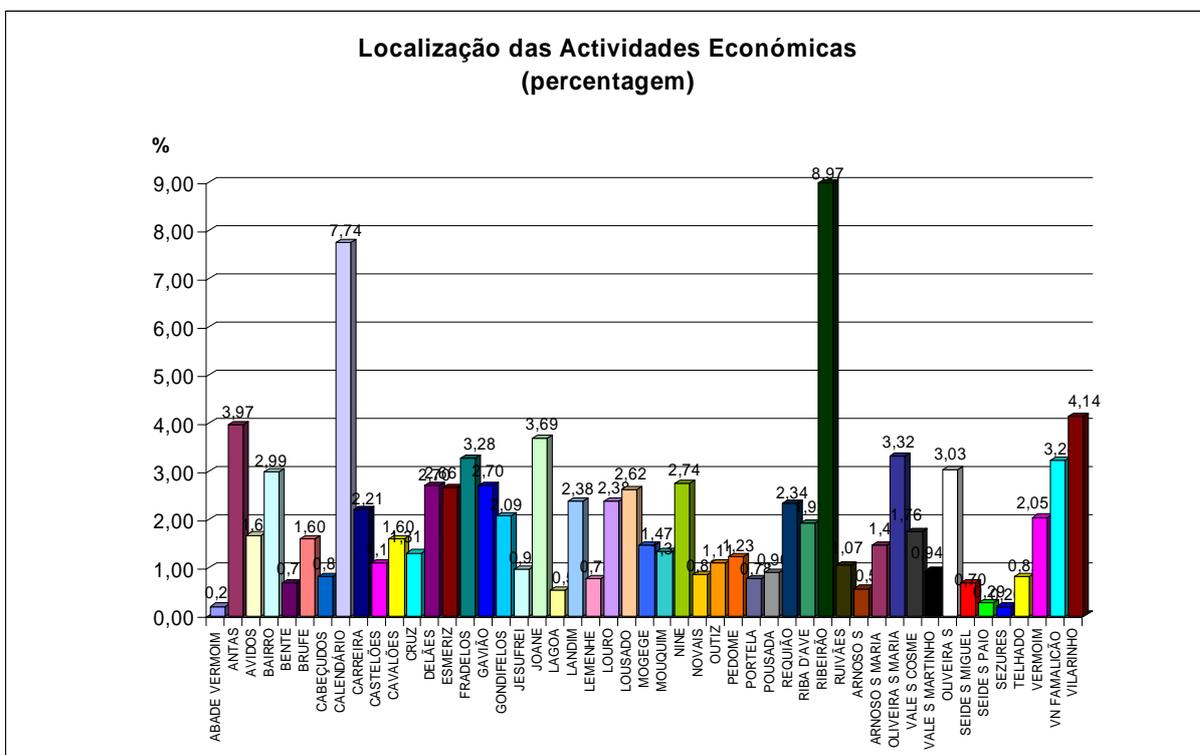
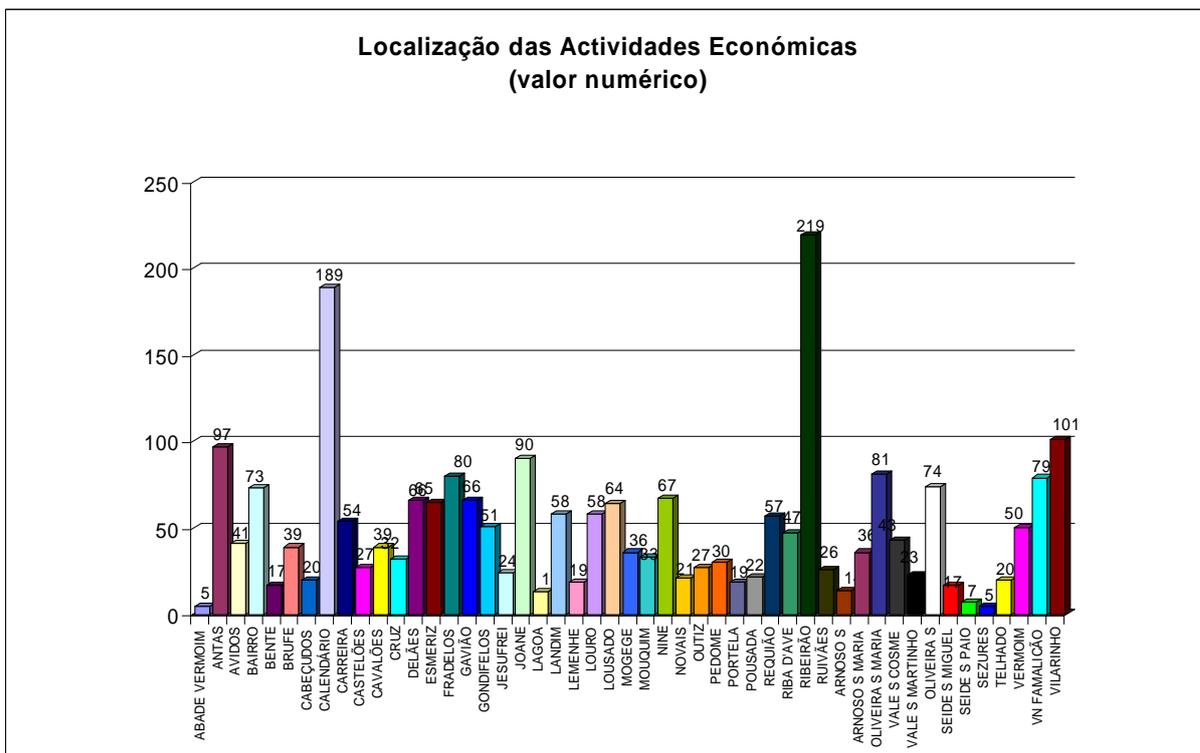
Considerando o valor de funcionários estimado, verifica-se que a freguesia mais empregadora é a de Ribeirão, que possui cerca de 9% dos postos de trabalho estimados, seguindo-se Calendário com cerca de 8%, Vilarinho das Cambas e Lousado ambos acima dos 5%. Ou seja, para além da concentração de actividades económicas, nestas freguesias também se verifica uma maior concentração de postos de trabalho.

Tabela – Percentagem de funcionários existente em cada freguesia, considerados os valores médios estimados

Freguesia	% func.
ABADE VERMOIM	0,19
ANTAS	3,64
AVIDOS	2,06
BAIRRO	3,30
BENTE	1,54
BRUFE	0,82
CABEÇUDOS	1,92
CALENDÁRIO	8,09
CARREIRA	1,96
CASTELÕES	0,67
CAVALÕES	1,48
CRUZ	0,47
DELÃES	1,42
ESMERIZ	2,30
FRADELOS	3,47
GAVIÃO	2,93
GONDIFELOS	1,12
JESUFREI	0,52
JOANE	3,66
LAGOA	0,16
LANDIM	1,65
LEMENHE	0,19
LOURO	3,31
LOUSADO	5,46
MOGEGE	3,42
MOUQUIM	1,08
NINE	1,45
NOVAIS	1,06
OUTIZ	1,01
PEDOME	1,35
PORTELA	0,48
POUSADA	3,14
REQUIÃO	1,60
RIBA D'AVE	2,86
RIBEIRÃO	9,12
RUIVÃES	0,68
ARNOSO S EULÁLIA	0,29
ARNOSO S MARIA	0,80
OLIVEIRA S MARIA	1,45
VALE S COSME	2,55
VALE S MARTINHO	1,20
OLIVEIRA S MATEUS	2,53
SEIDE S MIGUEL	0,63
SEIDE S PAIO	0,09
SEZURES	0,05
TELHADO	0,42
VERMOIM	0,61
VN FAMALICÃO	4,16
VILARINHO	5,66

Relativamente à principal localização das actividades económicas no território municipal, verifica-se a sua concentração com especial destaque para as freguesias de Ribeirão e de Calendário, que possuem respectivamente cerca de 8.97% e 7.74% das empresas registadas, e mantendo-se as restantes freguesias com valores inferiores a 4%, com excepção de Vilarinho das Cambas com 4.1%. Estas freguesias caracterizam-se por possuírem entre elas uma particular proximidade, gerando assim um forte pólo empresarial, cujo potencial deverá ser promovido. Este pólo encontra-se sobre a influência das dinâmicas registadas na cidade de Vila Nova de Famalicão na cidade da Trofa, com as quais possui relevantes conexões, além disso encontra-se apoiado na EN 14, a estrada nacional que estabelece a ligação entre Porto e Braga, e possui boas ligações com as auto-estradas A7 e A3.





Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CMVNF/DUH/DPU

GIPP, Lda

Recurso, Lda

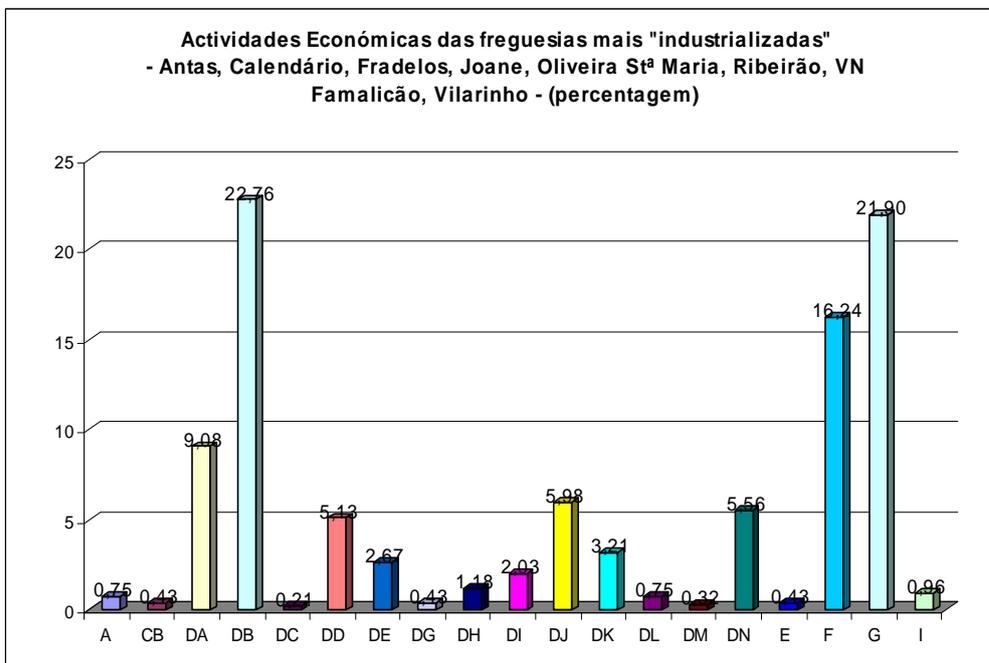
Analisando os gráficos anteriores que apresentam a quantidade de empresas existentes em cada uma das freguesias do concelho, verifica-se que as freguesias de Ribeirão, Calendário, Vilarinho das Cambas, Antas, Joane, Oliveira Santa Maria, Fradelos e Vila Nova de Famalicão, possuem as maiores concentrações de actividades económicas, correspondendo a 38.33% das empresas existentes no município.

As restantes freguesias possuem um peso inferior a 3%, ou seja, 41 freguesias do município possuem 61.67% das actividades económicas existentes, no entanto, não se verifica uma concentração dessas actividades no território de cada freguesia.

Tabela – Empresas existentes no município, considerando a freguesia e o tipo de actividade económica

	A	CB	DA	DB	DC	DD	DE	DF	DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN	E	F	G	I	K	TOTAL	%
ABADE VERMOIM				2														3				5	0,20
ANTAS			17	18							3	3	2	1		2		16	34	1		97	3,97
AVIDOS	1		2	18		2					1	3	1	1		2		6	5			41	1,68
BAIRRO				44		1	1		2		1	3	1	1		3		10	6			73	2,99
BENTE			1	5		3	1						1					3	3			17	0,70
BRUFE	1		5	12	1	2					2	6		1		1	1	4	3			39	1,60
CABEÇUDOS			2	6								1	2			1		3	4		1	20	0,82
CALENDÁRIO			17	47		11	9			4	7	9	6	5		10		31	33			189	7,74
CARREIRA			1	31		3						1				1	1	10	6			54	2,21
CASTELÕES				16		4												3	4			27	1,11
CAVALÕES			2	12		3					2	2	3			4		5	6			39	1,60
CRUZ			1	7		3						3	1			2		11	4			32	1,31
DELÃES			4	30		2	3		1	1	2	4	1				10	8				66	2,70
ESMERIZ			2	20		2	2	1	1	2		10	1			4		13	7			65	2,66
FRADELOS	2	1	7	14		6	1			1	2	7	4			7		17	11			80	3,28
GAVIÃO			9	11		5	1				2	4	3	1		4	1	14	11			66	2,70
GONDIFELOS			3	21	1	3						2	1			3		13	4			51	2,09
JESUFREI	1			1		1					1	5	1	1		2		5	6			24	0,98
JOANE	1	2	14	22		6	3			2		4	2	1		2		17	14			90	3,69
LAGOÁ			2			2			1		2	1						5				13	0,53
LANDIM			4	19		3				1	1	7					11	12				58	2,38
LEMENHE			2	4		3					2	1						5	2			19	0,78
LOURO	3		6	8		7			1	2	3	1				5	1	9	12			58	2,38
LOUSADO		1	7	11		3			1	3	1	7	3					15	10		2	64	2,62
MOGEGE				11	1	4						2	1			1		12	4			36	1,47
MOUQUIM	1		3	6		3				1	2		5	1		1	4	5	1			33	1,35
NINE			4	18		5					2	4				7		8	17	1	1	67	2,74
NOVAIS				8	1	4					1						1	5	1			21	0,86
OUTIZ			3	4		1	1					3				2		2	10		1	27	1,11
PÉDOME			1	15		1						2				1		4	6			30	1,23
PORTELA		9	1			1					2	1				1		1	3			19	0,78
POUSADA			3	9							1	2				1		3	3			22	0,90
REQUIÃO	1		3	13		1				1		6	1	1	1	1	1	10	16		1	57	2,34
RIBA D'AVE			5	18		3	2					4				3		6	4		2	47	1,93
RIBEIRÃO			9	62	2	12	1		2		4	21	8		2	15	2	30	46	3		219	8,97
RUIVÃES			3	6		3					1	3				1		6	3			26	1,07
ARNOSO S EULÁLIA			2			2						4						6				14	0,57
ARNOSO S MARIA			2	5		6					1	3		1		2		10	6			36	1,47
OLIVEIRA S MARIA		1	2	30		5			2	1		4			1	7	2	12	14			81	3,32
VALE S COSME			1	9		6						5	2					9	11			43	1,76
VALE S MARTINHO			2	7	1	2					1	1						5	4			23	0,94
OLIVEIRA S MATEUS			1	43			1			2		5	1				10	10	1			74	3,03
SEIDE S MIGUEL			2	6								3						2	4			17	0,70
SEIDE S PAIO							1					1						4	1			7	0,29
SEZURES						1						2						1	1			5	0,20
TELHADO				6		2						2	1			1		6	2			20	0,82
VERMOIM	2		4	19		3	1				1	1						12	7			50	2,05
VN FAMALICÃO			12	5		3	6				1	2	3					22	23	2		79	3,24
VILARINHO	4		7	15		5	5			3	2	6	5			9		7	30	3		101	4,14
TOTAL	17	14	178	694	7	148	39	1	11	24	48	178	56	14	5	109	10	437	432	11	8		
%	0,7	0,6	7,3	28,4	0,3	6,1	1,6	0,0	0,5	1,0	2,0	7,3	2,3	0,6	0,2	4,5	0,4	17,9	17,7	0,5	0,3		

Nas oito freguesias mais industrializadas, que possuem cerca de 1000 empresas, observa-se que cerca de 60% se encontram relacionadas com a indústria transformadora (CAE – D), seguindo assim as tendências registadas ao nível do concelho. Estas empresas de CAE – D correspondem a cerca de 23% do total das empresas existentes no município, destacando-se assim a sua relevância na economia do concelho. Da mesma análise, destaca-se a presença de empresas relacionadas com o sector têxtil, que representam cerca de 23% das empresas deste conjunto em análise. Igualmente importantes, são os sectores do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos e bens de usos pessoa e doméstico, com 22%, e a construção civil, com 16%.



Considerando o número médio de funcionários estabelecido para cada uma das classes de funcionários, verifica-se que este conjunto de freguesias possui cerca de 40% dos postos de trabalho contabilizados ao nível do município, exercendo por isso um forte poder de atracção sobre a população, quer seja ao nível da disponibilidade de emprego como da disponibilização de comércio e serviços.

Tabela – Número de postos de trabalho criados, considerando os vários sectores de actividade nas oito freguesias mais industrializadas (Antas, Calendário, Fradelos, Joane, Oliveira St.ª Maria, Ribeirão, Vila Nova de Famalicão e Vilarinho das Cambas)

	A	CB	DA	DB	DC	DD	DE	DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN	E	F	G	I	nº func.	%
0 a 9 funcionários	24	16	280	492		160	72	4	20	60	184	60	12	8	180	16	492	672	20	2772	17,46
10 a 20 funcionários	15		105	540		90	105		30	60	90	90		30		255	405	45	1860	11,72	
21 a 50 funcionários			105	840		70		105	105		140	280	35		175		315	70		2240	14,11
51 a 100 funcionários			300	1500	150												75	225		2250	14,18
101 a 499 funcionários			250	2500					250				750	250			500	1000	250	5750	36,23
mais de 500 funcionários												500						500		1000	6,30
nº empresas	39	16	1040	5872	150	320	177	109	405	120	414	930	797	258	385	16	1637	2872	315	15872	
%	0,25	0,1	6,55	37,0	0,95	2,02	1,12	0,69	2,55	0,76	2,61	5,86	5,02	1,63	2,43	0,1	10,3	18,1	1,98		
% relativamente ao município (40,34%)	0,1	0,04	2,64	14,9	0,38	0,81	0,45	0,28	1,03	0,31	1,05	2,36	2,03	0,66	0,98	0,04	4,16	7,3	0,8		

Tal como sucede na generalidade do município, nestas freguesias a maioria dos postos de trabalho (cerca de 36%) encontram-se nas empresas de maiores dimensões, ou seja, naquelas que possuem entre 101 e 499 funcionários, possuindo cerca de 15% dos postos de trabalho contabilizados em todo o território municipal. Na tabela seguinte, é possível observar os grupos mais empregadores, considerando o sector de actividade (CAE) e a classe de funcionários.

Tabela – Caracterização das empresas mais empregadoras

Freguesia	CAE	Funcionários	% empresas
Antas	G	0 a 9	1,15
Calendário	G	0 a 9	1,27
	DB	0 a 9	1,02
	F	0 a 9	0,98
Ribeirão	DB	0 a 9	1,60
	G	0 a 9	1,47
	F	0 a 9	1,06
Oliveira S. Mateus	DB	0 a 9	1,27
Bairro	DB	0 a 9	0,94
Delães	DB	0 a 9	0,90
Oliveira S. Maria	DB	0 a 9	0,86

Ao analisar o território através das Unidades de Planeamento, destacam-se a UP1 – Cidade, a UP3 – Vale do Ave/Ribeirão e a UP4 – Vale do Ave/Riba de Ave, pois apresentam a maior percentagem de actividades económicas, cada uma delas com cerca de 20%, tal como se encontra apresentado na tabela seguinte.

Tabela – Número de actividades económicas existentes em cada Unidade de Planeamento

CAE	UP1	%UP1	UP 2	%UP2	UP3	%UP3	UP4	%UP4	UP5	%UP5	UP6	%UP6
CA	2	0,4	5	1,3	6	2,4	1	0,2	3	0,9		
CB					2	0,8			3	0,9	8	7,0
DA	61	12,2	26	6,6	34	13,8	27	4,8	27	8,1	5	4,3
DB	95	19	87	22,0	123	50,0	245	43,6	121	36,2	24	20,9
DC	1	0,2	1	0,3	2	0,8	1	0,2	1	0,3	1	0,9
DD	16	3,2	18	4,6	19	7,7	18	3,2	10	3,0	4	3,5
DE	14	2,8	1	0,3	9	3,7	7	1,2	5	1,5		
DF			1	0,3	1	0,4	2	0,4				
DG	1	0,2	1	0,3	5	2,0	8	1,4				
DH	4	0,8	3	0,8	8	3,3	4	0,7	3	0,9		
DI	15	3	11	2,8	10	4,1	8	1,4	4	1,2	4	3,5
DJ	30	6	37	9,4	51	20,7	38	6,8	15	4,5	11	9,6
DK	14	2,8	8	2,0	25	10,2	5	0,9	3	0,9	3	2,6
DL	8	1,6	2	0,5	1	0,4	3	0,5	1	0,3		
DM	1	0,2	1	0,3	2	0,8	2	0,4	2	0,6		
DN	21	4,2	43	10,9	46	18,7	25	4,4	13	3,9	7	6,1
E	2	0,4	2	0,5	2	0,8	5	0,9				
F	95	19	77	19,5	83	33,7	88	15,7	69	20,7	28	24,3
G	118	23,6	69	17,5	109	44,3	73	13,0	54	16,2	20	17,4
I	3	0,6	1	0,3	6	2,4	1	0,2				
K			1	0,3	2	0,8	2	0,4	1	0,3		
Total	501		395		546		563		335		115	
%Total	20,41		16,09		22,24		22,93		13,65		4,68	

A UP1 inclui as freguesias de Vila Nova de Famalicão, Antas e Calendário, com uma quantidade significativa de actividades económicas, já que esta é a área mais central do município, destacando-se o sector de comércio por grosso e retalho, reparação de veículos e bens de uso pessoal e doméstico. A UP3 contém as freguesias de Vilarinho das Cambas, Ribeirão, Lousado e a área sul de Calendário, que formam uma importante mancha empresarial, com destaque para os sectores da indústria têxtil (DB), da construção civil (F) e do comércio por grosso e retalho, reparação de veículos e bens de uso pessoal e doméstico (G). A UP4 abrange Carreira, Bairro, Delães, Oliveira São Mateus, Oliveira Santa Maria e Riba de Ave, e apesar de apresentar igualmente uma quantidade significativa de actividades económicas, estas apresentam-se relativamente dispersas pelo território, com especial destaque para o sector do têxtil. A área do concelho que se apresenta com menor quantidade de actividades económicas corresponde à UP6 – Vale do Pelhe/ São Cosme, esta é a mais pequena Unidade de Planeamento do concelho caracterizada por um relevo intensamente acidentado, o que dificulta a ocupação do território.

Relativamente à criação de postos de trabalho, ao analisar a tabela seguinte é possível concluir que é na UP3 que se encontram as empresas mais empregadoras, pois esta é sem dúvida a unidade de planeamento que possui o maior valor de funcionários ao dispor das empresas contabilizadas, considerando os valores médios estimados anteriormente.

Tabela – Percentagem de postos de trabalho existentes em cada UP, considerando os valores médios estimados

	%UP1	%UP2	%UP3	%UP4	%UP5	%UP6
0 a 9 funcionários	3,8	3,2	3,8	4,1	2,5	0,9
10 a 20 funcionários	2,1	1,3	2,8	2,8	1,4	0,5
21 a 50 funcionários	3,0	2,4	4,2	2,8	0,9	0,4
51 a 100 funcionários	2,4	1,2	3,3	2,6	2,6	0,5
101 a 499 funcionários	8,0	3,1	11,7	8,6	4,3	1,2
> 500 funcionários			2,5		3,7	1,2
% total	19,3	11,2	28,3	21,0	15,5	4,7

* Considerando: 0 a 9 funcionários = 4; 10 a 21 funcionários = 15; 21 a 50 funcionários = 35; 51 a 100 funcionários = 70; 101 a 499 funcionários = 250; mais de 500 funcionários = 500

2.2 Sucatas

A gestão sustentável dos recursos naturais; a protecção e valorização ambiental do território; a conservação da natureza, a protecção da biodiversidade e da paisagem; e a integração do ambiente nas políticas sectoriais e de desenvolvimento local e regional, constituem os quatro grandes eixos, que determinam a necessidade de desenvolver e implementar estratégias de gestão dos resíduos.

A crescente consciencialização para as questões ambientais, para a gestão de resíduos, o actual quadro jurídico e a acção fiscalizadora, têm conduzido a um aumento da procura de soluções para o tratamento adequado dos resíduos. Nota-se por isso actualmente, a existência de um sector nacional de tratamento de resíduos mais consolidado e dinâmico.

Os objectivos fundamentais de uma política integrada de gestão de resíduos traduzem-se, prioritariamente, na prevenção da sua quantidade e da sua perigosidade e na maximização das quantidades recuperadas para valorização, tendo em vista a minimização de resíduos enviados para eliminação. Estes objectivos são válidos para a generalidade dos resíduos, dado que a sua correcta gestão é uma condição necessária para o desenvolvimento sustentável.

Em termos de resíduos sólidos associados ao sector automóvel, os metais, nomeadamente o ferro, são dos materiais mais comuns nos depósitos de sucata, sendo a sua gestão e reciclagem um importante factor na maximização da reutilização deste material.

Os veículos que circulam actualmente serão uma fonte de inúmeros materiais recicláveis para o futuro. A reciclagem de automóveis consegue reaproveitar cerca de 80 por cento do total de materiais de cada veículo, restando cerca de 20 por cento e materiais que não podem ser reciclados. As indústrias de metais da América do Norte reciclam este tipo de produtos há mais de 150 anos, necessitando estas indústrias de “ferro-velho” para produzir novo ferro, e

assegurando assim que todos os produtos contenham no mínimo 25 por cento de material reciclado. Além disso, consegue ser financeiramente mais económico reciclar o ferro do que explorá-lo em minas virgens e posteriormente transformá-lo devidamente, existindo também grandes poupanças no consumo de energia.

A actividade e a renovação do parque automóvel, que no nosso país é da ordem de um milhão de veículos, origina anualmente uma massa considerável de resíduos: os veículos abatidos ao serviço (tendo a maior parte como destino as sucatas), os óleos usados, as baterias e os pneus. A maior parte dos automóveis em fim de vida são abandonados pelos seus proprietários, contando-se com uma estimativa de cerca de 150 mil veículos abandonados por ano. Estes veículos contêm substâncias tóxicas, explosivas, inflamáveis, corrosivas e cancerígenas, e são maioritariamente abandonados nas ruas ou terminam em sucatas anacrónicas, que apenas os compactam. Todos os automóveis quando chegam ao seu fim de vida têm de ser despoluídos, desmantelados e desfragmentados, devendo os seus componentes ser reutilizados, reciclados ou, numa pequena fracção, eventualmente incinerados.

Entre os principais impactes associados à existência das actuais sucatas, destacam-se:

Solo – Verificam-se emissões de bifenilos policlorados (PCB), gasolina, óleo mineral, tetracloroetano, tricloroetano, entre outros compostos;

Água – Potencialmente todos os compostos anteriormente referidos ou seus derivados poderão contaminar linhas de água adjacentes e lençóis freáticos;

Ar – Ocorre a emissão de substâncias de combustão;

Ruído – A maquinaria utilizada é, por vezes, emissora de ruído;

Paisagem – Devido à sua localização, geralmente inadequada, originam um forte impacte visual negativo.

Além de contribuírem para a degradação do ambiente, este tipo de resíduos representam uma perda financeira líquida para a sociedade, pois os habituais sucateiros na sua maioria não procedem à conveniente separação dos materiais – como os plásticos, as borrachas, os vidros, os têxteis, os óleos e os lubrificantes.

Os veículos em fim de vida são resíduos com características muito específicas por conterem uma enorme multiplicidade de componentes em elevada proporção, que podem e devem ser valorizados, e também pelo facto de alguns desses componentes passarem à condição de resíduos perigosos.

Com base no número de veículos abatidos anualmente, os materiais existentes e parcialmente recuperáveis, terão a seguinte ordem de grandeza: Ferrosos – 33 000 toneladas; Não Ferrosos – 1 900 toneladas; Plásticos – 2 900 toneladas; Pneus – 2 000 toneladas; Ligas Leves – 1 500 toneladas; e Diversos – 3 000 toneladas.

Quanto aos óleos, são colocados anualmente cerca de 100 mil toneladas de óleos lubrificantes novos no mercado, sendo apenas recolhidos em média 50% desses óleos. Nos óleos usados encontram-se cerca de 85% de bases lubrificantes inalteradas, tratando-se portanto de uma matéria-prima de boa qualidade para o fabrico de óleos regenerados, se técnica e economicamente possível – o que é feito na generalidade dos países industrializados, sobretudo por razões económicas e de combate à poluição.

As baterias são dos primeiros componentes a serem recuperados, sendo por vezes possível a sua venda no mercado das peças usadas. No que se refere aos pneus usados, estes constituem um volume considerável de resíduos que são colocados em locais impróprios e sem qualquer tipo de condições, gerando graves consequências ambientais, como aquando da sua queima a céu aberto ou em determinadas indústrias.

Os incentivos para a promoção da recuperação e reutilização de ferros e metais originam uma forte afluência à reciclagem de materiais, por isso, cerca de 90% das embalagens de metal para produtos alimentares são resultantes de reciclagem. Cerca de 65% dos equipamentos eléctricos e electrónicos (por exemplo: máquinas de lavar e frigoríficos), 65% dos componentes dos automóveis e 25% dos materiais utilizados em novas construções são provenientes de processos de reciclagem.

As empresas que desmembram os carros velhos em materiais para reciclagem devem obedecer a cuidados ambientais redobrados. Os veículos têm de estar sobre zonas impermeabilizadas, o desmantelamento tem de ser feito em área coberta, os fluidos retirados dos carros têm de ser adequadamente armazenados, as águas residuais contaminadas têm de ser tratadas. Os veículos em fim de vida são resíduos perigosos, até serem desmantelados por empresas devidamente licenciadas.

No entanto, o elevado investimento realizado, para o cumprimento das normas ambientais não é facilmente compensado pelo reaproveitamento das peças para revenda. Existem ainda componentes dos automóveis que possuem um valor negativo, pois dispõem-se bastantes recursos em extrai-los dos carros e enviá-los para reciclagem ou tratamento, sem que se receba qualquer receita/financiamento com esse processo. Por isso, milhares de veículos continuam a ser abatidos pelo caminho mais rápido e menos dispendioso, ou seja, são

transformados em blocos de sucata, em prensas simples, sem que se proceda a qualquer tipo de despoluição prévia. Além disso, também neste sector, as empresas que se encontram ilegais dificultam a continuidade das empresas legais e que cumprem as normas estabelecidas, sendo por isso necessário terminar com as empresas ilegais para que as outras possam sobreviver.

O mercado ilegal de fardos de sucata é um negócio próspero, estando claramente identificado um fluxo constante de fardos de sucata automóvel para uma siderurgia em Jerez de los Caballeros, na Estremadura espanhola.

A localização de depósitos de resíduos (desde aterros a sucatas) necessita de ter em consideração condicionantes importantes. Deve assegurar-se, por exemplo, que este tipo de locais se localizem em áreas geológicas adequadas e distantes de falhas, pântanos ou zonas húmidas, leitos de cheia ou zonas inundáveis e linhas de água, e a monitorização da qualidade das águas subterrâneas deve proceder-se regularmente.

2.2.1 Sucatas de equipamento eléctrico e electrónico, e de veículos em fim de vida

Existem diversos tipos de sucatas, que contêm diversos tipos de resíduos. O princípio básico para a gestão das sucatas é a separação dos componentes, pois existem diversos tipos de materiais – entre metais e plásticos.

A produção de resíduos eléctricos e electrónicos tem as mais variadas origens, tais como electrodomésticos e câmaras frigoríficas, computadores, impressoras, faxes, fotocopiadoras, aparelhos de comunicação e equipamento de monitorização e controlo. Estes resíduos possuem uma grande gama de poluentes que incluem um grande número de metais pesados, como chumbo e cádmio, por exemplo, nos plásticos estabilizados por metais pesados condensadores contendo PCB, bifenis polibrominados, etc. Este tipo de resíduos apresenta como problema principal, na sua reciclagem, a variedade de plásticos e a presença de sais de bromo, além disso, a separação de plásticos não se trata de uma prática fácil devido à presença de cerca de dois mil aditivos, muitos dos quais são conhecidos como potenciais patogénicos.

Os veículos em fim de vida apresentam um valor considerável em Portugal, valor esse, que tem tendência a aumentar. A indústria de processamento de sucatas metálicas, tal como as que mais predominam no concelho, divide-se em dois subsectores: o de fragmentação e o de compactação, os quais são considerados como actividades industriais. O processo de fragmentação do veículo pode ser feito através do corte em “fatias finas” ou através da trituração (que separa os materiais ferrosos dos não ferrosos), enquanto o processo de

compactação e enfardamento se refere à compactação da carcaça do veículo (depois retirados os estofos, pneus, tablier, bateria e plásticos).

Têm vindo a ser verificadas as operações de recuperação de peças para reutilização; reciclagem de baterias; e recuperação de metais, que é efectuada assumindo que 75% do peso de um veículo em fim de vida é recuperado, à semelhança do que se passa em outros países. Quanto ao sector de desmantelamento, este é considerado como um sector relativo a uma actividade comercial, que tem como principal objectivo a desmontagem de componentes de veículos em fim de vida, para comercialização como peças em segunda mão, ou para reciclagem. No caso dos sectores de recuperação de outros materiais do veículo em fim de vida (reciclagem e valorização energética), é possível a recuperação de óleos usados, a reciclagem de acumuladores (chumbo), e a recuperação de pneus, de plásticos e de vidros.

São identificadas três etapas relacionadas com os veículos em fim de vida:

Centro de recepção – locais licenciados onde os detentores dos automóveis entregam os veículos;

Desmantelador – local em que o carro é descontaminado, retirando-se-lhe as peças, pneus, vidros, fluidos e baterias, sendo muitos destes materiais resíduos perigosos que necessitam de tratamento adequado. Uma vez desmantelado é emitido um certificado de destruição do veículo;

Fragmentador – local que recebe a carcaça do automóvel já descontaminada e fragmenta-a em pequenos pedaços. A parte metálica é separada e vai para a Siderurgia Nacional ou para fundições de alumínio ou de outros metais, enquanto os plásticos, as espumas e os tecidos vão para reciclagem, aterro ou incineração.

Um veículo ligeiro em fim de vida possui 69% de metais ferrosos, 7% de metais não ferrosos, 22% de plásticos, borrachas e outros, e 2% de fluidos como os óleos e os combustíveis. A Imagem 1, apresenta opções de fim de vida dos materiais que compõem um veículo em fim de vida.

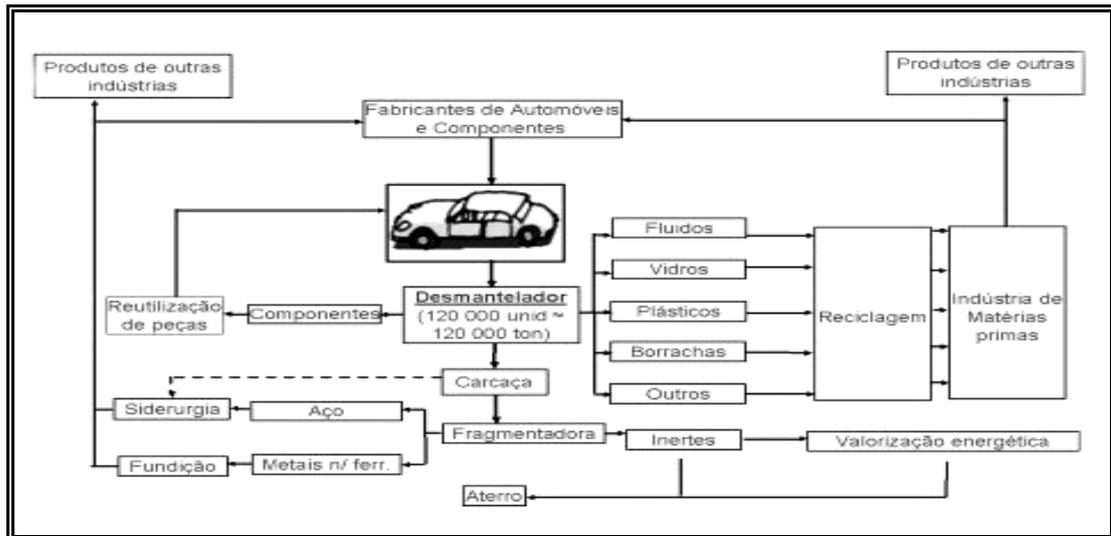


Imagem 1 – Opções de re-utilização dos componentes de um veículo em fim vida (Autorec, 2001)

2.2.2 Legislação Existente

O Dec. Lei nº 268/98, de 28 Agosto pretende disciplinar a localização dos parques de sucata e o licenciamento da instalação e ampliação de depósitos de ferro-velho e de veículos em fim de vida. A principal pretensão é a de contrariar a proliferação indiscriminada dos depósitos de sucata, com todas as consequências negativas que estes provocam na qualidade de vidas das populações.

Os depósitos de sucata são definidos como sendo locais ou unidades de armazenagem de resíduos de materiais ou equipamentos usados, incluindo ferro-velho e veículos em fim de vida. Os parques de sucata são áreas destinadas especificamente à instalação planeada, de iniciativa municipal, de um ou mais depósitos de sucata.

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's) devem prever a localização dos parques de sucata, tendo estes de se localizar, obrigatoriamente, em zonas que sejam exteriores aos perímetros urbanos delimitados naqueles instrumentos de planeamento territorial, ou em parques industriais, desde que sejam compatíveis com os seus regulamentos de constituição e complementem as actividades industriais neles instaladas.

A área de implantação dos parques de sucata deve incluir uma orla periférica com uma cortina arbórea ou arbustiva que impeça a sua visibilidade do exterior com, pelo menos, 3 metros de altura. Até a cortina arbórea ou arbustiva atingir esta altura mínima, deve ser colocada uma vedação amovível adequada. Os parques de sucata devem ainda dispor, no seu interior, de uma zona de protecção circundante com a largura de 5 metros contados desde a linha limite

da cortina arbórea, na qual é proibido o depósito de qualquer tipo de resíduos. Além disso, a sobreposição de materiais em área não coberta não pode atingir uma altura superior à da cortina envolvente.

Os depósitos de sucata só podem admitir equipamento com bifenilos policlorados (PCB), óleos usados, material com clorofluoro carbonetos (CFC) e baterias ou outros resíduos perigosos quando estes façam parte integrante e resultem do desmantelamento de sucata admitida.

De acordo com a Portaria 961/98, 10 Novembro, as operações de armazenagem, valorização e eliminação de qualquer tipo de resíduos estão sujeitas a autorização prévia do Ministro do Ambiente, sem prejuízo do licenciamento industrial a que algumas das actividades se têm de sujeitar.

O Dec. Lei nº 292-B/2000, 15 Novembro, estabelece requisitos específicos para a actividade de desmantelamento e/ou de fragmentação como: a existência de um sistema de registo (dos veículos recepcionados e as quantidades dos materiais desmontados e encaminhados; a existência de instalações com identificação clara de zonas de recepção, de descontaminação, e de armazenamento de resíduos e de peças ou sucatas; a existência de dispositivos que permitam retirar os vários componentes considerados como resíduos perigosos, como o óleo do motor e caixa de velocidades, óleo de travões, combustível líquido ou gasoso, gás de equipamento de ar condicionado e baterias; a existência de dispositivos que permitam desactivar os componentes pirotécnicos e os reservatórios de GPL; e a existência de um sistema de gestão de componentes removidos de veículos em fim de vida ou resultantes desse processo de remoção.

Nos depósitos de sucata devem existir áreas especialmente previstas para operações de desmonte da sucata e armazenagem temporária de resíduos perigosos, devendo tais zonas ser objecto de impermeabilização adequada e das demais condições necessárias para garantir a eficiente recolha e armazenagem temporária de efluentes ou outros produtos poluentes.

Toda a sucata recebida num depósito de sucata deve ser imediatamente submetida à respectiva descontaminação, designadamente por via da remoção e separação de todos os resíduos perigosos. Todos os resíduos originados por este processo, têm de ser entregues pelo titular do depósito de sucata às entidades autorizadas para a sua armazenagem, tratamento, valorização ou eliminação. A armazenagem deste tipo de resíduos é aceitável nos depósitos de sucata até estes atingirem quantidades mínimas que viabilizem o seu transporte,

devendo a sua armazenagem processar-se de forma a evitar a contaminação dos solos e a degradação da qualidade da água e do ar.

Os pedidos de licenciamento devem ser instruídos com os seguintes elementos:

- documento comprovativo da legitimidade do requerente;
- memória descritiva e justificativa que esclareça a pretensão, os métodos de prevenção e de redução da poluição, o tipo e quantidade de sucata a depositar, e a área prevista para o depósito;
- planta de localização à escala entre 1:25 000 e 1:50 000, com local de localização;
- planta à escala entre 1:1000 e 1:5000, com implantação e explicitação das construções previstas;
- fotografias que identifiquem as características e condições do terreno a ocupar.

Após cessada ou cancelada a licença, os titulares dos depósitos de sucata têm a obrigação de repor o terreno na situação anterior à instalação dos depósitos, sem o direito a qualquer indemnização ou restituição.

Os depósitos de sucata que não tenham sido legalizados deverão ser encerrados pelos seus titulares, devendo os mesmos proceder à reposição do terreno na situação anterior. Os depósitos de sucata que não sejam encerrados pelos respectivos titulares serão encerrados pela câmara municipal ou por outra entidade competente, procedendo à transferência da sucata para local adequado e à reposição do terreno na situação anterior, a expensas do titular.

De forma a permitir a regularização das situações de ilegalidade dos depósitos de sucata existentes, mas que não se encontrem localizados em parques de sucata municipais ou em parques industriais previstos em plano municipal de ordenamento do território, foram estabelecidos “Requisitos mínimos de funcionamento de depósitos de sucata”, que surgem discriminados no Despacho nº 24571/2002, 18 Novembro.

O referido despacho refere que caso não exista parque de sucata de iniciativa municipal ou parque industrial previsto em plano municipal de ordenamento eficaz, ou existindo, o mesmo não apresente no momento as condições que permitam a instalação de depósitos de sucata, permite-se que a câmara municipal emita uma certidão provisória de aprovação de localização, desde que esse pedido fosse feito até 3 Novembro 2003, prazo esse que já foi ultrapassado.

Os requisitos mínimos de funcionamento de depósitos de sucata compreendem:

- uma orla periférica com uma cortina arbórea ou arbustiva, que impeça a visibilidade do exterior, nas situações em que o armazenamento é efectuado em área não coberta. Caso não exista essa cortina arbórea ou arbustiva deverá existir uma vedação amovível adequada;
- a sobreposição de resíduos em área não coberta não pode atingir altura superior à da cortina envolvente;
- as operações de desmonte/remoção de componentes e compactação ou fragmentação deverão ser efectuadas em área devidamente impermeabilizada, devendo a mesma estar equipada com sistema de contenção de derrames e de recolha de águas pluviais provido de decantadores/separadores de gordura/óleo;
- contentores estanques para armazenagem separativa de baterias, electrólito de baterias e de filtros de motores, bem como de outros tipos de resíduos que careçam de condições especiais de acondicionamento;
- armazenamento adequado de pneus usados, incluindo a prevenção de incêndio e de empilhamento excessivo;
- dispositivos/equipamentos para desactivação de componentes pirotécnicos e para desmontagem de reservatório de gás de petróleo liquefeito (GPL), se necessário;
- dispositivos/equipamentos adequados de controlo e combate a incêndios;
- instalações sanitárias e de carácter social adequadas ao número de trabalhadores envolvidos;
- o funcionamento normal da instalação não deve provocar incomodidade em termos de ruído, nem conduzir a situações de contaminação de solos e ou águas superficiais ou subterrâneas;
- o registo do resíduos tem de encontrar-se em conformidade com o artigo 16º do Dec. Lei 239/97, 9 Setembro;
- a entrega dos resíduos deve proceder-se a empresas devidamente autorizadas/licenciadas, em conformidade com os disposto no Dec. Lei nº239/97, 9 Setembro;
- o transporte de resíduos deve cumprir a Portaria nº 335/97, 16 Maio;
- deve ser dado cumprimento à legislação em vigor, referente à gestão de pneus, óleos e acumuladores usados.

De acordo com a Directiva 2000/53/CE da União Europeia, de 18 Setembro, relativa aos veículos em fim de vida, a primeira prioridade é a prevenção da formação de resíduos provenientes de veículos e a reutilização, reciclagem e outras formas de valorização dos veículos em fim de vida e seus componentes, de forma a reduzir a quantidade de resíduos a eliminar e a melhorar o desempenho ambiental de todos os operadores económicos intervenientes durante o ciclo de vida dos resíduos e dos operadores directamente envolvidos no tratamento dos veículos em fim de vida. O Dec. Lei nº196/2003 de 23 Agosto, transpõem a referida directiva comunitária e estabelece um conjunto de normas de gestão que visa a criação de circuitos de recepção de veículos em fim de vida, o seu correcto transporte, armazenamento e tratamento, designadamente no que diz respeito à separação das substâncias perigosas neles contidas e ao posterior envio para reutilização ou reciclagem, desencorajando o recurso a formas de eliminação tais como a sua deposição em aterros.

A médio e longo prazo, e procurando cumprir a Directiva 2000/53/CE, o objectivo será de conseguir que os fabricantes produzam automóveis mais recicláveis, sendo de interesse referir que a diminuição dos locais disponíveis para aterros está a aumentar os custos dos desperdícios que seguem para esses locais.

Neste âmbito, têm surgido diversos tipos de abordagens que podem ser utilizadas no tratamento dos veículos em fim de vida, destacando-se:

- Reutilização de componentes – a reutilização é a maior prioridade sob o ponto de vista ambiental, reduzindo assim a quantidade de material desperdiçado, o consumo de energia e de matéria-prima. Este tipo de aproveitamento requer uma desmontagem não destrutiva seguida de uma inspecção, o que encarece o produto retirado, e que sejam considerados os seguintes passos: desmontagem, limpeza, inspecção e expedição, acondicionamento, armazenamento e remontagem.
- Reciclagem dos materiais – é o processo mais comum, em que apenas se preserva os materiais e não a forma das peças. Este processo permite uma desmontagem destrutiva (e mais barata), através da utilização de tecnologia de fragmentação.
- Valorização energética – apenas é aproveitado o potencial energético dos materiais, através da sua incineração.
- Linha de desmontagem automóvel – as linhas de desmontagem e os centros de reciclagem necessitam de assegurar o correcto destino a dar às peças e materiais retirados dos veículos em fim de vida.

2.2.3 Gestão de Resíduos

2.2.3.1 Gestão de Veículos em Fim de Vida

O Parlamento e o Conselho Europeu apresentam diversas preocupações ao nível da prevenção da produção de resíduos provenientes de veículos e a promoção da reutilização, da reciclagem e de outras formas de valorização de veículos em fim de vida. Surge assim, um diploma comunitário que é transposto para a legislação nacional, o Dec. Lei nº 196/2003, 23 Agosto, que estabelece a redução da quantidade de resíduos a eliminar e a melhoria do desempenho ambiental de todos os operadores intervenientes durante o ciclo de vida de veículos, sobretudo daqueles directamente envolvidos em operações de tratamento.

O referido decreto-lei, pretende estabelecer um conjunto de normas de gestão que visa a criação de circuitos de recepção de veículos em fim de vida, o seu correcto transporte, armazenamento e tratamento, designadamente no que respeita à separação das substâncias perigosas neles contidas e ao posterior envio para reutilização ou reciclagem, desencorajando o recurso a formas de eliminação tais como a sua deposição em aterros.

Os fabricantes ou importadores de veículos devem adoptar as medidas necessárias para que sejam garantidos os princípios de gestão que defendem a redução de resíduos a eliminar e a melhoria do desempenho ambiental dos operadores.

Assim, é necessário que até 1 de Janeiro de 2006 os operadores garantam uma reutilização e valorização dos veículos para um valor mínimo de 75% de peso e uma reutilização e reciclagem mínima e 70%. No entanto, até 1 de Janeiro de 2015, estes valores têm de ser respectivamente 95% e 85% do peso do veículo.

Os operadores de reparação e manutenção de veículos são responsáveis pelo adequado encaminhamento para tratamento dos componentes ou materiais que constituam resíduos e, que sejam resultantes de intervenções por si realizadas em veículos, designadamente em matéria de gestão de óleos, acumuladores e pneus usados.

Os proprietários/detentores de veículos em fim de vida são responsáveis pelo seu encaminhamento para um centro de recepção ou para um operador de desmantelamento, sendo estes responsáveis por desenvolver a sua actividade sem colocar em perigo a saúde pública e o ambiente. Por isso, os operadores são responsáveis por adoptar as medidas adequadas para privilegiar a reutilização efectiva dos componentes reutilizáveis, a valorização dos não passíveis de reutilização, com preferência pela reciclagem.

Os fabricantes ou importadores de veículos podem proceder à gestão de veículos em fim de vida através de um sistema integrado, que por sua vez deverá:

- diligenciar no sentido da progressiva constituição de uma rede de centros de recepção e de operadores de tratamento autorizados;
- assegurar que a recepção de veículos em fim de vida, seus componentes e materiais seja efectuada sem custos para o seu proprietário;
- preparar a monitorização do sistema integrado, relativamente ao fluxo de veículos em fim de vida e dos materiais resultantes do seu tratamento;
- e promover a investigação e o desenvolvimento de novos métodos e ferramentas de desmantelamento, de separação dos materiais resultantes da fragmentação e de soluções de reciclagem dos componentes dos materiais de veículos em fim de vida.

Quando se procede à reciclagem de veículos, os materiais que o constituem são separados, podendo estes, ser reciclados para produtos do mesmo valor (reciclagem primária) ou em produtos de qualidade inferior (reciclagem secundária). A reciclagem secundária é por vezes mais fácil de se proceder do que a reciclagem primária, resultando no entanto, numa depreciação dos materiais. É importante não esquecer que, embora a reciclagem seja uma forma de reduzir o consumo de recursos naturais e de geração de resíduos, é ela própria uma fonte de poluição e de consumo de recursos energéticos.

A necessária diminuição de desperdícios passa pelo processo de desmontagem dos automóveis. Devendo-se além disso, assegurar que o processo seja realizado em larga escala e que os materiais extraídos sejam identificados individualmente por matéria-prima e convenientemente separados. Os sistemas de reciclagem automóvel – Car Recycling Systems – possibilitam, sob a forma de uma linha de desmontagem, uma correcta desmontagem do automóvel. A existência de uma rede de fornecedores de veículos junto à linha de desmontagem garante o constante abastecimento desta linha e diminui os níveis de desperdícios provenientes dos sucateiros, podendo mais facilmente os materiais retirados ser encaminhados para a reutilização, reciclagem ou recuperação energética.

A desmontagem de sucatas de automóveis é realizada por etapas, através de um sistema contínuo de transporte e sequencial, existindo junto a essa mesma linha de desmontagem diversos contentores destinados a uma fácil separação e transporte dos materiais retirados. Esta linha de desmontagem encontra-se representada na Imagem 2, durante a qual são retirados os fluidos e desmontadas as peças, que serão retiradas, separadas por material e enviadas para futura reutilização ou reciclagem.

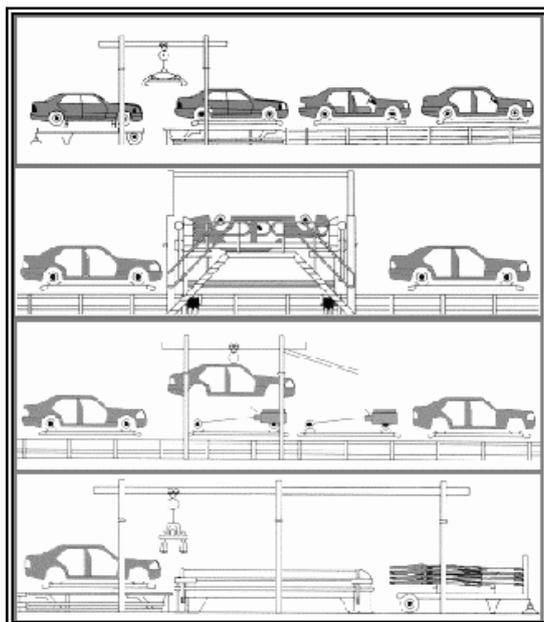


Imagem 2 – Sequência de desmontagem dos automóveis em fim de vida (Mesquita, 1999)

A imposição para a criação de um sistema de gestão para os veículos materializou-se com a atribuição, em Julho de 2004, de uma licença concedida à Valorcar, uma sociedade gestora de veículos em fim de vida, que vai assegurar uma rede de recolha e transporte, e que prevê a existência mínima de 29 centros de recepção ou operadores de desmantelamento. Assim, os produtores de automóveis vão agora começar a pagar a recolha e tratamento dos veículos em fim de vida, devendo este encargo ser repercutido nos preços dos veículos ao consumidor.

A Valorcar, empresa constituída por fabricantes e importadores de veículos, pretende gerir a recepção e o tratamento dos carros abatidos, de modo a garantir o cumprimento das metas de reciclagem. Até Abril de 2007, a empresa pretende montar uma rede com 29 centros de recepção e operadores de desmantelamento de automóveis, existindo até agora apenas oito empresas licenciadas ou em fase de licenciamento. A Valorcar não pretende compensar financeiramente os operadores desta rede, mas sim apoiá-los de outras formas, como a divulgação e publicitação da rede e o estabelecimento de acordos com grandes fontes de veículos em fim de vida, para garantir que os operadores tenham matéria-prima.

2.2.3.2 Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos

Constituem princípios fundamentais de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos a prevenção da produção destes resíduos bem como o recurso a sistemas de reutilização, de reciclagem e de outras de valorização destes resíduos, de forma a reduzir a quantidade e a nocividades de resíduos a eliminar.

Os produtores devem adoptar as medidas necessárias para que seja garantida a recolha selectiva numa proporção de, pelo menos, 2kg/habitante/ano, e que sejam garantidas percentagens mínimas de reutilização e reciclagem para cada categoria de resíduos definida.

Os municípios sendo responsáveis pela recolha dos resíduos urbanos, devem beneficiar das contrapartidas financeiras necessárias para assegurar a recolha selectiva dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos. Nas situações previstas na legislação em que essa responsabilidade é transferida para outrem, as contrapartidas financeiras são devidas a quem assegura a recolha selectiva destes resíduos, sendo os produtores responsáveis pela prestação destas contrapartidas financeiras, destinadas a suportar os custos com a recolha selectiva.

Os municípios, os distribuidores e os produtores são obrigados a recolher os resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos do consumidor final ou último detentor, sem quaisquer encargos para este.

Os produtores deverão submeter a gestão deste tipo de resíduos a uma entidade devidamente licenciada, gestora do sistema integrado, que deverá: organizar a rede de recolha e transporte dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, efectuando os necessários contratos com municípios, associações ou operadores; decidir sobre o destino a dar a cada lote de resíduos; estabelecer contratos com os produtores e outras entidades que exerçam a sua actividade no domínio da reutilização e da valorização destes resíduos.

2.2.4 Financiamento

As câmaras municipais que, justificadamente, não possam proceder por si à instalação de parques de sucata podem candidatar-se ao financiamento previsto no Dec. Lei nº 384/87, de 24 Dezembro, sem prejuízo de outras formas de apoio, nomeadamente no âmbito da União Europeia.

O financiamento das entidades gestoras de veículos em fim de vida, provem de uma prestação financeira a suportar pelos fabricantes ou importadores por cada veículo introduzido no mercado nacional.

2.2.5 Situação existente em Vila Nova de Famalicão

Uma política de gestão de resíduos correcta e bem planeada tem por objectivos contribuir para a conservação dos recursos naturais, assegurar um alto nível de protecção do ambiente e promover o desenvolvimento sustentável. O plano nacional de resíduos estabelece como hierarquia dos princípios de gestão de resíduos a prevenção – redução da produção, valorização e eliminação final.

Actualmente os resíduos gerados são, na sua maioria armazenados nas próprias instalações onde são produzidos, com consequências que daí advêm, (como a falta de espaço, a contaminação do solo, e os elevados riscos para a saúde, entre outros), muitas vezes descartados para o ambiente sem qualquer controlo e de forma anárquica.

A implementação de um parque de sucata municipal, tem como principal objectivo a criação de uma infraestrutura que sirva de alternativa de localização aos depósitos de sucata existentes no concelho que, para além de serem um foco de ameaça do ponto de vista ambiental e de saúde pública, são também uma agressão à paisagem em que se inserem. A criação de um parque de sucata poderá assim, constituir uma possível solução para a valorização e o transporte de resíduos provenientes da actividade das oficinas e indústrias de sucata do concelho.

Será igualmente importante encontrar uma solução adequada para a reciclagem dos resíduos através do seu encaminhamento para o local apropriado evitando assim, a sua dispersão anárquica actualmente verificada, com a consequente minimização do impacte ambiental que provocam.

Existem no concelho inúmeras sucatas encontrando-se estas dispersas pelos mais diversos tipos de locais, dentro ou próximo de perímetros urbanos ou de zonas industriais, ou inseridas em zonas florestais. As suas dimensões e as características dos seus resíduos são igualmente bastante variáveis, podendo estas variar entre os 64m² e os 28 025m², possuindo evidentemente cada uma delas um impacto diferente, mas sempre bastante intenso.

Existem diversas sucatas que se encontram, como se pode observar pelas seguintes imagens, em Espaços de Aglomerado Tipo 2, Tipo 3 e Tipo 4, em espaços de Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional e em Espaços não Urbanizáveis, sendo os mais comuns aqueles que se encontram em Espaço de Aglomerado do Tipo 3.



Imagem 3 – Fotografia aérea de sucata em Fradelos (Espaço de Aglomerado do Tipo 3)



Imagem 4 – Fotografia aérea de sucata em Outiz (Espaço de Reserva Agrícola Nacional)



Imagem 5 – Fotografia aérea de sucata em Jesufrei (Espaço Industrial)



Imagem 6 – Fotografia aérea de sucata em Vilarinho das Cambas (Espaço Não Urbanizável)



Imagem 7 – Fotografia aérea de sucata em Cristelo (Espaço de Reserva Ecológica Nacional)

Para além desta diversidade do tipo de espaço ocupado pelas sucatas, também se verifica alguma diversidade no tipo de materiais depositados em cada uma delas, para além da forma como esses materiais são dispostos/organizados. Ao observar e comparar as imagens 6 e 7, é possível afirmar que nada têm em comum quando no que se refere à organização interna do espaço e disposição dos materiais, dependendo este factor fortemente da sensibilidade de cada proprietário/sucateiro.

Igualmente de características bastante diversas são os materiais encontrados nas sucatas do concelho. Existem sucatas que apenas possuem veículos em fim de vida, outras possuem materiais ferrosos e electrodomésticos antigos, e outras possuem os mais diversos tipos de materiais e resíduos, como se pode verificar pelas seguintes imagens. A Imagem 8 é uma fotografia referente à sucata cujo ortofotomapa se encontra apresentado na Imagem 3.



Imagem 8 – Fotografia de sucata em Fradelos (Materiais Diversos)

Este é um exemplo de uma sucata que apesar de pequenas dimensões poderá ter um impacto negativo bastante significativo, uma vez que se encontra no centro de uma povoação. Para além do impacto visual é necessário também contemplar no impacto ambiental, uma vez que este tipo de resíduos podem provocar efeitos bastante nefastos ao meio ambiente, tal como já foi referido.



Imagem 9 – Fotografia de sucata em Fradelos (Veículos em fim-de-vida)



Imagem 10 – Fotografia de sucata em Calendário (Materiais Diversos)



Imagem 11 – Fotografia de sucata em Gavião (Materiais Diversos)

A sucata de maiores dimensões até agora encontrada apresenta, tal como já foi referido, cerca de 28 025m². Esta sucata encontra-se localizada no Espaço Industrial de Jesufrei, possuindo o mais variado tipo de resíduos dispostos de forma anárquica e sem que haja qualquer tipo de atenção no manuseamento dos resíduos aí colocados.

Uma breve caracterização das várias sucatas existentes no concelho de Vila Nova de Famalicão encontra-se apresentada na tabela seguinte.

Tabela 1 – Caracterização das sucatas existentes em VN Famalicão

Freguesia	Processo n.º	Requerente	Área (m ²)	Obs
Lugar de Sapugal, Fradelos			940	Espaço de Aglomerado tipo 3
Lugar de Sapugal, Fradelos			64	Espaço de Aglomerado tipo 3
Lugar do Marco, Fradelos			490	Espaço de Aglomerado tipo 3
Lugar de Pedras Ruivas, Fradelos			13288	Espaço Não Urbanizável
Lugar de Outeirinho, Cavalões			4858	Espaço de Expansão de Aglomerado tipo 3 e Espaço Não Urbanizável
Lugar de Anta, Cavalões		Francisco José – Comércio de Sucata	350	Espaço de Aglomerado tipo 3 (Apenas comercializa sucata neste local)
Lugar de Anta, Cavalões			547	Espaço de Aglomerado tipo 3
Lugar de Santa Catarina, Calendário			626	Espaço de Aglomerado tipo 4
Área Industrial de Vilarinho das Cambas			8949	Espaço Não Urbanizável
Área Industrial de Lousado, Ribeirão		Mário José de Sá Oliveira	9633	Espaço Não Urbanizável
Lugar de Presas, Esmeriz	1776/01	Joaquim Silva Carvalho	10216	Espaço de Expansão de Aglomerado tipo 3 e Espaço Não Urbanizável
Lugar de Lomba, Avidos	4294/98	José Araújo e Castro Maria Laura Ferreira Silva Carvalho	3387	Espaço Não Urbanizável
Lugar de Barranhas, Vilarinho das Cambas	2278/98	Domingos Fontes Carneiro	3596	Espaço Não Urbanizável
Lugar do Outeiro, Calendário		Carmino Machado Neves	1609	Espaço de Expansão de Aglomerado tipo 3
Lugar de Pena Boa, Outiz	5809/98	Manuel Moreira de Sá	2190	Reserva Agrícola Nacional
Lugar do Barreiro, Gavião			340	Espaço Industrial
Lugar de Ribeira, Gavião			232	Espaço de Aglomerado tipo 3
Lugar de Campos, Gavião		Aurélio Araújo Azevedo	5242	Espaço de Aglomerado tipo 3
Lugar de Real, Gavião	12628/97	José Gomes Ferreira da Silva	938	Espaço de Aglomerado tipo 2
Lugar da Pousada, Cruz		José Campos Carvalho	630	Espaço de Aglomerado tipo 4 e Reserva Agrícola Nacional
Lugar de Pousada, Cruz		José Campos Carvalho	12666	Espaço Não Urbanizável
Lugar da Pousada, Cruz			751	Espaço Não Urbanizável
Espaço Industrial, Jesufrei	12290/97 5419/96	Armindo Pinheiro Faria Maria Joaquina Araújo Barbosa	28025	Espaço Industrial
Lugar da Portela, Cristelo		Fernanda da Silva Fernandes Costa	1806	Reserva Ecológica Nacional
Lugar do Mato da Senra, Joane	1595/92, 743/93, 4755/96 e 12042/97	António Ferreira Oliveira	2113	Espaço de Aglomerado tipo 2
Lugar do Outeiro, Ruivães		Alexandre Fernandes Lopes	1318	Espaço de Aglomerado tipo 3
Lugar de Casais, Riba de Ave		Abreu e Abreu, Lda	11170	Espaço Não Urbanizável e Espaço de Equipamentos
Lugar de Caparim, Bairro			5722	Espaço de Aglomerado tipo 4 e Reserva Agrícola Nacional
Lugar de Cruz, Carreira		Auto Peças – Carlos	1352	Reserva Agrícola Nacional
Lugar de Regalo, Bairro		Auto Peças – A. P. Sousa	1310	Espaço de Aglomerado tipo 3
Lugar de Pereiras, Bairro		Armando da Silva Fernandes Faria	820	Espaço de aglomerado tipo 3
Lugar de Lagoços, Bairro			5623	Espaço de Aglomerado tipo 2

A maioria das sucatas encontra-se nas margens limítrofes dos perímetros urbanos do município, quer seja dentro ou fora desse perímetro urbano. No entanto, existe também alguma relação de proximidade das sucatas com as zonas industriais existentes, como é o exemplo da sucata de Jesufrei (ver Imagem 5), o que pode beneficiar significativamente a gestão deste tipo de actividade e de locais. Pois tal como é referido na legislação em vigor, é dada a preferência da localização de sucatas inseridas em áreas industriais, quando estas complementam actividades aí instaladas.

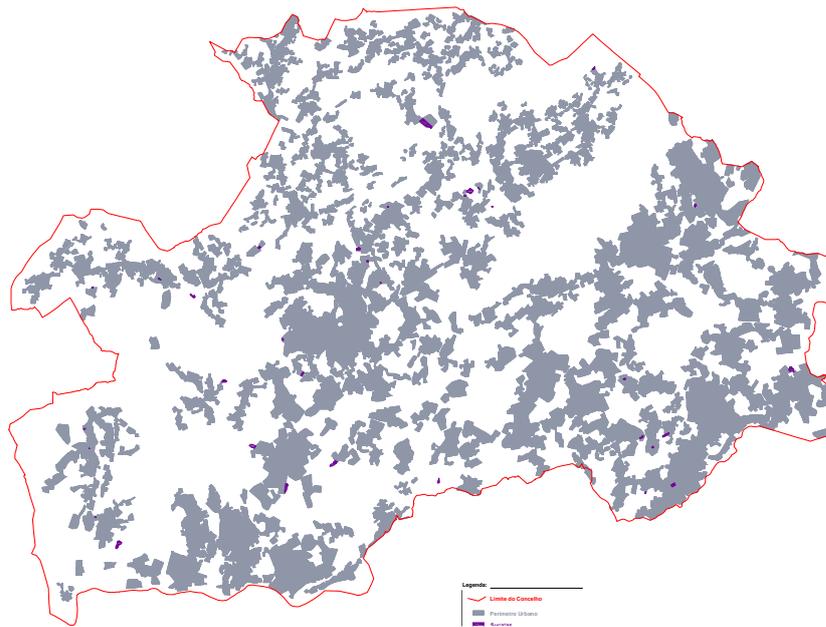


Imagem 12 – Localização das sucatas face aos perímetros urbanos do concelho

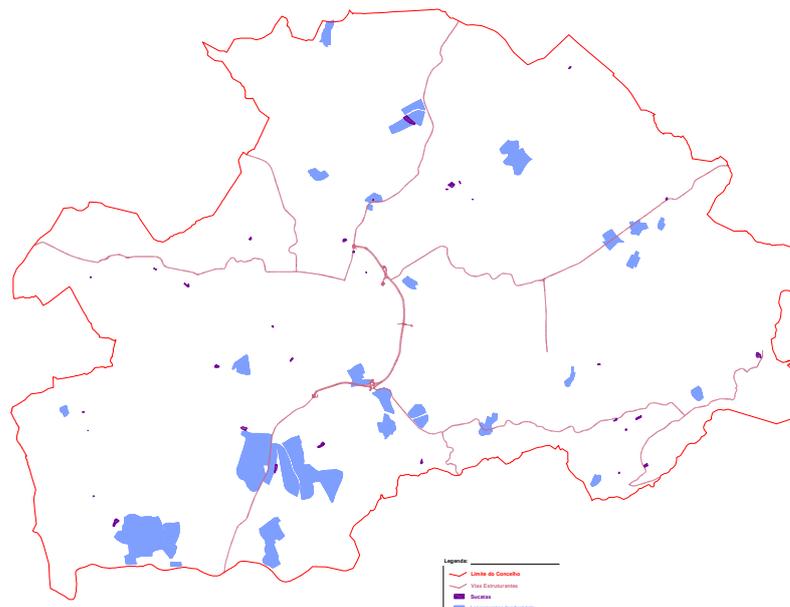


Imagem 13 – Localização das sucatas face às zonas industriais existentes

2.2.6 Hipóteses de resolução do problema

Os parques de sucata necessitam de ser licenciados, pois só assim poderá haver algum controlo sobre os mesmos, para isso, é necessário ter em consideração a recente legislação sobre licenciamento industrial, assim como a legislação específica sobre parques de sucata.

As operações de gestão de resíduos que consistem na recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos, devem ser realizadas por entidades devidamente habilitadas para o efeito e em instalações nas quais sejam asseguradas as condições adequadas para a armazenagem ou tratamento dos materiais em questão.

- eliminação da actividade de sucateiro, com limpeza da sucata existente por empresas competentes e criação de contratos com essas mesmas empresas para gerirem a reutilização reciclagem e tratamento dos resíduos
- licenciamento das sucatas que cumpram as normas mínimas
- criação de um sistema intermunicipal de tratamento de resíduos (sucatas)

Para a criação de um Parque de Sucata existem diversos aspectos a considerar, nomeadamente quanto à escolha da sua localização. A selecção de uma zona para implementação de um parque de sucata deverá ter em consideração um conjunto de factores intrínsecos e extrínsecos ao próprio local, de forma a estabelecer as sinergias necessárias para compatibilizar interesses autárquicos e ambientais, para além dos interesses dos industriais de oficinas e de sucatas.

De acordo com o Dec. Lei nº 268/98, os parques de sucata deverão localiza-se em zonas que sejam exteriores aos perímetros urbanos delimitados por instrumentos de planeamento territorial. Assim, procura-se nas Zonas Industriais do concelho, um espaço adequado e com a dimensão mínima para albergar a quantidades de sucata esperada, tendo em conta a área disponível e a sua acessibilidade.

Sob o ponto de vista ambiental, privilegiam-se as zonas degradadas a necessitar de rápida intervenção na recuperação paisagística, devido a impactes ambientais negativos induzidos no meio. Sendo assim utilizada esta oportunidade para integrar e recuperar uma zona degradada, atenuando os impactes negativos que se registem presentemente.

Existem diversos tipos de resíduos que podem ser reaproveitados para fins diferentes àquele para os quais os produtos foram criados, um exemplo disso é a utilização de pneus velhos que são úteis para fixar as coberturas dos silos. No entanto, após estes materiais deixarem de ser úteis para os agricultores, estes devem ser encaminhados para um revendedor ou

recolhedor de pneus, para um sistema de resíduos urbanos ou para um ponto de recolha da Valorpneu (entidade responsável pela gestão de pneus usados a nível nacional).

Os óleos usados contêm substâncias perigosas, não devendo por isso ser derramados no solo, em linhas de água ou fossas de efluentes, nem utilizados como combustíveis em queimas. O destino dos óleos usados em pequenas quantidades deverá ser o ecocentro com oleão ou as oficinas mecânicas, e para quantidades superiores a recolha deverá proceder-se por operadores licenciados. A armazenagem de óleos usados em quantidade superior a 200 litros necessita de autorização legal.

As embalagens de produtos fitofarmacêuticos apresentam após a sua utilização constituintes perigosos, não devendo por isso ser abandonadas, queimadas ou enterradas, nem devem seguir o mesmo destino dos outros resíduos. As embalagens vazias ou fora de prazo dos medicamentos para uso veterinário devem ser encaminhadas pelo médico veterinário para as farmácias.

Muitos dos plásticos utilizados nas explorações agrícolas são recicláveis, devendo as pequenas quantidades ser encaminhadas para o ecoponto mais próximo da exploração e as grandes quantidades entregues a armazenistas ou recicladores de plásticos ou ao sistema de resíduos urbano local. Relativamente aos plásticos não recicláveis, as pequenas quantidades devem ser colocadas em contentores de recolha de resíduos domésticos e urbanos, e as grandes quantidades entregues ao sistema de resíduos urbanos local.

Os objectivos de gestão traçados em decreto-lei prevêm que, até Janeiro de 2006, os operadores do sector de gestão de veículos em fim de vida, se preparem para assegurar a valorização de 75 por cento e a reciclagem de 70 por cento dos veículos produzidos antes de 1980, reduzindo assim a deposição dos automóveis velhos em aterros ou sucatas. Para os veículos fabricados depois de 1980 são estabelecidas como metas dos operadores do mercado a valorização de um mínimo de 85 por cento dos veículos em fim de vida e da reciclagem de um mínimo de 80 por cento desses veículos. Os operadores devem ainda assegurar até Janeiro de 2015 a valorização de 98 por cento e a reciclagem de 85 por cento de todos os veículos em fim de vida. No entanto estes objectivos poderão ser revistos, sempre que necessário, com base em razões de ordem tecnológica ou de método, ou ainda alterações introduzidas por directivas comunitárias.

A responsabilidade da gestão dos resíduos é do domínio de todos os intervenientes no ciclo de vida dos veículos, sendo co-responsáveis os fabricantes, que têm de reduzir a utilização de substâncias perigosas e aumentar o uso de materiais reciclados, enquanto as oficinas de

reparação farão o encaminhamento de componentes para operadores de tratamento. Também os proprietários ou detentores de veículos em fim de vida passaram a ser responsáveis pelo envio dos automóveis para um centro de entrega ou um operador de desmantelamento, sendo essencial informar e sobretudo sensibilizar as populações para a importância dos seus comportamentos. A entrega dos veículos no centro é efectuada sem custos para o último detentor ou proprietário (a não ser que o automóvel não possua motor ou carroçaria, ou lhe tiverem sido acrescentados resíduos), podendo ser este um importante aspecto para potenciar a entrega de veículos às entidades competentes e devidamente autorizadas. Assim, para além de sensibilizar as populações para estas questões, apenas é necessário criar estas entidades competentes para a correcta gestão de resíduos.

É importante defender a redução da quantidade de resíduos a eliminar provenientes de veículos e de veículos em fim de vida, assim como melhorar de forma contínua o desempenho ambiental de todos os operadores intervenientes no ciclo de vida dos veículos e dos operadores directamente envolvidos no tratamento dos veículos em fim de vida. É igualmente importante, procurar aumentar o número de operadores legalizados e, estimular a criação de circuitos de recolha e encaminhamento específicos para os resíduos da manutenção dos veículos, gerados em oficinas, garagens, etc. Note-se que um parque de sucata pode ter muito mais coisas para além de veículos em fim de vida que actualmente são considerados como resíduos perigosos.

2.3 Agro-pecuárias

A gestão de resíduos agrícolas baseia-se numa estratégia com objectivos e metas definidas no Plano Estratégico dos Resíduos Agrícolas, cuja versão preliminar foi apresentada em Junho de 1999. Este plano destina-se a estabelecer as estratégias e as metas que irão presidir à gestão dos resíduos agrícolas.

São considerados resíduos agrícolas os provenientes de actividades agrícolas, florestais, agro-industriais e pecuárias, sem utilização posterior na própria exploração. Cada agente produtor é responsável por uma correcta gestão dos resíduos, sendo da sua responsabilidade o destino final dos resíduos produzidos, tal como está definido no decreto-lei nº 239/97, 9 Setembro.

As operações de gestão de resíduos agrícolas, nas suas linhas programáticas, resumem-se a: produção e recolha; armazenagem; transporte; valorização; e tratamento e destino final. No que se refere aos tipos de resíduos provenientes da actividade agrícola, estes abrangem uma variedade alargada de categorias que incluem: restos de produções não retiradas (fruta,

hortícolas, etc.); resíduos vegetais provenientes da actividade agrícola e florestal; resíduos de produtos animais; dejectos de animais (estercos, resíduos de suiniculturas, etc.); cadáveres de animais e restos orgânicos; resíduos plásticos e de embalagens (de pesticidas e produtos agrícolas, embalagens de madeira para acondicionamento de produtos, etc.); e resíduos provenientes da maquinaria agrícola, entre outros resíduos.

Os resíduos agrícolas e florestais são constituídos por cerca de 4 milhões de toneladas de resíduos lenhosos (silvicultura, indústria de madeira), nos quais uma parte é reutilizada (aglomerado, combustível) e mais de 1,5 milhões de toneladas de resíduos agrícolas (incluindo pecuárias).

Na definição de uma estratégia de gestão, as questões consideradas fundamentais enquadram-se na estratégia geral dos resíduos: a prevenção da produção de resíduos; as formas de gestão interna para agentes produtores; a valorização da componente reaproveitável; e o tratamento e destino final. Também aqui é possível investir na prevenção da produção de resíduos, sobretudo ao nível da concepção dos produtos, utilizando apenas os materiais necessários a garantir o uso a que o produto se destina.

Os principais agentes produtores de resíduos são as indústrias agro-alimentares, de catering, e de rações, as explorações agrícolas de aviários, suiniculturas e estufas e a exploração florestal. A triagem e o condicionamento dos resíduos deverão ter lugar junto ao local de produção, facilitando e permitindo deste modo o destino adequado dos resíduos produzidos consoante as suas características.

A formação, responsabilização e colaboração dos agentes envolvidos deverá ser uma das principais preocupações.

Existem diversos tipos de resíduos que podem ser reaproveitados para fins diferentes àquele para os quais os produtos foram criados, um exemplo disso é a utilização de pneus velhos que são úteis para fixar as coberturas dos silos. No entanto, após estes materiais deixarem de ser úteis para os agricultores, estes devem ser encaminhados para um revendedor ou recolhedor de pneus, para um sistema de resíduos urbanos ou para um ponto de recolha da Valorpneu (entidade responsável pela gestão de pneus usados a nível nacional).

Os óleos usados contêm substâncias perigosas, não devendo por isso ser derramados no solo, em linhas de água ou fossas de efluentes, nem utilizados como combustíveis em queimas. O destino dos óleos usados em pequenas quantidades deverá ser o ecocentro com oleão ou as oficinas mecânicas, e para quantidades superiores a recolha deverá proceder-se

por operadores licenciados. A armazenagem de óleos usados em quantidade superior a 200 litros necessita de autorização legal.

As embalagens de produtos fitofarmacêuticos apresentam após a sua utilização constituintes perigosos, não devendo por isso ser abandonadas, queimadas ou enterradas, nem devem seguir o mesmo destino dos outros resíduos. As embalagens vazias ou fora de prazo dos medicamentos para uso veterinário devem ser encaminhadas pelo médico veterinário para as farmácias.

Muitos dos plásticos utilizados nas explorações agrícolas são recicláveis, devendo as pequenas quantidades ser encaminhadas para o ecoponto mais próximo da exploração e as grandes quantidades entregues a armazenistas ou recicladores de plásticos ou ao sistema de resíduos urbano local. Relativamente aos plásticos não recicláveis, as pequenas quantidades devem ser colocadas em contentores de recolha de resíduos domésticos e urbanos, e as grandes quantidades entregues ao sistema de resíduos urbanos local.

2.3.1 Legislação existente

O despacho nº 25297/2002 estabelece medidas destinadas a desencorajar e promover a eliminação de práticas de deposição e descarga de toda a espécie e de espécie de resíduos no espaço rural.

É proibido no espaço rural o abandono ou deposição sobre o solo, subsolo ou cursos de água, de quaisquer resíduos não biodegradáveis, estranhos aos processos produtivos e aos sistemas naturais das zonas rurais e resultantes das actividades agrícolas, florestais, agro-industriais e pecuárias.

É obrigatório os infractores procederem à remoção dos resíduos e à sua deposição em local indicado.

As Direcções Regionais de Agricultura devem advertir os infractores, e se a situação não for corrigida ou se a prática for reincidente, serão informadas as entidades fiscalizadoras com vista à aplicação de sanções, sanções estas que podem ser a privação de direito a subsídios ou benefícios no âmbito da Política Agrícola Comum.

2.3.2 Financiamento

Os agricultores podem beneficiar de Medidas Agro-Ambientais e de Indemnizações Compensatórias, realizando em troca um compromisso assumido para o cumprimento de determinadas boas práticas agrícolas, designadamente a recolha e concentração de plásticos,

óleos e pneus. O não cumprimento implicará a redução do montante de ajuda, podendo esta ser retirada na sua totalidade em caso de reincidência.

2.3.3 Situação existente em Vila Nova de Famalicão

O concelho de Vila Nova de Famalicão apresenta uma grande quantidade de instalações agropecuárias, sobretudo vacarias, que se encontram direccionadas para a produção de leite. Estas actividades apresentam-se no território de forma diversa, pois existem freguesias bastante “ruralizadas” onde a existência de vacarias é uma evidência, enquanto outras não apresentam já qualquer tipo de vestígios deste tipo de actividade.

Em freguesias como Fradelos, Gondifelos, Vilarinho das Cambas, Arnoso S^{ta}. Eulália, Arnoso S^{ta}. Maria e Cruz a existência de vacarias é inequívoca, quer seja pela quantidade de instalações deste tipo encontradas quer seja pela sua dimensão. Apresentando geralmente dimensões bastante significativas, as agropecuárias representam um importante motor económico para as populações destas localidades, pois apesar de se poder verificar alguma diminuição na quantidade de vacarias existentes, aumentou sem dúvida a sua dimensão média, devido à necessidade de as tornar mais competitivas e economicamente exequíveis.

Este tipo de actividade tem um enorme impacto ambiental e paisagístico, para além de promover a utilização dos solos agrícolas com as sementeiras de milho e pastos (utilizados posteriormente como alimento nas instalações agropecuárias).



Imagem 1 – Fotografia aérea do lugar de Povoação em Fradelos, com identificação das instalações agro-pecuárias existentes (vacarias)

As actividades agropecuárias possuem fortes impactos sobre as populações das localidades onde se inserem. Encontram-se facilmente habitações construídas recentemente e, que se encontram nas imediações bastante próximas das vacarias que exercem um efeito agressivo sobre os moradores, não podendo estes simplesmente obrigar ao encerramento da referida instalação, pois esta já lá se encontra muito anteriormente à construção das referidas habitações. Um exemplo claro é demonstrado pela imagem seguinte, que apresenta um edifício multifamiliar muito próximo das duas vacarias de grandes dimensões. Situações destas são bastante vulgares sendo por isso de enorme importância, considerar a existência de instalações agropecuárias no ordenamento do território municipal.



Imagem 2 – Fotografia aérea de Fradelos, com identificação de instalações agro-pecuárias (vacarias) e de habitação multifamiliar

A localização no território das instalações agropecuárias possui uma forte ligação com a localização das áreas residenciais e com os núcleos urbanos, pois tal como se pode verificar pela imagem seguinte, grande parte das vacarias encontram-se localizadas dentro do perímetro urbano do concelho. E tal como já foi referido, este é um importante aspecto a considerar na elaboração de propostas de intervenção e de ordenamento do território.

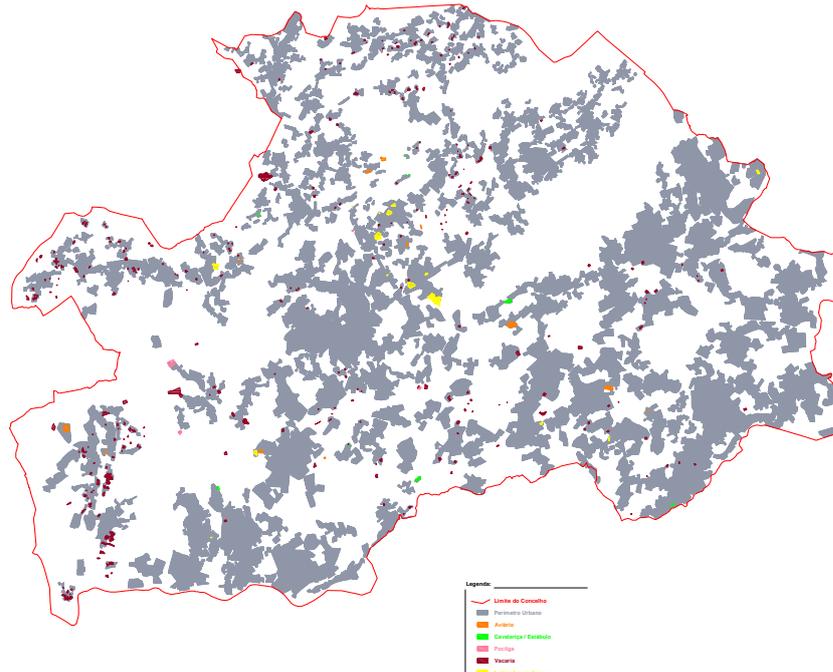


Imagem 3 – Localização das instalações agropecuárias e das indústrias de transformação de carnes face ao perímetro urbano do concelho

Existem ainda, as indústrias de transformação de carnes, que apesar de se encontrarem em menor quantidade possuem um peso significativo na região, quer do ponto de vista socio-económico quer do ponto de vista ambiental, localizando-se sobretudo nas freguesias de Muoquim, Gavião e Requião.



Imagem 4 – Fotografia aérea de indústria de transformação de carnes com matadouro em Gavião

A localização destes tipos de actividades é visível na imagem seguinte.

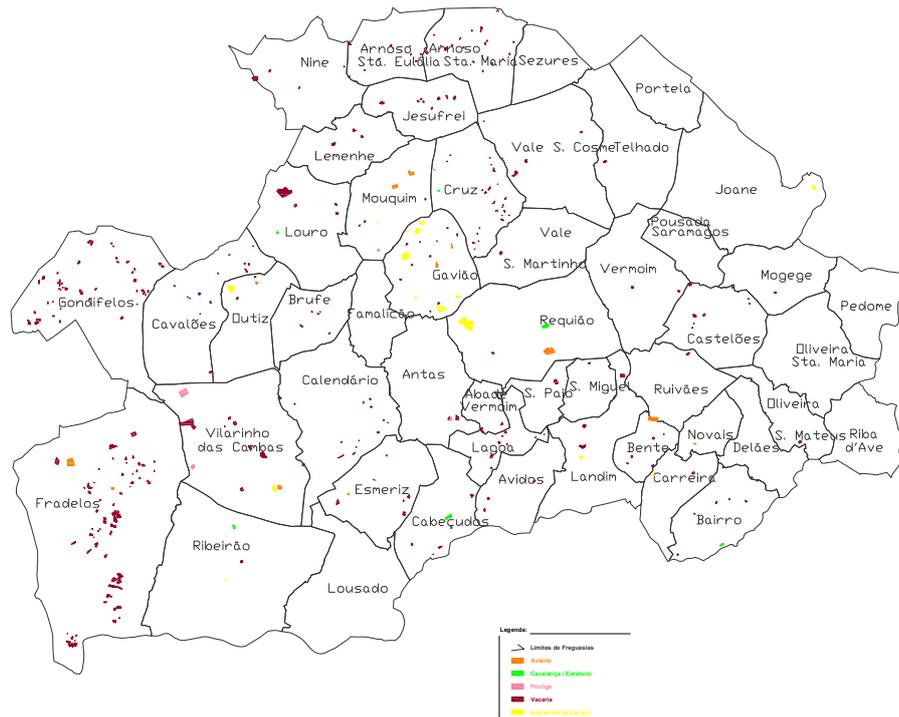


Imagem 5 – Localização no território de instalações agropecuárias e de indústrias de transformação de carnes

Tal como já foi referido, do ponto de vista ambiental as vacarias provocam um forte efeito negativo sobre o território, encontrando-se instaladas anarquicamente sem que tenha havido uma prévia ponderação sobre a sua ideal localização. O seu impacto sobre os recursos hídricos é de considerar, pois ao analisar a localização das agropecuárias pelo território municipal é possível concluir que uma grande parte deste tipo de instalações se encontra ao longo de linhas de água, exercendo sobre elas uma enorme pressão. Esta localização preferencial junto às linhas de água deveu-se a questões de otimização de distâncias, pois desta forma diminuía-se a distância entre este tipo de instalações agropecuárias e os campos agrícolas, nos quais eram cultivados os alimentos para os animais. Além disso, também facilitaria o acesso a água para fornecer aos animais e à própria instalação.

É urgente criar estratégias de gestão dos resíduos orgânicos resultantes das vacarias e sensibilizar criadores/produtores de forma a minorar os impactos sobre o meio ambiente.

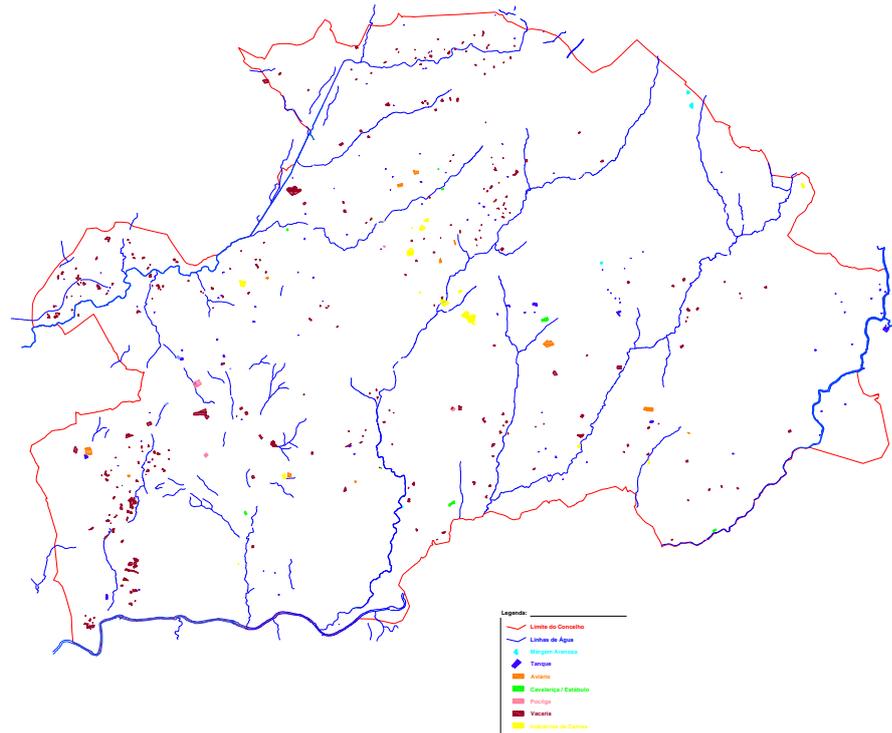


Imagem 6 – Localização no território das instalações agropecuárias e dos recursos hídricos

Para além da localização das indústrias agropecuárias é necessário elaborar uma análise detalhada da dimensão deste tipo de actividade, para se poder obter uma melhor percepção dos seus impactos económicos e ambientais sobre o território e sobre as populações. Assim, numa próxima fase será analisada a dimensão das vacarias existentes, tendo em consideração o número de animais existentes em cada uma delas e a sua produção de leite.

3. APTIDÃO AGRÍCOLA

Proposta de Aferição Técnica da RAN de Vila Nova de Famalicão

A presente memória descritiva e justificativa, acompanhada pelas plantas anexas, visa esclarecer, nesta 1ª fase, as propostas de redelimitação técnica da RAN do concelho de Famalicão.

A metodologia utilizada na **redelimitação técnica desta reserva** teve por base o cruzamento da actual carta da RAN (incluída na Planta de Ordenamento que vigora desde a entrada em vigor do PDM de 1994 pela Resolução de Conselho Ministros n.º 82/94) com a carta de aptidão da terra (que já integra, nos dígitos, as unidades de terra relativas à carta de uso do solo), fornecida pela DRAEDM.

Deste modo, quando fora do perímetro urbano conformado no PDM actualmente em vigor, foram incluídas em RAN as classes de Aptidão Elevada (A1 equivalente à classe A do Decreto-Lei nº196/89, de 14 de Junho) e Mediana (A2 equivalente à classe B) para a agricultura. Por outro lado, quando a aptidão é marginal (A0, equivalente à classe D), ou nula (NC, equivalente à classe E) e os terrenos não se encontram agricultados, propõe-se que sejam retirados da RAN.

As áreas isoladas de RAN de reduzida dimensão (inferior à u.m.c.) foram também propostas para retirar, bem como as áreas correspondentes a infra-estruturas já realizadas.

De salientar que todas estas propostas, sempre que essa informação estava disponível, foram aferidas a limites físicos (caminhos, linhas de água, cadastro, limites de sequeiro, ...).

Relativamente às **áreas do perímetro urbano do PDM em vigor a Incluir na RAN**, tratam-se de terrenos que por ausência de infra-estruturas, por questões orográficas ou por possuírem ocupações não compatíveis com os usos residenciais, não devem estar afectos a espaço urbano. Correspondem na maioria dos casos a pequenos acertos da profundidade das frentes urbanas, a limites físicos, nomeadamente a linhas de água ou a cadastros, bem como a terrenos que face a alterações na rede viária viram condicionado o seu potencial urbano e, obviamente, possuíam aptidão agrícola (classe A1 ou A2).

Áreas Globais das Propostas Técnicas

<i>Planta A</i>	ha
RAN em vigor	1847,5
RAN proposta na aferição técnica	1691,6
Diferencial	- 155,9
<i>Planta B</i>	ha
RAN em vigor	1536,7
RAN proposta na aferição técnica	1545,5
Diferencial	+ 8,8
<i>Planta C</i>	ha
RAN em vigor	1549,5
RAN proposta na aferição técnica	
Diferencial	
<i>Planta D</i>	ha
RAN em vigor	1304,5
RAN proposta na aferição técnica	
Diferencial	
TOTAL	ha
RAN em vigor	6238,2 (≈ 31% da área do concelho)
RAN proposta na aferição técnica	
Diferencial	

TURISMO

Índice

1. Introdução	3
2. Identidade Cultural	4
2.1. Artesanato e Gastronomia	5
2.2. Festas Populares/ Carnaval	6
2.3. Famafest/ Encontros de Outono	7
3. Potencial Turístico do Município	7
4. Importância do Sector	10
5. Gabinete de Turismo/ Posto de Turismo Municipal-Competências	15
6. Infra-estruturas e Equipamentos (atração e animação) – Capacidade de Oferta	17
7. Marketing.....	18
8. Consciência Turística.....	19
9. Acessibilidades e Transporte	21
10. Diagnóstico Estratégico – análise SWAT	22
11. Possíveis atrações turísticas para Vila Nova de Famalicão.....	25
11.1. Golfe.....	25
11.2. Pavilhão Multiusos.....	26
12. Considerações Finais	27

1. Introdução: Enquadramento do concelho na actividade turística

O turismo não é um fenómeno novo. Fenómeno de massas, o turismo actualmente, espelha uma sociedade que, às motivações mais perspicazes conseguiu acrescentar as capacidades económicas e de as tornar realidade, passando desta forma, de um usufruto dos espaços exteriores através de qualquer pessoa, a um desfrute *in loco*, gerador por si só de grandes fluxos humanos e financeiros.

É difícil descobrir uma definição para turismo, sendo que a mais aproximada ao caso de Vila Nova de Famalicão está enquadrada na afirmação: *“O turismo agrupa o conjunto de actividades de produção e de consumo motivadas pelas deslocações de pelo menos uma noite fora do domicílio habitual, e sendo o motivo da viagem tanto o agrado, os negócios, a saúde ou a participação numa reunião profissional, desportiva ou religiosa”*.

Assim sendo, os tipos de turismo com maior preponderância no concelho de Vila Nova de Famalicão são o Turismo de Eventos, Turismo Cultural e o Turismo em Espaço Rural.

Actualmente, uma das grandes preocupações do município é a preservação da identidade do concelho, e a conseqüente defesa do património natural e histórico-cultural.

Antes de se definir uma estratégia para o desenvolvimento do turismo no concelho temos de assimilar a noção que *“o produto turístico é produzido e consumido no local receptor e o consumidor é quem se desloca para a área de consumo”*.

Deste modo, deve ter-se em conta determinados aspectos para a elaboração de um plano de desenvolvimento turístico, entre os quais:

- Reflectir sobre aquilo que pode chamar a atenção do turista sobre o local que queremos ver promovido;
- Devemos ter bem vincado alguns aspectos do lugar a ser visitado para que o diferenciem do que se encontra na vida quotidiana, isto é, o turista vai procurar locais diferentes das cidades em que vive;
- O município deve, cada vez mais, aparecer como um lugar inovador, excitante, criativo e seguro onde o turista possa viver, divertir-se e consumir.

O Turismo é o sector onde mais se faz sentir a necessidade de uma abordagem sistémica do território e de todos os seus sectores de actividade, ou seja, é preciso que o concelho de Vila Nova de Famalicão defina um tipo ou tipos de turismo em que as suas características se enquadram, de acordo com o potencial da região. Esta definição é importante, não só para passar aos visitantes a informação sobre os tipos de turismo que a localidade oferece, como também fomentar o aumento de possíveis investidores no sector.

Toda a herança patrimonial é seguramente a maior chave de segurança no futuro do município, mas temos de encontrar soluções de forma a valorizá-lo e respeitá-lo, enquadrando-o sempre que possível em itinerários turísticos para o urgente e apetecível conhecimento de qualquer veraneante e para o reconhecimento da sua importância pelos munícipes famalicenses.

2. Identidade Cultural

Para que o concelho de Vila Nova de Famalicão continue a ser um pólo atractivo, não só em termos populacionais, mas no que respeita ao turismo o município deve fazer prevalecer a sua identidade e originalidade.

A preservação e o fortalecimento dos seus usos e costumes que se tem manifestado através do artesanato, folclore, romarias e gastronomia, deverão ter um maior

visionamento e publicidade por parte população endógena. A condicionante social deverá fazer com que o turismo constitua um incentivo à criatividade, às artes e às manifestações sociais, artesanais ou folclóricas e que seja crescente o número de pessoas envolvidas.

2.1 Artesanato e Gastronomia

Vila Nova de Famalicão adquiriu uma vasta e rica tradição no que diz respeito ao Artesanato e à Gastronomia.

Alguns dos restaurantes do município constam no roteiro gastronómico português, colocando assim VNF numa posição confortável em relação a este sector.

As feiras gastronómicas e artesanais que VNF promove são de extrema importância para o reconhecimento do município, quer a nível local como nacional por isso podemos dizer que são duas “jóias” muito preciosas.

Atravessando gerações e gerações, o Artesanato e a Gastronomia famalicenses conservam ainda a simplicidade e a autenticidade dos tempos ancestrais.

A Feira de Artesanato e Gastronomia de Vila Nova de Famalicão é uma das maiores do país. Geralmente, são 150 expositores, sendo 120 artesãos de todo o país, 20 stands de produtos tradicionais e 10 restaurantes típicos de várias regiões do país. Nos últimos anos, o número médio de visitantes é de 150.000 pessoas.

Procurando preservar e valorizar este património cultural que nos identifica, a Câmara Municipal promove, anualmente, no início de Setembro, a Feira de Artesanato e Gastronomia, um espaço de encontro e reencontro de tradições seculares, reflectidas na criatividade das peças manufacturadas e nos sabores das melhores iguarias.

O evento conta com os artesãos a trabalhar ao vivo, desvendando todos os segredos da cerâmica, da cestaria, da tapeçaria, do linho ou dos bordados e das rendas de bilros. Enquanto isso, ao lado, as tasquinhas dão a provar o melhor da gastronomia

tradicional. Nos stands, exibem-se os melhores, queijos, doces, enchidos e vinhos da região.

Neste contexto, podemos englobar também a doçaria Conventual, muito reconhecida na região em que o município está inserido.

A Câmara Municipal promove todos os anos uma grande festa com vários doceiros de todo o país, sendo realizada anualmente em Maio, nos jardins do Mosteiro de Landim.

Para além da possibilidade de visitar a bela igreja de Landim, um dos exemplares mais ricos e emblemáticos do estilo românico do Entre-Douro e Minho, classificado como imóvel de interesse público desde 1996 e recuperado recentemente pela autarquia de Famalicão e pelo Ministério da Cultura, os visitantes poderão deliciar-se com as iguarias do Festival Nacional de Doçaria Conventual e Tradicional.

2.2 Festas Populares / Carnaval

Todos os anos em Junho, o município cumpre uma das maiores e mais animadas romarias do país. As Festas Antoninas, em honra do Santo Casamenteiro, atraem milhares de turistas ao centro da cidade. Vivem-se as tradições populares mais profundas, com a descoberta e o reencontro de costumes, sentimentos e sabores ancestrais.

Outra grande festa é a “Feira Grande de S. Miguel”, que constitui uma das tradições mais antigas do concelho. Instituída em 1205, aquando da atribuição do Foral de Vila Nova, pelo rei D. Sancho I, a Feira Grande está intimamente ligada às origens do concelho, nomeadamente à actividade predominante na época: a agricultura.

Neste sentido, destaque para o mercado de S. Miguel que se realiza na Praça D. Maria II e junta agricultores, artesãos e as famosas tasquinhas, oferecendo o que de mais genuíno e tradicional se cultiva no concelho.

O Carnaval é uma ocorrência de salientar, em que Vila Nova de Famalicão cresce visivelmente, assumindo cada vez mais uma posição privilegiada no roteiro das melhores festas carnavalescas do norte do país

Marcado pela participação espontânea e livre das pessoas, o Carnaval de Famalicão é genuíno e repleto de criatividade e fantasia.

2.3 Famafest / Encontros de Outubro

O Famafest é uma iniciativa de inegável valor cultural, que muito tem contribuído para a projecção de VNF, no País e no mundo do cinema. Neste festival, VNF recebe as mais diversas figuras da cultura portuguesa, cujo trabalho é homenageado, consagrando as suas carreiras com o galardão "Pena de Camilo". Este festival tem projectado VNF não só a nível nacional mas também internacional.

Outras actividades frequentes no município são os "Encontros de Outono", as conferências são promovidas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, no âmbito da programação cultural do Museu Bernardino Machado, decorrem na Casa das Artes.

Os Encontros de Outono colocam Famalicão e o Museu Bernardino Machado na rota dos grandes eventos do pensamento cultural e histórico que é produzido nas melhores universidades portuguesas.

3. Potencial turístico do Município

Uma das preocupações do município prende-se com a preservação da identidade de Vila Nova de Famalicão, e com a defesa do património natural e histórico - social.

Vila Nova de Famalicão tem grande capacidade em termos de recursos turísticos embora estes se possam agrupar em sectores distintos entre os quais se salientam a arquitectura militar, arquitectura castreja, centros históricos, património industrial,

património rural, património urbano, património natural, património ferroviário, património religioso, rotas e percursos pedestres Municipais e Intermunicipais como por exemplo os “Caminhos de Santiago” ou a “Rota dos Vinhos”.

Um dos grandes projectos que se propõe ao município é a preservação e conservação da sua identidade e a defesa do património natural e histórico-cultural que lhe deram a sua essência.

Uma aposta possível e viável para o concelho diz respeito ao desenvolvimento do turismo de rural/arquitectónico e turismo de eventos beneficiando assim dos recursos culturais, naturais ou não.

No que diz respeito ao turismo de eventos, sempre foi uma aposta por parte do município, contando assim com vários locais onde este é praticado, embora todos eles com escassa capacidade. Já que 40% do turismo nacional surge em função deste tipo de turismo, este será uma boa aposta, pois neste caso há uma procura e consumo em larga escala de transportes públicos, hotéis com estadia para uma só noite, restaurantes, “souvenirs” e serviços em geral.

No entanto, este tipo de turismo exige um grande investimento por parte do município, dada a necessidade de mais e melhores infra-estruturas, tais como: centros de convenções¹, restaurantes com mais capacidade de resposta, mais e melhores hotéis, visto que no nosso município só existem duas unidades hoteleiras (uma de 2 estrelas e outra de 3 estrelas)², empresas especializadas na organização de eventos e opções de lazer (visando sobretudo os acompanhantes), etc.

¹ Os locais existentes no município onde se costumam promover encontros para colóquios, conferências e convenções são: Casa das Artes, Biblioteca Municipal, Casa de Camilo e Fundação Cupertino de Miranda. Todos estes locais não têm uma grande capacidade de lotação.

² Hotel Moutados 3*, situado na freguesia de Gavião; Hotel Pransor 2*, situado na freguesia de Seide (S. Paio).

Não obstante, o turismo em espaço rural é um factor com grandes potencialidades no concelho, uma vez que grande parte do território municipal é coberto por áreas rurais com grande valor cultural e arquitectónico

O concelho é também rico em património Industrial, sendo que a área geográfica onde está inserido é a área mais rica de Portugal no que diz respeito ao sector têxtil. Deste modo, o desenvolvimento deste sector deveria assentar na valorização dos espaços e na possível organização de conferências ligadas á indústria têxtil e eventos do foro empresarial, permitindo assim uma complementaridade entre o turismo de negócios e o turismo científico. O Roteiro do Património Industrial do Vale do Ave dá a conhecer um pouco do peso da indústria na economia e desenvolvimento desta área, bem como do valor cultural e arquitectónico ainda presente.

Ao longo do documento tem sido sempre abordado o TER³, pois este é de extrema importância para o concelho visto que as suas potencialidades são enormes e dele se pode retirar o máximo proveito.

No que diz respeito ao TER, este tem como principais componentes o Turismo de Habitação, turismo Rural, Agro-turismo e os Hotéis Rurais que serão apostas viáveis para o desenvolvimento do turismo no concelho.

A valorização do património rural tem de ser feita em prol do turismo e em simultâneo promover o desenvolvimento dos espaços rurais onde está inserido. As intervenções ao nível do espaço edificado devem passar pela preservação, reabilitação e recuperação do edificado rural mantendo a sua traça arquitectónica original e conferindo-lhes assim todo o seu valor cultural.

As acções possíveis e indispensáveis para que a prática turística no espaço rural tenha mais procura passam pela realização de uma rede de caminhos, rotas e percursos pedonais, equipamentos de apoio, e actividades de inter-ligação com a natureza e o próprio espaço.

³ TER- Turismo em Espaço Rural

Vila Nova de Famalicão encontra-se numa espécie de “epicentro geográfico” de cidades com grande valor cultural, patrimonial, histórico e económico como é o caso do Porto, Guimarães, Braga, Póvoa de Varzim, pode ser um factor que pode influenciar positiva e negativamente o município. Sob o ponto de vista negativo a proximidade de cidades com maior dimensão e massa crítica podem gerar concorrência pela atracção de investimentos, pela captação de fluxos turísticos, pela sediação de organizações, pela atracção de públicos para actividades de animação urbana cultural e de lazer, etc. Por outro lado, a proximidade de locais como Aeroporto Sá Carneiro, Porto de Leixões e das cidades atrás referidas poderá ser importante na medida em que o acesso a bens e produtos é facilitado, bem como poderá servir de ponto intermédio para a passagem de turistas.

4. Importância do Sector

Sendo o turismo um sector de grande transversalidade este é onde se faz sentir a necessidade de uma abordagem sistémica do território e dos seus sectores de actividade. Consequentemente esta actividade pode ser uma alternativa viável ao desenvolvimento económico do nosso concelho, tanto no aumento da capacidade de empregos, como em investimentos em infra-estruturas. Se a actividade turística for exercida de forma profissional e planeada, esta poderá produzir resultados económicos muito satisfatórios e ao mesmo tempo assegurar a sustentabilidade a longo prazo, protegendo o património natural e cultural.

O aumento do turismo no concelho poderá ser benéfico em relação a:

- Aumento da receita na área conservada;
- Utilização racional do património natural e arquitectónico;
- Reforço económico na área receptora;
- Fixação da população no município;

- Efeito “Cascata”⁴;
- Aumento da renda familiar;
- Benefícios sociais;
- Valorização dos costumes, da história, da arte, do folclore, do artesanato, etc.

Com base no seguinte quadro, podemos conseguir criar um modelo padrão para o desenvolvimento entre economia/turismo, para tal a Câmara Municipal deve promover um estudo a fim reconhecer quais são os principais obstáculos ou dificuldades no desenvolvimento turístico em Vila Nova de Famalicão:

⁴ Efeito “Cascata” ocorre quando os turistas consomem bens e serviços de empresas e de profissionais que, por sua vez, gastarão tais recursos na aquisição de outros bens e serviços necessários para exercer as suas profissões.

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

DMPGU / DMPU

Recurso,Lda

VARIÁVEIS	CARACTERÍSTICAS	IMPLICAÇÕES	CORRECÇÕES
POPULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> -Dimensão do mercado Interno; -Necessidade de captar procura externa. 	<ul style="list-style-type: none"> -Produtividade; -Efeito Preço; -Efeito Qualidade; -Efeito Estilo/Marca. 	<ul style="list-style-type: none"> -Recursos Humanos como “Comodity”; -Plataforma de Localização de actividades.
DENSIDADE DO TECIDO ECONÓMICO	<ul style="list-style-type: none"> -A dimensão do mercado interno condiciona a densidade do tecido económico; -A genética da economia determina as possibilidades estratégicas internas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Limitações estruturais; -Equilíbrios a baixo nível; -Sensibilidade aos choques. 	<ul style="list-style-type: none"> -Alargar o mercado de referência; -Conquistar atractividade; -Especializar actividades; -Diversificar a partir das especializações.

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

DMPGU / DMPU

Recurso,Lda

<p>ESTABILIDADE DAS LINHAS POLÍTICAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Determinam o horizonte temporal de referência para os projectos empresariais; -Articulação dos embates económicos periódicos com as tendências políticas associadas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Eficácia dos reguladores económicos; -Actividade dos centros de racionalização. 	<ul style="list-style-type: none"> -Efeito de racionalização dos mercados alargados; -Efeito de selecção da globalização competitiva; -Efeito de condicionamento imposto pela evolução da economia.
<p>PADRÃO CULTURAL DOMINANTE</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Expectativa social centrada no Distributivismo; -Organização corporativa de interesses sociais defensivos; -Valorização da segurança; -Rejeição do risco; -Preferência social pela igualdade. 	<ul style="list-style-type: none"> -Pressões sobre a despesa pública; -Necessidades a sobreporem-se às possibilidades; -Tendência para a geração de défices distributivos. 	<ul style="list-style-type: none"> -Racionalização estratégica do exterior para o interior; -Seleccção de opções pela vizinhança dos limites; -Promoção de padrões de comparação concorrencial no estado e nas relações do estado com centros de decisão.

5. Gabinete de Turismo/ Posto de Turismo Municipal – Competências

O “Gabinete do Turismo” deverá definir a política do turismo a ser aplicada, com base num planeamento envolvendo os diversos segmentos da sociedade organizada local, desagregados em projectos e programas entre o sector público e/ou privado que poderão ser revistos e repensados cuidadosamente, visando garantir a sustentabilidade turística e do meio ambiente em que está inserido.

Neste processo de definição da política do turismo, o envolvimento da sociedade organizada é de extrema importância.

No que concerne às funções do “Gabinete do Turismo”, e no ponto de vista municipal, este deveria ter como principais competências e aptidões:

- Traçar e executar uma Política Municipal de Turismo;
- Criar uma imagem turística do município;
- Actuar sobre o mercado turístico com o objectivo de aumentar os fluxos de visitantes;
- Fomentar e adequar a exploração de recursos turísticos do município com o objectivo de obter maior comercialização desses recursos;
- Sugerir aos demais órgãos da Administração Municipal medidas que visem á perfeita organização e expansão do turismo no município;
- Aplicação de sanções e multas quando devidamente autorizadas;
- Fiscalizar o exercício das profissões turísticas no município;
- Definição de áreas do município que são consideradas de relevante interesse turístico e estabelecer legislação pertinente;
- Desenvolver estudos económicos necessários ao desenvolvimento do turismo municipal;

- Elaborar normas técnicas a que todos os empreendimentos turísticos devem obedecer;
- Atrair, mediante convites e outros actos, representantes de agências de viagens, empresas de transportes, empresas turísticas e grupos financeiros com a finalidade de mostrar-lhes as possibilidades turísticas do município, etc.

O Posto de Turismo do Municipal deve ter um papel activo nesta área, pois tem de ser visto como elo de ligação, ou seja, conduzir a informação ao consumidor. No caso de Vila Nova de Famalicão, este deveria interferir e ter um papel fulcral nos seguintes aspectos:

- Promover a propaganda e celebrar actos que tenham repercussão nos meios informativos com o objectivo de incrementar a difusão do município como área turística interna e externamente;
- Difundir todo e qualquer tipo de informação de conotação lúdica, cultural ou científica existente no município;
- Disponibilizar horários de toda a rede de transportes existente no município;

Outra dificuldade detectada é o *“Perfil de Turista”* que procura o município. Estando o município rodeado por outras cidades com fortes características históricas e naturais e com grande capacidade de oferta no que concerne ao turismo faz com que a competitividade seja muito forte.

O fluxo de turistas externos ainda é assimétrico e baixo, o que demonstra os esforços dos actores envolvidos no desenvolvimento turístico. No entanto, e em relação á oferta turística, não deverá ser estereotipado um *“Perfil de Turista”*, ou seja, toda e qualquer oferta não pode ter em conta dados como sexo, raça, cultura, mas sim o tipo de produto que o turista procura: eventos para pequenos/grandes grupos, visitas guiadas, percursos pedestres, etc.

6. Infra-estruturas e Equipamentos (atracção e animação) – Capacidade de Oferta

O Município de Vila Nova de Famalicão possui uma vasta e extensa rede de infra-estruturas e equipamentos que se dividem em equipamentos de Educação, Desporto, Saúde, Protecção Civil, Acção Social e de Cultura/Ciência, bem distribuídas por todo o concelho, o que descentraliza o turismo e dá possibilidade a todas as freguesias do concelho adquirirem papel fulcral nas suas capacidades como possível ponto de passagem. Encontra-se igualmente bem equipado nos domínios de redes públicas, comércio, transportes e comunicações.

Partindo do início que os principais subsistemas do turismo são: alojamento e equipamentos. Será importante fazer uma abordagem geral destes subsistemas de forma a ver as suas carências e possíveis melhorias.

No que toca ao alojamento hoteleiro, e segundo o Instituto do Turismo, Vila Nova de Famalicão possui apenas dois hotéis. O Hotel Moutados com a categoria de três estrelas (3*) e com capacidade de cento e quatro camas; o Hotel Pransor com categoria de duas estrelas (2*) tem capacidade para quarenta camas. Será útil referir que este último está situado na área de serviço da auto-estrada A7, em Seide (S. Paio), sentido Vila Nova de Famalicão/Guimarães, ou seja, não interfere na escolha do município para a prática turística uma vez que se encontra localizado no limite do concelho e as suas condições não são as melhores.

Para além dos dois hotéis, existem também duas pensões: Pensão Francesa cotada de 2ª categoria e com um total de setenta e três camas; Pensão Ferreira cotada de 3ª categoria e com o total de quarenta e duas camas.

Sendo a capacidade de albergue o factor mais importante para o turismo, concluí-se que há uma necessidade inequívoca de serem feitas alterações e

incentivos para novos empreendimentos hoteleiros, conseguindo assim responder á procura e garantir cada vez mais qualidade nos serviços.

Em relação aos equipamentos, considera-se que estes ocupam um lugar tão importante quanto o alojamento, uma vez que os visitantes se deslocam para este concelho em prol da existência de algum elemento ou factor, qualquer que seja a sua natureza, sobre o qual está disponível um bem ou serviço.

A Fundação Cupertino Miranda e a Casa das Artes são os principais locais onde, apesar da baixa capacidade de lotação, há um variado leque de ofertas no que concerne às actividades culturais, o que de certo modo, e ainda que menos visível, torna-se num potencial foco de atracção turística.

7. Marketing

No concelho de Vila Nova de Famalicão abunda um lote variado de recursos, mas é necessário saber transformá-los num produto em que o preço seja justo, a qualidade de serviços a criatividade e a identidade estejam bem vincadas.

O concelho torna-se assim num potencial “mercado turístico” e a população e visitantes em “clientes turísticos” com novas exigências e que podem estar direccionados para planos como descobrir o património, conhecer a natureza ou percorrer algumas das rotas disponíveis no concelho.

Outra questão relevante a ser considerada no desenvolvimento do turismo do nosso município é a elaboração de um plano de marketing, ou seja, o “processo de planeamento e execução desde a concepção, promoção e distribuição de ideias, mercadorias e serviços para criar trocas que satisfaçam os objectivos individuais e organizacionais do concelho”. Neste procedimento, o marketing deve-se auxiliar em quatro conceitos base essenciais:

8. Consciência turística - Uso racional do meio-ambiente

Estando o município organizado através do presente Plano Director Municipal este deverá desenvolver estratégias base para conduzir a população em direcção á relação entre meio-ambiente/turismo, sendo que seja um acto corrente a prática do turismo sustentável. Percebe-se que os segmentos envolvidos com o turismo estão organizados estrategicamente, e para a sua evolução, torna-se necessário o envolvimento do poder público, dos empresários, produtores rurais, estudantes e toda população.

Tendo em conta o turismo sustentável e o seu desenvolvimento, este deve ocorrer até ao limiar de carga do município, isto é, a capacidade máxima de receber visitantes sem pôr em causa o pleno funcionamento do mesmo. A preservação do meio ambiente depende dos limites impostos ao crescimento do turismo, tanto do ponto de vista físico como social.

A baixa qualificação da mão-de-obra e a taxa de analfabetização⁵ (anexo 1) são vectores que deveriam ser repensados rapidamente, isto porque estes vão-se reflectir nas funções desempenhadas por qualquer pessoa em qualquer que seja a sua actividade laboral. Para tal, o município deverá proporcionar um vasto leque de cursos de formação, o que por sua vez, e para além da formação, vai despertar, consciencializar e instruir a vocação turística no município.

As excelências culturais do município não são suficientes para garantir o desenvolvimento turístico local, deste modo, e na administração do património,

⁵ Segundo os Censos de 2001 do INE, Vila Nova de Famalicão tem uma percentagem de 6,69% no correspondente á Taxa de Analfabetização.

é indispensável saber informar o seu verdadeiro significado assim como a necessidade da sua conservação perante todos os habitantes e visitantes, sendo que saber receber os visitantes com profissionalismo, competência, qualidade e principalmente saber conviver com novas culturas é ponto essencial.

De salientar também, que a inauguração da ecopista vai de encontro ao uso racional do meio-ambiente em prol do turismo, uma vez que todo e qualquer transeunte pode usufruir de um bom passeio de bicicleta e ao mesmo tempo estar em pleno contacto com a natureza. O prolongamento desta ecopista para outras áreas do município poderá ser um facto de grande importância pois servirá para revitalizar algumas áreas mais esquecidas do município.

Para que se possa ter um desenvolvimento sustentável do turismo é de máxima importância que se faça um uso racional do meio-ambiente, encontrando o equilíbrio entre interesses económicos e o desenvolvimento de actividades que o protejam.

Deste modo, e para que este equilíbrio ocorra de forma contínua, tem de ser levado em conta o processo de transfiguração, exploração de recursos, direcção dos investimentos, orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional e todos eles devem estar em plena sintonia e fortalecer o potencial presente e futuro.

Vila Nova de Famalicão deve ter um desenvolvimento controlado em harmonia com os aspectos naturais e sócio -culturais, mas para que se garanta sua originalidade e conseqüente atractividade para gerações futuras, será no entanto, importante não deixar desvanecer esta “política”.

9. Acessibilidades e Transportes

O turismo, como qualquer outra actividade, obriga a que estejam presentes boas acessibilidades e uma vasta rede de transportes dispersa por todo o município. No caso de Vila Nova de Famalicão está bem acondicionado em termos de acessibilidades uma vez que o município é abarcado pelo importante eixo da A3- Porto/Braga e pelo eixo da A7 Guimarães/Póvoa de Varzim, sendo que estes dois eixos fazem a ligação entre várias cidades com grande riqueza turística (Porto, Braga, Guimarães, Póvoa de Varzim).

A rede de vias primárias encontra-se bem marcada por todo o município, existindo também mais algumas vias complementares projectadas para que todos os famalicenses circulem com fluidez em todo o município como se verifica na carta da rede viária.

Não obstante, estão previstas algumas obras de requalificação e melhoramento de alguns dos principais eixos do município, bem como a construção de novas vias que permitam um melhor escoamento e maior fluidez em alguns pontos críticos do concelho.

No que diz respeito aos transportes, o município está servido de uma central de camionagem onde operam: Arriva, Auto-viação Landim e os TUF⁶, onde para além das tradicionais “carreiras” municipais existem carreiras inter-municipais e inter-regionais. Esta mobilidade e flexibilidade de carreiras abrangem todo o município e “acentua” ainda mais as ligações com os municípios vizinhos.

Por outro lado Vila Nova de Famalicão está integrada no eixo ferroviário Braga – Porto, sendo mais um valor acrescido no contributo para o turismo. Um dos

⁶ TUF- Transportes Urbanos de Famalicão

maiores entraves neste sector é o facto de a Estação Ferroviária se encontrar deslocada do centro da cidade e não possuir nenhuma “gare” para autocarros, permitindo assim um “interface” para uma fácil ligação entre os passageiros e centro da cidade, o que permitirá uma maior mobilidade, podendo numa fase posterior ser desenvolvido, através das respectivas entidades, “carreiras” específicas que se ajustem a pequenas rotas de valor turístico, como por exemplo a Rota do Património Industrial do Vale do Ave ou a Rota do Romântico.

10. Diagnóstico Estratégico – análise SWAT

Antes de se fazer uma abordagem sistémica, devemos ainda referir que todas as acções a desenvolver devem tender a transformar:

- Actividades Turísticas desconexas → Experiências Integradas;
- Actividades unívocas → Actividades múltiplas;
- Fluxos Sazonais → Fluxos constantes;
- Actividades protectoras do ambiente → Actividades melhorativas do ambiente.

Torna-se, de certo modo, indispensável fazer uma análise SWAT, que pode conduzir a reflexões mais consistentes e ilustrar o panorama do concelho:

As principais lacunas que impedem a difusão do turismo no Concelho de Vila Nova de Famalicão:

- Baixa qualificação de mão-de-obra no sector;
- Comunidade local com baixa consciência turística;
- Dependência dos transportes individuais;

- Fraca adesão da população a algumas iniciativas culturais/lúdicas, optando por frequentar eventos em concelhos próximos (nomeadamente, Porto, Braga e Guimarães);
- Baixa capacidade hoteleira;
- Fraca aposta no Marketing Estratégico e na divulgação do município;
- Uso irracional do meio ambiente;
- Indefinição perfil do turista;
- Perda de identidade cultural;

Os principais vectores que precisam de ser repensados e aproveitados no concelho são:

- Melhorar o design das unidades habitacionais do centro da cidade;
- Renovação de todo o património com valor cultural e arquitectónico;
- Intervenção em Zonas Turísticas de Interesse (ZIT's), assegurando a oferta e excelência de factores qualificadores;
- Aumentar a capacidade hoteleira;
- Facilitação de intervenção multidisciplinar/multi-entidade;
- Aposta na reconstrução do sector Comercial e Industrial;
- Criação de um "interface" junto da Estação Ferroviária;
- Promoção da Gastronomia e Artesanato;
- Melhorar a informação existente no Posto de Turismo;
- Aposta na construção de infra-estruturas de apoio ao desporto, cultura e educação.

Os recursos e as dinâmicas culturais existentes em Vila Nova de Famalicão poderão ser potenciados através dos apoios disponibilizados pelo PO Norte/QREN para a valorização da cultura e da criatividade, nomeadamente através do fomento das indústrias criativas na região, algo que não temos constatado.

Desta mesma maneira, e como condições gerais ao desenvolvimento do turismo, serão expostas algumas ideias que o Plano Estratégico para o município já tinha focado:

- A capacidade para configurar pólos específicos de atracção de visitantes, quer através do Centro de Estudos Camilianos, quer através da dinamização de actividades relacionadas com o Surrealismo (Fundação Cupertino de Miranda);
- Existência e respectivo reconhecimento de um relevante dinamismo cultural no concelho de VNF que resulta do fomento de práticas culturais e artísticas junto de diferentes públicos, do incremento de rotinas de parceria entre instituições culturais do concelho, que constitui uma excelente oportunidade de consolidação e reforço do tecido associativo local;
- A designação de Guimarães – Capital Europeia de Cultura 2012 poderá permitir o desenvolvimento de parcerias e sinergias interessantes com instituições de Vila Nova de Famalicão;
- Existência no concelho de alguns espaços dirigidos às artes do espectáculo, destacando-se a Casa das Artes de Famalicão, Fundação Cupertino Miranda e o Centro Cultural de Joane, e de uma dinâmica do ensino artístico relevante no panorama regional (ARTAVE).

Todas estas carências e oportunidades apontadas servem para uma profunda reflexão acerca do Turismo do concelho, e uma inclusão de várias vertentes em futuros investimentos, a fim de tornar o município atractivo e proporcionar uma diversidade de bens e serviços á população. O concelho precisa de definir as linhas de orientação estratégica para a política de Turismo, com metas e objectivos claros, de forma a criar as condições que permitam ao Turismo contribuir decisivamente para a imagem do município e para o bem-estar da população endógena, através da geração de riqueza, da criação de postos de trabalho e da promoção da coesão territorial.

11. Possíveis alterações turísticas para Vila Nova de Famalicão

11.1 Golfe

Devido às condições favoráveis que o nosso país oferece, este têm tido cada vez maior aposta no turismo desportivo, mais precisamente no que diz respeito ao Golfe. Com um clima ameno e com um relevo propício ao jogo, uma das formas para incentivar ao turismo, que tem emergido nos últimos tempos é como já foi dito o Golfe.

Cada vez mais, são as infra-estruturas existentes no nosso país, e cada vez mais são os aficionados estrangeiros a visitar o nosso país para usufruir das “nossas” instalações, deste modo, e segundo uma análise genérica ao panorama do turismo do concelho, poderá futuramente ser viável a construção de um campo de golfe do tipo C.A.R.U⁷.

O C.A.R.U. já está a ser implementado em alguns municípios do nosso país, este consiste num pequeno campo de golfe inserido no tecido camarário, construído, essencialmente, com os meios próprios da autarquia e com uma concepção simples e económica.

Este deverá ser uma resposta à procura espontânea ou regular tanto da população endógena como de visitantes. Este campo poderá localizar-se na freguesia de Nine, no Lugar de Coura. Aqui, a proximidade com o município de Barcelos, a presença da estação de caminhos-de-ferro e com a boa mobilidade dos transportes públicos poderá ser um contributo importante para o desenvolvimento desta área municipal.

Um C.A.R.U. apresenta diversas vantagens significativas para uma comunidade.

Constitui-se como uma oportunidade real de acompanhar a evolução actual, no sentido da prática desportiva do golfe na cidade. Com efeito,

⁷C.A.R.U. - Campo de Golfe Autárquico Rústico e Municipal

comparado com as infra-estruturas desportivas tradicionais representa um espaço bem mais aberto e facilita assim os contactos humanos e o convívio, tornando-se assim um factor de urbanidade.

A decisão de criar um C.A.R.U. é uma oportunidade para o Município reabilitar ou requalificar zonas rurais menos desenvolvidas e com forte potencial neste sector. O novo espaço assim criado, permite o aparecimento de um novo equipamento colectivo de lazer, com relvados e mais espaços verdes, o que promove a produção de oxigénio e a fixação de poeiras.

11.2 Pavilhão Multiusos

O turismo de eventos desde sempre foi importante no município de Vila Nova de Famalicão, sendo que as infra-estruturas que o suportam são: Casa das Artes, Casa de Camilo e Fundação Cupertino Miranda.

Deste modo, a escolha pela construção de um Pavilhão Multiusos é uma aposta viável para assim conseguir atrair visitantes. Esta atracção será criada não só através de congressos, colóquios ou conferências, mas podendo utilizar a estrutura para eventos musicais e desportivos, bem como feiras e exposições de média/grande dimensão.

Esta infra-estrutura pode adoptar uma vertente lúdica ou uma vertente cultural/científica. Segundo áreas com mais aptidões e com a prática turística mais enraizada, podemos constatar que são necessários 1/2 mega – eventos por ano, e eventos de pequenas dimensões ao longo de todo o ano. Não que isto influencie directamente o turismo, mas vai dar mais visibilidade ao concelho e como conseguinte coloca-lo como um centro de maior procura.

12- Considerações Finais

É importante o investimento no domínio da política do património, sobretudo nas áreas com grande valor patrimonial e cultural, na divulgação do diálogo entre as várias culturas profissionais intervenientes nos processos existentes.

Hoje não basta saber que existem belezas naturais, grande diversidade patrimonial e riqueza histórico-cultural. É preciso garantir que todas estas qualidades, que se destacam no concelho de Vila Nova de Famalicão, contribuam para uma melhor qualidade de vida dos seus cidadãos e os façam pessoas satisfeitas e auspiciosas à recepção de turistas, com profissionalismo, competência, qualidade, cortesia e alegria. A actividade turística deve ser praticada com organização, objectivos e estratégias bem definidas, para tal só temos de saber o que fazer e como se quer fazer.

Sem o apoio e contributo da comunidade nada acontece, portanto, o planeamento em prol do turismo deve, numa fase embrionária, passar por um programa de consciencialização da população quanto à importância desta actividade enquanto elo de ligação entre economia/emprego/qualidade de vida. As actividades de turismo com mais oportunidade de ser desenvolvido é o turismo em espaço rural, este têm que resultar a favor da melhoria da qualidade de vida da população do município.

Em suma, conclui-se que a capacidade e qualificação de mão-de-obra, a integração dos vários parceiros do processo de desenvolvimento turístico, a importância da conservação do meio ambiente e a ocupação real do poder municipal como gestor deste processo, são elementos já identificados para que se possam extrair resultados duradouros deste sector. É essencial o empenho da comunidade aos demais segmentos, no sentido de traçar uma política que, além de valorizar o turismo municipal, trabalhe pela preservação dos princípios, guardando para as gerações futuras o que de mais atractivo há